

SINGULAR[®]

SOCIAIS E HUMANIDADES



Singular Sociais e Humanidades

Vol. 1, N. 1, Abril, 2019

eISSN: 2596-2612

<https://doi.org/10.33911/singularsh.v1i1>

EXPEDIENTE

Centro Universitário Luterano de Palmas

Reitor

Adriano Chiarani da Silva

Direção Acadêmica

Parcilene Fernandes de Brito

Singular Sociais e Humanidades

Editora Chefe

Dra. Parcilene Fernandes de Brito

Editores Assistentes

Me. Heloíse Acco Tives Leão

Dra. Valdirene Cássia da Silva

Leitura de Prova

Dra. Ana Beatriz Dupré Silva

Dra. Irenides Teixeira

Normalização

Dr. Pierre Soares Brandão

Comunicação

Dra. Irenides Teixeira

Me. Luiz Gustavo Santana

Me. Sonielson Luciano de Souza

Dra. Valdirene Cássia da Silva

Comissão Editorial

Dra. Ana Beatriz Dupré Silva

Dra. Angela Ruriko Sakamoto

Dra. Cássia Regina de Lima

Dr. Gustavo Paschoal Teixeira de Castro

Dra. Irenides Teixeira

Conselho Editorial

Dr. Alexandre Bernardino Costa, UNB, Brasil

Dra. Anabela Gradim Alves, Un. Beira Interior, Portugal

Dra. Darlene Teixeira Castro, Unitins, Brasil

Dr. Edgardo L. Carniglia, Un. Nac. Rio Cuarto, Argentina

Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior, UFT, Brasil

Dr. Jorge Pedro de Sousa, Un. Fernando Pessoa, Portugal

Dr. José Lauro Martins, UFT, Brasil

Dra. Karylleila dos Santos Andrade, UFT, Brasil

Dra. Liliam Deisy Ghizoni, UFT, Brasil

Dra. Luciana Alves Tisser, Unirriter, Brasil

Dra. Luciene de Oliveira Dias, UFG, Brasil

Dra. Márcia Diegues Leuzinger - UniCEUB, Brasil

Projeto Gráfico

Adriano Marinho Ribeiro

Diagramação

Fernanda Pereira Gomes

Me. Heloíse Acco Tives Leão

Imagem da Capa

Marcel Caram, um artista surrealista que trabalha exclusivamente com mídia digital. Seus retratos e paisagens concentram-se nos clássicos temas surrealistas, com elementos realistas e cenários impossíveis, coexistindo como num sonho.

Apoio Técnico

Gabriel Borges Caetano de Almeida

Murillo Roseno Feitoza Lima

Editada em abril de 2019.

Última edição em abril de 2019.

Publicada em abril de 2019.

Nota da Editora: Os autores são responsáveis pela apresentação dos fatos contidos e opiniões expressas nesta obra.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)

R454 Singular Sociais e Humanidades [recurso eletrônico] / CEULP, Centro Universitário Luterano de Palmas. – Volume 1, n. 1 (abr. 2019). – Dados eletrônicos. – Palmas: Ceulp, 2019-

Semestral.

Modo de Acesso: World Wide Web:

< <http://ulbra-to.br/singular/index.php/SingularSH/index>>

Título varia: Revista Singular SH.

Descrição baseada em: Volume 1, n. 1 (abr. 2019).

eISSN: 2596-2612

DOI: <https://doi.org/10.33911/singularsh.v1i1>

I. Interdisciplinar. II. Sociais aplicadas. III. Comunicação. IV. Administração. V. Tecnologias digitais. VI. Direito. VII. Humanidades. VIII. Psicologia. IX. Título: Revista Singular Sociais e Humanidades.

CDU: 3(05)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Thais Fernandes, CRB-2/1680

SINGULAR SOCIAIS E HUMANIDADES
CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS
Avenida Teotônio Segurado 1501 Sul
Palmas - TO CEP 77.019-900 Caixa Postal nº 85
Fone: (63) 3219 8125 email: revista.singular@ceulp.edu.br

EDITORIAL

Próximo a completar 27 anos de existência, o Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA) lança seu primeiro periódico científico eletrônico, a revista Singular: Sociais e Humanidades, cujo primeiro volume é dedicado a publicações da Psicologia.

Assim, a revista Singular: Sociais e Humanidades atende aos anseios de vários pesquisadores do estado e região, uma vez que o curso de Psicologia do CEULP/ULBRA encontra-se em funcionamento desde 2000, sendo um exemplo de formação profissional. Desta forma, há tempos necessitava de espaço para divulgação de suas pesquisas e oportunidade de publicação para outros pesquisadores.

Relembrando os ensinamentos do Prof. Dr. Lincoln Gimenes, da Universidade de Brasília, “a divulgação dos resultados de pesquisa em periódicos especializados é fundamental para a socialização do conhecimento bem como avaliação contínua da produção científica de cada área” (GIMENES, 2004)¹. Estamos numa cidade e estado jovens. Muito já foi feito, mas muito há a se fazer. A Singular: Sociais e Humanidades tem muito a contribuir para o desenvolvimento da Psicologia e de seus profissionais.

Agradecemos aos pesquisadores que enviaram seus trabalhos para esse primeiro volume, acreditando que muitos virão.

Boa leitura.

Palmas-TO, abril de 2019.

¹GIMENES, Lincoln. O comportamento de pesquisar em AEC. Em: Costa, C.E.; Luzia, J. C.; Sant’Anna, H.L.N. (Orgs.). Primeiros Passos em Análise do Comportamento e Cognição, vol. 2. Santo André, SP: ESETEC, 2004.

SUMÁRIO

1 - A PREPARAÇÃO PSICOSSOCIAL E JURÍDICA PARA A ADOÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

Carlos Henrique Bohm, Niva Maria Vasques Campos, Luiza Barros Santoucy, Andrea de Paula Porto Fernandes Peixoto, Maíra Cristina Coelho de Lima, Paula Freire Coutinho da Rocha e Karina Machado Rocha Gurgel. Páginas (6 - 12)

2 - BORDERLINE: COMPREENSÃO DOS VÍNCULOS AFETIVOS EXPRESSOS NA VARIÇÃO ENTRE A DEPENDÊNCIA EMOCIONAL À INDIFERENÇA NAS RELAÇÕES

Ickmans Bergma Mugarte. Páginas (13 - 20)

3 - DANÇA E MOVIMENTO: IMPACTOS PSICOLÓGICOS DO BALLETO CLÁSSICO EM MULHERES ADULTAS

Irenides Teixeira, Verena Schultz, Ana Letícia Odorizzi e Valdirene Cássia da Silva. Páginas (21 - 30)

4 - EMOÇÃO, REGULAÇÃO EMOCIONAL E COMPORTAMENTO: ASPECTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E PRÁTICOS

Vinícius Pereira Pinto Xavier. Páginas (31 - 39)

5 - NEUROPSYCHOLOGICAL PERFORMANCE DIFFERENCES BETWEEN TWO GROUPS OF PROBABLE-AD PATIENTS FROM DIFFERENT AREAS OF BRAZIL

Analucy A V de Oliveira. Páginas (40 - 45)

6 - O ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL: ENCARCERAMENTO OU SOCIOEDUCAÇÃO?

Rosana Carneiro Tavares e Sonia Margarida Gomes Sousa. Páginas (46 - 56)

7 - O SUJEITO DA PSICANÁLISE E SUA FACE TRÁGICA: EFEITO DO DESEJO

Rita de Cássia de Araújo Almeida. Páginas (57 - 62)

A PREPARAÇÃO PSICOSSOCIAL E JURÍDICA PARA A ADOÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

THE PSYCHOSOCIAL AND LEGAL PREPARATION FOR ADOPTION IN FEDERAL DISTRICT

**CARLOS HENRIQUE BOHM,
NIVA MARIA VASQUES CAMPOS,
LUIZA BARROS SANTOUCY,
ANDREA DE PAULA PORTO FERNANDES PEIXOTO,
MAÍRA CRISTINA COELHO DE LIMA,
PAULA FREIRE COUTINHO DA ROCHA e
KARINA MACHADO ROCHA GURGEL.**

• **RESUMO** - A adoção de crianças e adolescentes tem grande relevância na legislação brasileira e na literatura científica. Este artigo apresenta os pressupostos legais do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para os programas de preparação psicossocial e jurídica para a adoção, o histórico da preparação no Distrito Federal (DF) e os fundamentos psicossociais que norteiam o programa atualmente executado pela Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal (VIJ-DF). O modelo atual da preparação na VIJ-DF consiste em uma palestra, três encontros em grupo e um estudo psicossocial, o qual fornece elementos para elaboração de um relatório conclusivo com recomendações ao magistrado a respeito da aptidão dos requerentes para adotar e, quando necessário, também sugere possíveis encaminhamentos.

PALAVRAS-CHAVE - adoção, preparação, Distrito Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente.

ABSTRACT - The adoption of children and adolescents has great relevance in Brazilian legislation and scientific literature. This article presents the legal presuppositions of the Brazilian Children and Adolescent Code for the programs of psychosocial and legal preparation for adoption, the history of the preparation in Federal District and the psychosocial foundations that guide the program carried out by the Childhood and Youth Court of the Federal District. The model of the current preparation in Federal District is showed. It consists on lecture, three group meetings and a psychosocial study, which provides elements for a conclusive report with recommendations on the suitability of the applicants to adopt and, when necessary, also suggests possible referrals.

KEYWORDS - adoption, preparation, Federal District, Brazilian Children and Adolescent Code.

I. INTRODUÇÃO

A adoção é uma prática de origem remota na história da humanidade, e que “sempre existiu em países de direito romano através de um certificado que anulava a filiação biológica e garantia, através do adotado, a transmissão do nome de família” [7]. Assim, a adoção era um direito concedido às famílias nobres a fim de garantir descendência e transmissão do patrimônio para a perpetuação de dinastias e transmissão de títulos nobiliárquicos. Só era permitida a adoção de maiores. Na Roma Imperial, os recém-nascidos podiam ser expostos

ou enfeitados quando a paternidade não fosse reconhecida. O destino dessas crianças podia ser a morte, a venda como escravo ou até mesmo o acolhimento em anonimato e o reconhecimento como filhos de libertos ou homens livres, contudo sem o instrumento legal da adoção que era permitido apenas para maiores de idade, por exemplo frente ao gravame da morte do pater familias sem descendentes.

Instituição de grande importância na sociedade romana por razões econômicas e políticas, “a adoção definiu durante toda a idade média, tendo pouca importância na Europa antes

do século XX” [8]. A adoção, quando existia, reproduzia o modelo romano que dizia respeito “principalmente à transmissão de bens, de um nome familiar e, eventualmente de um poder político” [8]. Embora o acolhimento de crianças e jovens desamparados fosse comum, raramente tal situação era legalizada com uma adoção. Segundo Fonseca, os juristas costumam atribuir os avanços obtidos nas leis de adoção ao grande número de órfãos resultante das duas guerras mundiais do século XX e o interesse dos estados em garantir a ordem pública e a socialização adequada de crianças e jovens sem família.

[1] aponta também para a nova concepção de valor da infância delineada a partir de meados do século XV e o despertar do sentimento de família, cada vez mais circunscrito à unidade conjugal e aos filhos resultantes dessa união. Essa infância valorada parece ter abrandado as legislações, tornando-as mais preocupadas com o bem estar do adotando, que gradualmente foi adquirindo o mesmo status do filho legítimo. Percebe-se, assim, uma evolução lenta e gradual da histórica “adoção clássica” que tinha como finalidade garantir apenas a descendência de pessoas sem filhos, para a “adoção moderna” centrada na busca de solução para o problema da criança ou do jovem sem família. Dessa forma, a legislação brasileira gradualmente equiparou os filhos legítimos e adulterinos e instituiu cada vez mais artigos visando à proteção biopsicossocial da criança e do adolescente privado do convívio familiar.

A adoção contemporânea entrelaça essas duas condições ou necessidades: a de casais ou pretendentes que não conseguem gerar/gestar e a de crianças e jovens que estão privados do convívio familiar. Sendo que a medida protetiva da adoção confere legitimidade e reconhecimento social ao vínculo de filiação. Entre os princípios fundamentais para enfrentar a situação de privação destas crianças e jovens, a atual legislação brasileira estabelece a prevalência da família biológica (nuclear ou extensa) e a excepcionalidade da medida de adoção. Também estabelece a existência de uma autoridade judicial para manter o registro de crianças e adolescentes disponíveis e de pessoas interessadas na adoção. Assim, dentre os diferentes tipos de adoção (direta, intrafamiliar e unilateral, por exemplo) que tramitam no Poder Judiciário, há a adoção inteiramente mediada pela Justiça, que ocorre via Cadastro.

A partir de novembro/2009, a legislação brasileira tornou obrigatória a preparação psicossocial e jurídica para adoção. A autoridade judicial responsável pela inserção e manutenção dos cadastros de adoção se vale de sua equipe interprofissional, composta por psicólogos e assistentes sociais, para preparar, avaliar, convocar e acompanhar todas as etapas da adoção, desde a habilitação do candidato, a apresentação do adotando, até o acompanhamento do estágio de convivência.

Além da legislação, a literatura especializada também tem demonstrado a importância desse tipo de intervenção de preparação junto aos pretendentes ([9]; [4]; [2]). O objetivo deste artigo é expor os pressupostos legais e psicossociais para os programas de preparação para a adoção e a experiên-

cia acumulada em torno destes programas além de apresentar o modelo atualmente executado pela VIJ-DF.

II. A PREPARAÇÃO PARA ADOÇÃO À LUZ DO ECA

A preparação psicossocial e jurídica para habilitação de postulantes à adoção constitui requisito obrigatório previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente desde a sua revisão pela Lei 12010/09 (art. 50, §3º). No caput do artigo 50 do ECA é estabelecido que “A autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas interessadas na adoção”. Os requerentes interessados em se registrar para adoção devem passar por uma preparação aos moldes do § 3o do mesmo artigo:

A inscrição de postulantes à adoção será precedida de um período de preparação psicossocial e jurídica, orientado pela equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar. ([3] - Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

A equipe técnica mencionada no artigo acima é a equipe interprofissional do artigo 151 e 197-C, e que no caso da VIJ-DF é composta de psicólogos e assistentes sociais, exclusivamente dedicados à temática da adoção. Ainda no artigo 50, o § 4o estipula que, sempre que possível e recomendável, a preparação incluirá:

(...) o contato com crianças e adolescentes em acolhimento familiar ou institucional em condições de serem adotados, a ser realizado sob a orientação, supervisão e avaliação da equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude, com apoio dos técnicos responsáveis pelo programa de acolhimento e pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar. ([3], 1990 - Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

Na configuração atual do programa de preparação da VIJ-DF não está previsto o contato direto dos habilitandos com crianças e adolescentes em condições de serem adotados. A equipe interprofissional entende que, se mal conduzido, esse contato direto pode expor crianças e adolescentes a situações constrangedoras, e promover sentimentos de rejeição com impacto negativo sobre sua autoestima. Assim, a equipe entende que é necessário conhecer mais a experiência de outras comarcas que tenham incluído tais visitas na preparação, antes de implementá-las e avalia a possibilidade futura de realizar um projeto piloto envolvendo somente famílias já habilitadas, pré-adolescentes e adolescentes cadastrados para adoção.

Ainda no rol de dispositivos do ECA sobre a preparação para adoção, o caput do Artigo 197-C determina a realização obrigatória do estudo psicossocial:

Intervirá no feito, obrigatoriamente, equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da

Juventude, que deverá elaborar estudo psicossocial, que conterà subsídios que permitam aferir a capacidade e o preparo dos postulantes para o exercício de uma paternidade ou maternidade responsável, à luz dos requisitos e princípios desta Lei ([3], 1990, Incluído pela Lei 12010/09).

O Artigo 197-C do ECA também prevê que a preparação para adoção deve estimular novos tipos de adoção, os quais fogem aos padrões clássicos:

§ 1o É obrigatória a participação dos postulantes em programa oferecido pela Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar e dos grupos de apoio à adoção devidamente habilitados perante a Justiça da Infância e da Juventude, que inclua preparação psicológica, orientação e estímulo à adoção inter-racial, de crianças ou de adolescentes com deficiência, com doenças crônicas ou com necessidades específicas de saúde, e de grupos de irmãos. ([3], 1990 - Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)

Tendo em vista os dispositivos do ECA supramencionados, a seguir serão descritos a evolução histórica e os fundamentos para o atual modelo do programa de preparação para adoção que vem sendo executado pela equipe interprofissional da VIJ-DF.

III. HISTÓRICO DA PREPARAÇÃO PARA ADOÇÃO NO CONTEXTO JUDICIAL DO DF

No DF, de 2000 a 2004, a equipe interprofissional da então Seção de Adoção da VIJ-DF estabeleceu, a partir de um projeto piloto, um programa de preparação em grupo para postulantes à adoção. De 2006 a 2012 foram estabelecidas parcerias com instituições de ensino superior (UCB, UNIP, IESB, UnB) e com o Aconchego - Grupo de apoio à adoção no DF, para desenvolver atividades de preparação para adoção, sob a orientação da equipe interprofissional da VIJ-DF. Os pretendentes à adoção eram convidados a ingressar nesses grupos de preparação. Antes da mudança na legislação, a preparação era oferecida aos habilitandos e habilitados, mas nem todas as famílias aceitavam o convite para se inserir nesses grupos. A obrigatoriedade da preparação só passou a vigorar na legislação a partir de novembro de 2009 (Lei 12.010/09) e foi estendida para os também já habilitados - todos haviam de ser preparados: os novos postulantes e os já habilitados. Para atender à demanda, a equipe interprofissional da VIJ-DF assumiu em 2010 a preparação dos já habilitados e encaminhou os habilitandos à preparação conduzida pelos parceiros.

A partir da mudança legal e das parcerias firmadas, as instituições de ensino cumpriam um programa indicado ou aprovado pela equipe interprofissional da Vara (SEFAM/VIJ-DF), geralmente conduzido por estudantes dos cursos de Graduação de Psicologia bem como Pós-Graduação de Psicologia Jurídica, sempre sob a supervisão de docentes e/ou

por profissionais das instituições parceiras como o Grupo de Apoio à Adoção Aconchego. Após o final dessa fase, os habilitandos eram convocados a comparecer à VIJ para que os estudos psicossociais fossem realizados pela equipe interprofissional da Vara.

Esse modelo de preparação para habilitandos, entretanto, foi substituído a partir de 2012 por diversas razões. Dentre elas, a percepção de que a preparação feita por equipes fora do judiciário carecia de expertise nos aspectos judiciais e em alguns casos de experiência acumulada com o tema da adoção. Aliado a isso, alguns sinais de esgotamento das parcerias começaram a ser emitidos, posto que os professores coordenadores das instituições de ensino não podiam mais assumi-las com regularidade e na quantidade equivalente à demanda. Verificou-se, ainda, nos grupos de habilitados que cumpriam a etapa obrigatória da preparação para a adoção coordenados pela equipe interprofissional da VIJ, que o contexto de grupo se constituía também como importante etapa avaliativa dos candidatos, o que requeria a participação da equipe interprofissional em todas as etapas da habilitação.

Dentre as principais justificativas para a realização da preparação pela equipe interprofissional do juízo está o fato de que o contexto de grupo propicia a emergência de aspectos da personalidade dos requerentes, importantes para serem avaliados. Esses aspectos muitas vezes não eram facilmente revelados nas entrevistas individuais ou do casal. Avaliou-se que os profissionais responsáveis pelos estudos psicossociais precisavam envidar esforços (na maioria infrutíferos) para adquirir informações sobre os postulantes que participavam dos encontros de preparação junto aos parceiros. Informações essas que poderiam ter sido facilmente obtidas durante o grupo de preparação por meio de uma simples observação. Porém, os dados eram “perdidos” na medida em que a equipe técnica da VIJ não participava da etapa de preparação.

Ressalta-se também que o objetivo da avaliação é o de verificar se os candidatos à adoção oferecerão um ambiente saudável e favorável à criança que pretendem adotar, alinhados a uma real observância dos modelos, padrões e crenças presentes no discurso dos pretendentes a respeito da temática da adoção. Além disso, a preparação se mostra como um momento único e oportuno de desconstrução/desmistificação de mitos e preconceitos a respeito da temática. Assim, a preparação realizada pela equipe interprofissional no contexto judicial possibilita intervir e avaliar simultaneamente, o que não era possível quando a preparação era exclusivamente realizada pelos parceiros.

A partir de 2012, o programa de preparação dos postulantes à adoção no DF foi inteiramente assumido pela equipe interprofissional da VIJ-DF, sendo composto de uma palestra e três encontros de grupo. Também durante a transição para o atual modelo, houve uma participação programada de membros do Ministério Público e da Defensoria Pública em conjunto com a equipe interprofissional nas palestras destinadas aos pretendentes com a finalidade de aprofundar as questões jurídicas relevantes na adoção. Estas participações esclareciam de forma inequívoca o papel de cada uma

das instituições e reforçava o foco psicossocial da equipe interprofissional nos encontros seguintes. Também entre as participações programadas eventualmente eram convidadas famílias que já haviam concluído adoções com êxito para dar depoimentos, o que era bastante apreciado pelos participantes.

Apresentado este breve histórico do programa de preparação para a adoção da VIJ-DF, passa-se agora a apontar alguns aspectos psicossociais norteadores do atual modelo de atuação da equipe.

IV. ASPECTOS PSICOSSOCIAIS QUE FUNDAMENTAM O MODELO DE PREPARAÇÃO PSICOSSOCIAL E JURÍDICA NO DF

Em estudo realizado por [2], observou-se que o contexto psicossocial da adoção requer múltiplos olhares sobre o fenômeno e a criação de espaços de saberes compartilhados entre os envolvidos no processo, ou seja, entre os integrantes da equipe técnica e as famílias envolvidas. Ainda nesse artigo, as autoras apontaram que o trabalho de grupo no processo de seleção e preparação do (s) candidato (s) à adoção mostrava resultados positivos para a construção dessa possibilidade de troca entre famílias e equipe psicossocial.

O programa de preparação atualmente utilizado pela VIJ/DF foi elaborado com o duplo objetivo de atender à prerrogativa legal e obrigatória da preparação e da avaliação dos pretendentes, em conformidade ao contexto e realidade local do Distrito Federal. A metodologia de grupo permite a construção coletiva do conhecimento, o diálogo e a troca entre o senso comum e o conhecimento especializado sobre os temas tratados. Segundo [5], no senso comum subjaz uma “visão de mundo assentada na ação, no princípio da criatividade e da responsabilidade individuais.” O senso comum sendo prático e pragmático, “reproduz-se colado às trajetórias e experiências de vida de um dado grupo social”, afirmando-se nesta correspondência fiável e securizante - “O senso comum é indisciplinar e imetódico, não resulta de uma prática especificamente orientada para o produzir, reproduz-se espontaneamente no suceder cotidiano da vida... aceita o que existe tal como existe e privilegia a ação que não produza rupturas significativas com o real” . Apesar da tendência a ser um “conhecimento mistificado e mistificador” (p. 56), até mesmo “conservador e capaz de legitimar prepotências”, para [5] o senso comum tem uma dimensão utópica e libertadora que pode ser ampliada através do diálogo e da interpenetração com o conhecimento científico. Sendo assim, a metodologia de grupo permite que ambos os conhecimentos (de um lado o do senso comum da vivência pessoal do pretendente à adoção e de outro do saber científico dos especialistas da equipe interprofissional) sejam expostos e entrem em uma relação dialógica. Nesse diálogo ambos os saberes são enriquecidos, o que permite a emergência de experiências novas, o reconhecimento de entraves pessoais e preconceitos, e a reformulação de crenças dos pretendentes em relação à temática da adoção.

Os princípios que nortearam a construção do programa foram:

- Realização da preparação concomitantemente à avaliação psicossocial pela equipe interprofissional da VIJ;
- Acolher as expectativas, idealizações e fantasias dos pretendentes, mas também confrontá-los com a realidade das crianças e adolescentes cadastrados para adoção, suas histórias de vida e privações (os motivos pelos quais foram afastados de sua família biológica e colocados em adoção) e os dados estatísticos descritivos da adoção. Entende-se que, somente a partir desse diálogo entre a fantasia e a realidade, pode-se auxiliar o pretendente a elaborar um sonho possível, uma espera factível e uma preparação para a inserção do adotando e para a nova realidade familiar;
- Dinâmicas que permitem a auto-reflexão e a circulação da palavra (psicanálise de grupo);
- Estabelecimento de um fluxo processual, de uma continuidade imediata entre as fases de preparação e de estudo psicossocial dos postulantes, destinando para a realização do estudo preferencialmente os mesmos profissionais que coordenaram a etapa de preparação dessas pessoas, com evidente ganho de produtividade (necessidade de marcação de menos entrevistas, por exemplo, posto que as crenças e a dinâmica de funcionamento do sujeito ou do casal já foram observadas nos encontros de grupo). A fase de avaliação individual ou do casal composta de entrevista (s) e visita domiciliar é iniciada a partir da conclusão dos encontros de grupo para a preparação psicossocial, portanto já pelos próprios profissionais que coordenaram a referida preparação;
- Firmar eventuais parcerias com instituições de ensino superior de Psicologia e/ou Serviço Social e com os grupos de apoio à adoção, não mais na preparação como parte obrigatória de uma etapa de habilitação, mas em um sentido mais amplo. A inserção, participação e engajamento do pretendente em uma preparação complementar em um contexto não judicial (e, portanto, não obrigatório) é indicativo de seu compromisso com a adoção. Este contexto menos persecutório do ponto de vista do pretendente (fora do olhar da Justiça) pode ainda ser mais propício à admissão de dificuldades de caráter psicológico, que podem ser elaboradas em um contexto psicoterápico focal e breve, ou ainda em grupos terapêuticos oferecidos por estas instituições ou organizações. Desta forma, por meio destas parcerias, pode vir a ser estabelecida uma fase complementar (anterior ou posterior à preparação da VIJ) voltada para a reflexão e amadurecimento do desejo de adotar, para ajustes de carências específicas de alguns candidatos e/ou para o aprofundamento e elaboração psicológica de questões focais. Tais grupos também poderão ser indicados para pessoas já habilitadas com demandas semelhantes que contraindicam uma colocação imediata de uma criança.

Também se verifica que no atual modelo de preparação

realizado pela equipe psicossocial da VIJ há uma redução de desgaste dos candidatos a partir da ciência por parte destes de que estão inseridos em um processo judicial, permeados de aspectos jurídicos relevantes e que tem início, meio e fim, possibilitando ainda:

- a construção de uma ligação empática entre os pretendentes e os profissionais da equipe interprofissional da VIJ em prol da criança real e dos demais desdobramentos e acompanhamentos envolvidos na adoção;
- o reconhecimento da importância do trabalho de preparação realizado pela equipe interprofissional;
- o estabelecimento de vínculos de confiança com a equipe que futuramente irá realizar a apresentação do adotando (a) e o acompanhamento do estágio de convivência.

Com base nesses princípios psicossociais norteadores da preparação para a adoção, aliados à legislação e à experiência da equipe, serão descritas a seguir, com mais detalhes, as etapas que o compõe o atual programa.

V. O MODELO DE PREPARAÇÃO PSICOSSOCIAL E JURÍDICA NO DF

A. PRÉ-ETAPA DO PROGRAMA: CONVOCAÇÃO E ASSINATURA DE CONTRATO

Antes da sua inserção no programa de preparação para adoção da VIJ-DF, os requerentes são convocados para se inscrever nas turmas oferecidas por meio de um contrato em que todas as datas e horários programados, assim como as regras de participação são detalhadas. Dependendo do número de autos aguardando inserção em turmas de preparação é feita uma convocação dos pretendentes e uma leitura coletiva do contrato em um auditório, garantindo vagas em diversas turmas a todos os convocados. Cada turma abrange no máximo 9 autos de inscrição para adoção (18 participantes no máximo), de modo a tornar produtiva a discussão nos encontros de grupo. Uma via do contrato, contendo datas/horários e regras é juntada aos autos, e uma segunda via do contrato é fornecida aos postulantes. As regras de participação exigem pontualidade e frequência integral para obtenção do certificado.

B. PRIMEIRA ETAPA DO PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA ADOÇÃO DA VIJ-DF: PALESTRA E ENCONTROS EM GRUPO

A primeira etapa tem duração de 12 horas e é composta de uma palestra e três encontros de grupo. Cada uma dessas atividades tem três horas de duração, com intervalo de 15 minutos. Os três encontros de grupo são preferencialmente dispostos no mesmo dia da semana com intervalos de pelo menos uma semana a fim de promover a reflexão e o amadurecimento das questões tratadas pelos habilitandos.

Palestra A palestra é realizada por membros da equipe interprofissional da VIJ-DF e aborda os seguintes tópicos: 1) Aspectos psicossociais da adoção; 2) Estatísticas descritivas da adoção no DF; 3) Etapas da habilitação para adoção no

DF; 4) Aspectos jurídicos e processuais da habilitação e da adoção; 5) Papel ou atribuições do Ministério Público, da Defensoria Pública ou Advogado particular, da equipe interprofissional e do Juiz; 6) Regras de participação nas atividades em grupo.

Procura-se oportunizar aos requerentes, nesse primeiro momento, um contato com a legislação que fundamenta a adoção e as etapas da habilitação e da adoção propriamente dita, buscando uma linguagem acessível ao público, esclarecendo-se os termos legais e aspectos jurídicos. A critério dos profissionais que conduzem o encontro, as dúvidas são sanadas na medida em que aparecerem, ou destina-se um momento específico para os esclarecimentos. Na palestra são reforçados os pontos do contrato assinado pelos requerentes, buscando a atenção às normas que facilitarão o andamento dos encontros e oferecendo informações claras para todos os participantes.

Numa mesma palestra podem ser convocados integrantes de uma ou mais turmas de preparação como forma de abreviar procedimentos e ganhar mais tempo da equipe para as demais etapas do programa, estudos e atribuições da equipe interprofissional.

Encontros em grupo São formados grupos de no máximo 9 processos de habilitação para adoção. O número de participantes em cada grupo pode variar, pois alguns processos têm como requerentes um casal, e em outros processos há apenas um requerente solteiro, viúvo ou separado/divorciado.

A configuração mínima de cada grupo é de dois coordenadores e um observador, todos integrantes da equipe interprofissional da VIJ-DF, podendo-se utilizar também estagiários do serviço, sobretudo na observação. Os coordenadores executam as atividades e o observador faz um registro cursivo dos comportamentos mais relevantes dos participantes do grupo e dos coordenadores para análise posterior e retomada de discussões que ficaram incompletas. O modelo proposto se constitui em três encontros temáticos com duração de três horas cada, onde são trabalhados aspectos avaliados pela equipe interprofissional da VIJ-DF como fundamentais no processo de reflexão acerca da adoção. Cabe ressaltar que os encontros não visam esgotar todos os temas pertinentes à adoção, mas promover um espaço de trocas de informações, experiências e reflexões, criando a possibilidade de que, ao final dos encontros, os requerentes possam continuar a caminhada pessoal acerca da temática.

Todo o material produzido pelos participantes durante as tarefas de todos os encontros é utilizado para posterior reflexão conjunta e análise no estudo psicossocial.

São também oferecidas atividades escritas para serem realizadas no período de intervalo entre cada encontro, individualmente ou pelo casal, conforme o objetivo pretendido. Não raro, verifica-se que os casais divergem ou ainda não conversaram suficientemente sobre determinados temas relevantes. As dinâmicas adotadas nos encontros de grupo são reveladoras neste sentido e os próprios cônjuges percebem tal necessidade. Pode-se afirmar que a preparação também é um momento propício e promotor do autoconhecimento

e do conhecimento dos desejos e crenças do cônjuge, tão importantes para os futuros pais na formação da família com filhos adotivos.

Ao longo dos encontros são relatadas histórias reais de crianças e adolescentes cadastrados para adoção a fim de que os pretendentes possam aterrizar de suas idealizações e avaliar se estão dispostos e preparados para as diversas circunstâncias e privações pelas quais as crianças e adolescentes cadastrados para adoção via de regra enfrentam ou enfrentaram. Durante os encontros, textos relevantes sobre a temática da adoção também podem ser empregados.

Ao final dessa etapa, são entregues listas de livros e filmes sobre adoção e se recomenda a participação em grupos de apoio à adoção. Os postulantes são lembrados sobre a próxima etapa do programa de preparação: o estudo psicossocial, que requer disponibilidade de tempo deles para os procedimentos necessários (entrevistas e visita). Solicita-se que mudanças de endereço e de telefones, e viagens programadas sejam informadas de modo a otimizar a próxima etapa.

VI. SEGUNDA ETAPA: ESTUDO PSICOSSOCIAL

A segunda etapa ocorre em sequência, com a realização de estudo psicossocial com cada família postulante separadamente para, posteriormente, emitir relatório sobre o estudo. O estudo psicossocial em cada processo judicial é realizado preferencialmente pelos integrantes da equipe interprofissional (psicólogos e/ou assistentes sociais) que atuaram nos encontros em grupo. Os procedimentos realizados no estudo psicossocial são: 1) leitura e análise dos autos; 2) entrevista (s) que podem ser individuais, de casal ou familiar; 3) visita domiciliar; 4) contato com familiares e outras testemunhas apresentadas pelos postulantes; 5) discussão do caso pela equipe ou supervisão.

Na conclusão do relatório destinado ao juiz podem ser feitas diversas recomendações e encaminhamentos, tais como: psicoterapia individual e em grupo, psicoterapia de casal e processos grupais focais breves, psicodiagnóstico e/ou avaliação psiquiátrica, ou ainda participação em grupos de apoio.

O profissional subscritor do relatório pode sugerir o deferimento, o indeferimento, ou a suspensão do feito para providências cabíveis (encaminhamentos, por exemplo) e posterior reavaliação da habilitação. Embora a equipe interprofissional seja subordinada à autoridade judiciária, o ECA garante a livre manifestação do ponto de vista técnico (art. 151). Todo relatório é revisado pelo supervisor com o fito de deixá-lo claro e coerente ou ainda, em caso de dúvidas ou imprecisões, podem ser sugeridos pelo supervisor ao profissional novos procedimentos complementares objetivando esclarecer pontos relevantes. Nos pareceres também podem ser sugeridas recomendações ou encaminhamentos diversos.

VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, avalia-se que o programa de preparação para adoção da VIJ-DF é fruto do entrelaçamento entre o ordenamento jurídico do ECA, os conhecimentos advindos da literatura especializada e a experiência dos membros da

equipe interprofissional nos casos concretos acompanhados. Esse programa tem obtido êxitos, por exemplo, no que diz respeito à previsão do Artigo 197-C, § 1º do ECA, sobre o “estímulo à adoção inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos”. Com o passar dos anos, esses tipos de adoção têm aumentado no Distrito Federal, assim como as faixas etárias dos adotandos nas adoções via cadastro. Estudos quantitativos futuros poderão apontar se tal tendência se consolidará.

Um fato relevante a apontar é a avaliação qualitativa que o programa tem recebido dos habilitandos. No final do programa, é solicitado ao participante, sem necessidade de se identificar, que contribua por escrito com críticas e sugestões ao programa. Alguns afirmam que no início pensavam se tratar apenas de uma exigência burocrática e iniciavam a etapa pensando que a mesma seria inútil. Via de regra, ao final da etapa de preparação, os habilitandos ressaltam a relevância dos temas tratados e a qualidade do programa coordenado pela equipe interprofissional. Muitos sugerem que a etapa seja ampliada e mais encontros sejam oferecidos.

É importante destacar, por fim, que o programa de preparação descrito neste artigo não é estanque. Ele vem sendo aperfeiçoado para atender às necessidades judiciais e modificações dos perfis das crianças e adolescentes cadastrados para adoção e dos postulantes à adoção, bem como de eventuais mudanças na legislação infanto-juvenil.

Referências

- [1] ARIÈS, P. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- [2] CAMPOS, N. M. V. COSTA, L. F. A. Subjetividade Presente no Estudo Psicossocial da Adoção. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 17, n. 1, p. 95-104. 2004.
- [3] BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.
- [4] FONSECA, Cláudia. Caminhos da adoção. São Paulo: Cortez, 1995.
- [5] ROCHA, M. M. FREITAS, M. G. Intervenção para pais adotivos na perspectiva da análise do comportamento. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, v. 13, n. 2, p. 33-45. 2001.
- [6] SANTOS, B. (1987). Um discurso sobre as ciências. Porto: Afrontamento.
- [7] VARGAS, M. Adoção tardia: da família sonhada à família possível. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- [8] WEBER, L. N. D. A ficção e a realidade de crianças institucionalizadas: uma proposta de intervenção. *Texto Contexto. Enfermagem*, Florianópolis, v. 88, n.2, p. 427-430, 1999.



CARLOS HENRIQUE BOHM

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (2006) e mestrado (2009) e doutorado (2012) em Ciências do Comportamento na Universidade de Brasília. Atua como psicólogo na Vara da Infância e da Juventude, no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Tem experiência em docência no ensino superior nos cursos de Psicologia, Enfermagem e Pedagogia. É autor de obras literárias e artigos científicos.

Atuou como parecerista de periódicos científicos. Professor na Faculdade Anhangueira (2016).



NIVA MARIA VASQUES CAMPOS
Psicóloga e Mestre em Psicologia (UnB). Atua como Psicóloga na Vara da Infância e da Juventude/TJDFT.



KARINA MACHADO ROCHA GURGEL
Psicóloga, Especialista em Psicopedagogia e Mestre em Psicologia Clínica (UnB). Atua como Psicóloga na Vara da Infância e Juventude/TJDFT.

...

...



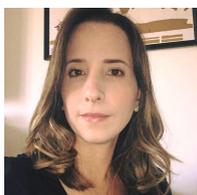
LUIZA BARROS SANTOUCY
Psicóloga e Mestre em Psicologia Clínica e Cultura (UnB). Atua como psicóloga na Vara da Infância e da Juventude/TJDFT.



ANDREA DE PAULA PORTO FERNANDES PEIXOTO
Psicóloga e Mestre em Psicologia Clínica e Cultura (UnB). Psicóloga e Especialista em Psicopedagogia (UCB). Atua como Psicóloga na Vara da Infância e Juventude/TJDFT.



MAÍRA CRISTINA COELHO DE LIMA
Psicóloga (UnB). Atuou como Analista Judiciária do MPDFT. Atua como Psicóloga na Vara da Infância e Juventude/TJDFT.



PAULA FREIRE COUTINHO DA ROCHA
Psicóloga e Especialista em Análise do Comportamento (IBAC). Atua como Psicóloga na Vara da Infância e Juventude/TJDFT..

BORDERLINE: COMPREENSÃO DOS VÍNCULOS AFETIVOS EXPRESSOS NA VARIAÇÃO ENTRE A DEPENDÊNCIA EMOCIONAL À INDIFERENÇA NAS RELAÇÕES

BORDERLINE: UNDERSTANDING THE AFFECTIVE BONDS EXPRESSED IN THE VARIATION BETWEEN EMOTIONAL DEPENDENCE AND INDIFFERENCE IN RELATIONSHIPS

ILCKMANS BERGMA MUGARTE.

• **RESUMO** - O trabalho visa a apresentação de um caso Borderline, com ênfase na organização do funcionamento psíquico, na dinâmica familiar e interações sociais, através do método de Rorschach e da abordagem sistêmica. O método utilizado foi o clínico qualitativo com estudo de caso e foram priorizados os dados associados à perturbação da identidade e a construção dos vínculos afetivos. O objetivo foi identificar associações entre a Representação de si e Representação de Objeto, a fim de interpretar os padrões de relacionamentos que evidenciam a compreensão dos vínculos afetivos expressos na variação entre a dependência emocional à indiferença nas relações. Os resultados revelaram que o Borderline apresenta dificuldades nos limites internos e externos e na capacidade de lidar com a fragmentação da identidade. Nesta perspectiva, a necessidade de afeto se instala de modo variável, revelando a natureza impenetrável dos vínculos. A relevância do estudo nos faz compreender, de maneira aprofundada, a personalidade Borderline, o que afeta não só a vida destes pacientes, mas também o modo de se relacionar e de se manifestar no convívio social e com seus familiares. Ambos os métodos, oferecem instrumentos que se prestam a medir as características, tanto com relação à dinâmica individual quanto à dinâmica relacional. Pretende-se com o estudo, propor aos profissionais e interessados neste tema, discussões e estratégias a fim de realizar uma avaliação ou direcionamento clínico para que estes indivíduos possam se adaptar melhor às manifestações desse sofrimento.

PALAVRAS-CHAVE - Borderline; Rorschach; Dinâmica Familiar

ABSTRACT - The present paper aims to present a Borderline case, with emphasis on the organization of psychic functioning, family dynamics and social interactions, using the Rorschach method and the systemic approach. The method used was the qualitative clinician with a case study and prioritized the data associated with identity disturbance and the construction of affective bonds. The method used was the qualitative clinician with a case study and prioritized the data associated with identity disturbance and the construction of affective bonds. The objective was to identify associations between Self Representation and Object Representation in order to interpret the patterns of relationships that evidence the comprehension of the affective bonds expressed in the variation between the emotional dependence and the indifference in the relations. The results revealed that Borderline presents difficulties in the internal and external limits and in the capacity to deal with the fragmentation of the identity. This personality organization favors vulnerability to frustration, the fear of abandonment, and the feeling of emptiness because it fails to achieve stability in the "good" and "bad" representations about the other. In this perspective, the need for affection sets in a variable way, revealing the impenetrable nature of the bonds. The relevance of the study makes us understand in depth the Borderline personality, which affects not only the lives of these patients, but also the way of relating and of manifesting themselves in the social life and with their relatives. Both methods provide instruments that measure characteristics, both with respect to individual dynamics and relational dynamics. The purpose of this study is to propose to the professionals and those interested in this topic, discussions and strategies in order to carry out a clinical assessment or guidance so that these individuals can better adapt to the manifestations of this suffering.

KEYWORDS - Borderline; Rorschach; Family Dynamics

I. INTRODUÇÃO

O Transtorno Borderline (TPB) tem sido definido em termos descritivos, pelo *Diagnostic and Statistical Manual, V edition - DSM V* (APA, 2014) como um quadro complexo, em função da organização da personalidade sob conteúdos que descrevem os padrões emocionais e relacionais. A personalidade Borderline se revela através da instabilidade dos afetos e da dificuldade no autoconceito e autoimagem. Nos critérios de diagnóstico, são apontados como principais características a instabilidade afetiva; necessidade de evitar o abandono real ou imaginário; pensamentos paranóides; perturbação da identidade; impulsividade; sentimentos de vazio; raiva e ideação suicida.

A personalidade Borderline, manifesta-se na ordem psíquica e com características multifatoriais, sob hipóteses inter-relacionais entre os aspectos individuais, familiares e sociais. Segundo [8], as convergências dos sintomas retratados, referem-se que na maioria dos casos, à personalidade Borderline se apresentar como uma ausência de identidade, permeada por uma atuação baseada em comportamentos imprevisíveis. Para Fonagy (1991), a caracterização de sujeitos imprevisíveis está vinculada a dificuldade de se relacionar com o meio de maneira independente, pois os mesmos, não desenvolveram esta autonomia.

Para [9], a autonomia está ligada à fase de separação-indivuação, composta por momentos distintos, mas que se entrelaçam no processo de desenvolvimento. A individuação é o movimento de fortalecimento da identidade. A separação é o movimento de diferenciação que cede lugar para que o processo de individuação aconteça. A consolidação do processo de separação- individuação advém das experiências de afastamento das relações significativas para o sujeito e que lhe permitem sair da condição de completa passividade. O sujeito que tem chance de desenvolver a individuação, pode ser mais capaz de funcionar independentemente e atingir uma identidade definida, até em certos aspectos, por toda vida. Indivíduos que não conseguem esta autonomia, não obtêm um grau de satisfação entre si e a “constância de objeto” [10] e, provavelmente não criam um sentimento de identidade coesa, uma autoimagem segura, individualizada e diferenciada. Verifica-se que as origens do processo de construção desta identidade Borderline pode ser rastreada por experiências na fase de separação- individuação, vinculadas às reações e sentimentos característicos deste período, que podem ter sido interpretados como insegurança e sentimento de abandono. Neste ponto de vista, a individuação é a maneira autônoma de agir frente ao mundo externo, sabendo que é preciso separar-se e individuar-se para continuar a existir.

Neste aspecto, nos casos Borderline, se instalam um conflito central referente ao medo de não conseguir proteger os limites da individualidade, isto é, de perder as fronteiras psíquicas. O Borderline tem uma dificuldade acentuada no processo de individuação e difusão da identidade, expressos

pelo corte e/ou dissociação de si e das relações. De acordo com [8], esta referência principal da identidade do Borderline está situada no corte entre si e as partes boas e más do objeto. Nessas referências, o objetivo é identificar associações entre a Representação de si e Representação de Objeto, a fim de interpretar os padrões de relacionamentos que evidenciam a compreensão dos vínculos afetivos expressos por atuações que variam da dependência emocional à indiferença nas relações.

Como a etiologia do Transtorno Borderline é multifatorial, foi dado um foco também nos fatores relacionados ao que Zept (2012) aborda como sendo a raiz das inseguranças, voltado ao campo dos vínculos afetivos, nos quadros Borderline. Este campo é o lugar onde estes indivíduos provavelmente criam seus vazios de mente, sentindo-se isolados e desamparados nos aspectos de cuidados e de proteção. Para atender aos objetivos desse estudo, foi relevante analisar as relações no contexto social e familiar do Borderline na perspectiva sistêmica, para compreender as experiências e os aspectos que favorecem a instabilidade nos mecanismos de aproximação em relação a Representação de objeto – uma associação que desperta a dependência afetiva do sujeito ou a angústia e medo de perder estas referências. Estas experiências caracterizam a vinculação afetiva e colaboram para a compreensão do surgimento dos sintomas ou traços que classificam a personalidade do Borderline como instável, impulsiva, agressiva, indiferente e/ou dependente.

Autores como [1], abordam que a formação e dissolução dos vínculos afetivos nos quadros Borderline estão ligados a um apego inseguro às relações. Na dinâmica familiar, pesquisas revelam os referenciais e as observações que permitem um entendimento sobre os padrões interacionais nos casos Borderline, produzidos pela construção de barreiras nas comunicações e situações que podem provocar a sensação de desamparo e falta de suporte e de identificação nestes indivíduos ([5]; [11]; [14]). Na dinâmica social, vincula-se à impossibilidade de atuação do Borderline, numa tentativa de neutralizar e não estabelecer contato. O meio evidencia situações ameaçadoras que não permite uma comunicação entre o dentro e o fora e, torna-se sendo invadido pela fantasia de um mundo imaginário e perigoso, de acordo com Chabert [19]. A maneira de se vincular pode ou não revelar sentimentos de segurança e valorização neste indivíduo e determinar o quanto poderão se sentir ameaçados pela dependência do objeto. Fica claro que estes pacientes apresentam forte demanda de amor e de afeto, mas ao mesmo tempo, tentam se defender desta dependência, com intensa hostilidade e agressividade à pessoa de quem se sentem dependentes [7].

Com o objetivo de demarcar os indicadores das características e do perfil de personalidades Borderline, são destacados aqui a organização do funcionamento psíquico, a dinâmica familiar e as interações sociais, através do método de Rorschach e da abordagem sistêmica. No aspecto da organização psíquica, [6] afirma que a compreensão humana se dá por meio do aprofundamento do mundo fechado do indivíduo, ou seja, pela análise da personalidade. A organização do

funcionamento psíquico pode ser vista como um mundo fechado que nem todos têm acesso. Através do método de Rorschach pode-se penetrar na compreensão do modo de ser no mundo. O modo de funcionamento é descrito por aqueles que possuem afetividade e sintonia com a realidade e com as relações, como também um modo de ser mais racional, distante e frio na maneira de se relacionar. Mas todos os modos são uma forma reveladora na manutenção e percepção da realidade. As questões levantadas sobre os casos Borderline, são relativas ao que faz um indivíduo estar mais próximo à realidade e ao que faz se distanciar de uma realidade concreta. É nesta polaridade que se encontra a expressão do quadro Borderline, constituído em um universo paralelo, onde se emprega a imaginação sensorial que muitas vezes não atinge o sentido do real em suas percepções. Nestes quadros há uma invasão do mundo fantástico que se mostra fragmentado e pode romper com as barreiras da realidade.

A compreensão dos quadros Borderline pode proporcionar um esclarecimento sobre como desfragmentar este perfil de personalidade, entendendo que estes indivíduos devem ser analisados como um ser-inteiro, capaz de reconhecer a si mesmo, capaz de aceitar-se, mesmo na possibilidade de perder suas fronteiras psíquicas [7]. Pode-se, em contrapartida, possibilitar aos profissionais em suas atuações, estimular modalidades de atendimentos que visem reestabelecer os vínculos afetivos. A proposta de pareceria às redes de suporte e de apoio aos pacientes *Borderline*, tem a finalidade de incentivar e encorajar o desenvolvimento gradual da autonomia, firmando as capacidades e resistências para suportar a presença e/ou ausência dos objetos. É preciso desenvolver habilidades para que se torne possível resgatar a função de ser protagonista de sua própria vida. Ser protagonista de sua história implica em dizer que a identidade é única e pode ser constituída dentro de si e as barreiras que ameaçam esta integridade, podem começar a ceder até que se encontre estratégias para se diferenciar e buscar o melhor modo de ser, mesmo que seja um modo de ser na personalidade *Borderline*. A interpretação dos protocolos considerou as forças e fraquezas do sujeito para disponibilizar as escolhas e os investimentos no que deseja. Nesta complexidade, o método de Rorschach e a abordagem Sistêmica mostraram-se complementares em identificar categorias e variáveis na compreensão deste fenômeno, propondo uma nova forma teórico-metodológicas para apreender este universo *Borderline* e possibilitar uma verdadeira expressão de sua subjetividade.

II. OBJETIVO

Identificar associações entre a Representação de si e Representação de Objeto e os padrões de relacionamentos na formação vínculos afetivos expressos na variação entre a dependência emocional à indiferença nas relações.

III. MÉTODO

A. PESQUISA QUALITATIVA: POR MEIO DO ESTUDO DE CASO

B. PARTICIPANTE

Família de Talyta: formada pela mãe - Dora, 67 anos e pai João, 70 anos, Talyta, 45, diagnosticada com Transtorno Borderline, Lêda, 43, Marcus 42 anos e Fabrício 40 anos.

IV. ANÁLISE DOS DADOS

A. DADOS DO TESTE DE RORSCHACH

Foram analisados os protocolos de Rorschach de acordo com a escola francesa ([18]; [4]; [16]).

B. DADOS DAS ENTREVISTAS

Foram analisados de acordo com o método construtivo-interpretativo de González Rey [6].

V. INSTRUMENTOS

- Roteiro de entrevista semiestruturada do Ciclo de Vida Familiar;
- Teste de Rorschach.

VI. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A. TALYTA, DINÂMICA FAMILIAR E SUAS RELAÇÕES

1ª Zona de Sentido: “Todos dependiam de mim” – Infância de Talyta e Aproximação dos Vínculos familiares

Retrata a história de vida de Talyta e a aproximação dos vínculos familiares. Talyta é a filha mais velha do casal Dora e João e possui 3 irmãos, Lêda, Marcus e Fabrício. A família de origem é do interior de Minas, vieram para Brasília quando os filhos ainda eram pequenos. O pai era militar e a mãe dona de casa. Vieram para Brasília por meio de transferência, onde o pai acabou se desligando do exército e assumindo outra profissão. O pai trabalhava muito para sustentar os 4 filhos. A mãe desempenhava o papel de cuidar da casa e dos filhos. A mãe afirma que “(...) Encontrávamos sempre uma forma de ficar juntos... todos na barra da minha saia (rs)”. O pai descreve que sempre fez questão de conseguir proporcionar viagens ou passeios com os filhos, como afirma: “(...) *estávamos sempre juntos, mesmo nas barracas de acampamento.*”

A mãe relata que o pai estava presente, mas como tinha que trabalhar afirma, com certo orgulho de que “(...) *Todos dependiam de mim*”, inclusive “(...) *meu maridinho que sempre chegava em casa e achava tudo prontinho*”.

A mãe parece ter cultivado elos de dependência com os filhos e com o marido. Aparentemente sente satisfação em contar que todos ‘dependiam dela’, como se esta fosse a sua maior função, manter todos ao seu redor.

Os vínculos parentais parecem ter sido construídos no dia a dia mediante entrega, cuidado, proteção e afeto. Da forma como os pais contam, a família era fechada, só conviviam entre eles em um grupo sempre restrito. Aparentemente apresentaram muita proximidade nas relações com os filhos. Os pais relatam que tinham vida social, mas não enumeram situações.

2ª Zona de Sentido: “Tive que cuidar da minha vida e meus filhos ficaram soltos no mundo” – Adolescência de Talyta

Após o pai se estabilizar, comprou casa própria e ofereceu à esposa a oportunidade de trabalhar em um negócio. A mãe diz que não pensou duas vezes em aceitar esta proposta. A mãe afirma que esta fase significou muito para ela e diz que “(...) *Tive que cuidar da minha vida e meus filhos ficaram soltos no mundo*”. Conta que não avaliou que este período prejudicaria a sua dinâmica familiar.

O período em que a mãe começou a trabalhar fora, seus filhos mudaram alguns comportamentos, o filho mais novo (Fabrício) começou a se envolver com drogas. O Marcus começou a se envolver com Regina que trouxe muitos conflitos em ambas as famílias, pois os pais da menina não o aceitavam. A Lêda tinha vários namorados nesta época.

Talyta começou a trabalhar e buscar sua independência. Interpretou que “(...) *minha mãe nos abandonou nesta época*”. Os pais afirmam que a busca de independência partiu dela, não havia necessidade financeira para que ela se movimentasse desta forma.

Talyta parece ter sentido o impacto da mãe ter saído para trabalhar, após tanto tempo de dedicação à casa e aos filhos. Sobre isso fala que “(...) *Eu sei que era uma boa oportunidade para ela... mas nós não podíamos ficar sozinhos...por isso eu saía e ninguém mais me via*”.

3ª Zona de Sentido: “Ninguém mais via Talyta” – Independência e afastamento de Talyta

Esta fase retrata o início da fase adulta de Talyta, que sempre foi estudiosa e dedicada. Passou no vestibular de imediato e já trabalhava. Assim que conseguiu entrar para o serviço público, resolveu casar e sair de casa. Assumiu o seu relacionamento com Marcelo que já havia sido casado e tinha um filho, Frederico. Não envolveu ou consultou a família sobre suas escolhas. Segundo descrições da mãe: “(...) *Ninguém mais via Talyta*”. O pai relata que sentia orgulho que a filha tinha atingido sua estabilidade financeira e não percebeu o distanciamento familiar instaurado pelo fato da filha ter se casado. Já a mãe diz que “(...) *minha filha só vivia para aquele homem, parecia doença*”.

Quase que no mesmo período, Lêda se casou também, o irmão Marcus foi morar com a namorada em meio às confusões com a família de Regina. O filho mais novo, Fabrício continuava mobilizando a família com questões de drogas.

A mãe diz que não percebia o afastamento de Talyta porque os filhos homens demandavam mais cuidados e afirma “(...) *Eles nunca pararam de me deixar preocupada com eles*”.

A família passou a ter contatos mais espaçados, com encontros em datas comemorativas, mas estes momentos eram vivenciados por eles com muita emoção e proximidade. A mãe relata que “(...) *Nestes eventos, as pessoas de fora se incomodavam de nos ver juntos, pois acabávamos isolando o nosso núcleo familiar de todo o resto*”. Este relato aponta para uma maneira de se vincular intensa, mas que demonstra uma vivência muito próxima em alguns períodos, com afastamentos longos, mas que não chegam a caracterizar rupturas, apenas são entendidos como períodos em que não puderam

estar juntos. A mãe conta que Talyta durante o casamento, era a única que não procurava desenvolver este hábito de se aproximar deles, mesmo nos eventos.

4ª Zona de Sentido: “Não pensava em ninguém...só na minha vida...vivia só a minha vida” – Indiferença de Talyta

Retrata o período em que Talyta esteve casada com Marcelo. A mãe descreve que “(...) *Ninguém sabia o que se passava por lá*”. A mãe conta que a filha chegou a engravidar, mas perdeu o bebê. Relata que a família deu suporte, mas não descreve em detalhes como foi sentida esta perda, tanto para a família quanto para Talyta e justificam que ela acabou aceitando ter Frederico como ‘filho posticho’. Talyta, ao contar que perdeu o filho, não demonstra apego ou sofrimento, mesmo vivenciando um período de grandes expectativas na espera do 1º filho. Talyta descreve que “(...) *gostaria de ter tido um filho...mas não foi possível*”. A mãe relata que “(...) *ninguém gosta de comentar sobre este período*”.

Em relação aos irmãos, Talyta também mantinha uma relação superficial de visitas raras. Talyta diz que “(...) *Não dava espaço para ninguém se meter na minha vida*”. A mãe fala que ela sempre teve esta postura, mas todos percebiam que ela tinha necessidade de saber o que se passava na vida dos irmãos e dos pais, tinha sempre uma opinião agressiva em seus comentários. Talyta diz que não percebia a interferência dela na vida dos outros porque no fundo ela diz que “*Não pensava em ninguém...só na minha vida...vivia só a minha vida*”.

5ª Zona de Sentido: “Antes só do que mal acompanhada” – Diagnóstico Borderline de Talyta

Este período retrata o processo de separação de Talyta que passou anos vivenciando uma relação abusiva com Marcelo, segundo descrições da mãe. Quando questionada sobre este relacionamento, Talyta não apresenta consciência de que era uma relação abusiva. A mãe descreve: “(...) *Ela não tinha vontade própria...tudo era ele que determinava*”. Talyta resolveu se separar após traição de Marcelo e sobre esta situação diz que não pensou duas vezes e afirma que “(...) *Antes só do que mal acompanhada*”. Após a separação, começou a ter reações de agressividade frente a todos. Tinha uma atitude de desconfiança sobre tudo e todos. Antes de se separar já havia se desligado do emprego e passou a viver na dependência financeira do marido que só a deixou com um apartamento ainda financiado.

A família de Talyta parece ter reforçado a atitude de orgulho da filha em não buscar seus direitos judicialmente. A mãe relata que na época viram que a melhor opção era ela ter “(...) *se livrado finalmente daquele homem*”, mas conta que nunca interferiram na relação. Mas já nos casamentos dos filhos homens, sempre tiveram necessidade de controlar e tinham embates diretos com as respectivas esposas dos filhos.

Ao mesmo tempo, como ninguém ‘via Talyta’, ninguém sabia onde ela ‘se metia’, como ela ‘se resolvia’. A família não percebeu que após o término de casamento, Talyta tinha adquirido dívidas e não tinha mais nenhuma estabilidade financeira e começou a também manifestar instabilidades

emocionais. Neste momento precisou de atendimento psiquiátrico e obteve o diagnóstico de Borderline.

Após a separação e diagnóstico *Borderline*, Talyta hoje vive totalmente dependente dos pais, são eles que a mantêm. Ela ainda tem seu apartamento, não consegue se desfazer dele e as despesas são os pais que gerenciam. Hoje não consegue trabalhar, apenas faz uma atividade de síndica do seu prédio, que lhe traz uma renda mínima e não vê perspectivas de futuro.

Talyta não tem muita interação com os irmãos e cunhadas. Como sempre se manifestou de maneira arrogante perante estas relações, não conseguiu reestabelecer este elo. Ela acredita que não conseguirá mais se estabilizar no mercado de trabalho e não sabe como será sua vida no futuro ou quando os seus pais falecerem.

B. DADOS DO RORSCHACH

REPRESENTAÇÃO DE SI

a) Representação de si – Pranchas I e V

A Representação de si é explorada por [4] como questões relativas à identidade. Ao explorar o núcleo da identidade, verifica-se que em suas respostas, Talyta evoca uma fragilidade não específica do Ego, como na resposta:

R1 – “(...) *Um inseto*”. (Prancha I)

Talyta percebe-se como algo frágil ‘*como um inseto*’, que se manifesta de maneira passiva e inferiorizada. A necessidade de se defender das fragilidades, a faz reagir como na resposta:

R2 – “(...) *Uma máscara de Halloween*”. (Prancha I) *A Textura é escura para assustar*

Talyta reage como ‘*algo que assusta*’. Respostas de texturas expressam a necessidade de contato ‘*algo que pode assustar mas que necessita de afeto*’ e acaba usando todas as representações ligadas às simbologias do Halloween que podem significar um mundo de fantasias. Em alguns contextos o Halloween é visto como um meio de celebrar a boa colheita e abundância de alimentos e, em outros momentos, pode ser a possibilidade de cultuar os mortos e venerar a deusa celta que seria descrita como a deusa da perfeição. As máscaras e fantasias são meios de transformar a festa de Halloween em um evento temático. As respostas de Talyta, se misturam entre identificações superficiais, com personagens que são contraditórios ou clivados em conotações referentes ao bom e mau.

Ao ser confrontada, em estabelecer limites de dentro e o fora, manifesta um conflito na dimensão relacional ‘*peessoas de costas uma pra outra*’, mesmo sendo pertencentes ao mesmo núcleo de identificação ‘*como se fossem iguais*’ como na resposta:

R5 – “(...) *Duas pessoas de costas, uma encostada na outra, como se fossem iguais*”.

Em relação à integração da identidade, espera-se respostas H, ou seja, de humanos inteiros, para indicar a capacidade de identificação à imagem humana, à habilidade que fundamenta a identidade ([19]; [3]). Diante da possibilidade de identificar-se, surge uma resposta de (H), ou seja de humano

disfarçado em papel de ‘*bruxa*’. Esta resposta nos remete aos simbolismos que podem ser interpretados de maneiras contraditórias. Ao mesmo tempo, a ‘*bruxa*’ pode ser vista como parte de um imaginário maléfico e demoníaco, como também pode ser considerada como mulher sábia e com uma grande conexão com a natureza, como descreve:

R6 – “(...) *Uma bruxa*”. (Prancha I)

Talyta ainda mantém a mesma dificuldade de identificação em relação à Prancha V como nas respostas: R1 – “(...) *Dois rostos iguais*” (Prancha V)

R2 – “(...) *Duas pessoas de costas*” (Prancha)

Mas as duas como se estivessem sendo refletidas no espelho

R3 – “(...) *Duas pessoas idênticas*” (Prancha V)

Talyta, tem a percepção de mais de um objeto, mas passa a vê-los como idênticos, sem características que os diferenciem. Segundo Raush de Traubenberg, (1970/1998), a análise da prancha V é relevante na compreensão das questões identitárias. Os protocolos que apresentam respostas com conteúdo de estranheza, híbridas e de espelhamento (reflexo), nos remete a ideia de que Talyta tem a necessidade de aproximação ‘*como se estivessem refletindo uma imagem um do outro*’, como também tem a necessidade de afastamento ‘*como se estivessem de costas um para o outro*’. Estas respostas sugerem que o sujeito espera algo que defina as pessoas ou a situação, ficando dependente ou aguardando algo que o satisfaça positivamente ou que lhe dê proteção. Ao mesmo tempo, apresenta a ideia de que muita aproximação pode desencadear riscos de intrusão e invasão. Estas características denotam o estado limite do sujeito, que revela a necessidade de não conseguir ficar sem seu objeto e viver sozinho.

IMPULSIVIDADE NAS RELAÇÕES

a) *Processo de Separação – Individuação – Prancha II, III e VII*

Algumas respostas de Talyta retratam uma impulsividade reveladas em situações vivenciadas através do processo de Separação – Individuação, como uma tendência de agir sem deliberação ou reagir imediatamente, sem refletir. Nestas situações, também apresenta angústias (referências ao branco e ao vazio) em suas percepções. Algumas representações sugerem que a mesma reage de maneira hostil em relação às pessoas; com inquietude e alteração psicomotora e, ao mesmo tempo pode se posicionar de maneira próxima e dependente.

Mecanismos de ligação – Respostas de união / junção

Talyta utiliza o mecanismo de ligação em suas respostas, unindo as situações sem estabelecer diferenciações. Suas representações são ‘*sempre idênticas*’. Para [3], estas respostas sem diferenciação e de (H) – humanos disfarçados, caracterizam uma problemática identitária, como expressa nas respostas: R1 – “*Máscara para se fantasiar*” (Prancha II)

Vejo nestes vãos brancos

R1 – “*Sempre dois idênticos*” (Prancha III)

Mecanismos de Separação – Respostas de corte, dissociação, ruptura (Conteúdos anatmicos)

Neste processo de separação – individuação que é descrito

por Margaret Mahler [9], Talyta representa muita intensidade, ligada à agressividade ‘*dois tigres rosnando um para o outro*’ e como algo explosivo que manifesta na resposta de ‘*explosão atômica*’, como se a separação fosse terminar com tudo, ou seja, fosse finalizar as suas ligações. Ao mesmo tempo, faz referência a manter esta situação ‘*sobre o olhar do outro*’, alguém que a ‘*observa*’, que ‘*cuida*’, alguém que ‘*vigia*’, mesmo que isso cause angústia, como se também sentisse ameaçada pela dependência do objeto, como expressa nas respostas:

R4 – “(...) *Dois tigres, rosnando um para o outro...provavelmente para se separar*”. (Prancha VII)

R2 – “(...) *Uma explosão atômica...que acaba com tudo o que existe*”.(Prancha VII)

R3 – “(...) *Um olhar de máscara, que observa por este buraco branco*”.(Prancha II)

R2 – “*Dois duendes idêntico brigando*” .(Prancha IV)

Diante do vazio interior ‘*vãos brancos*’, há a necessidade de representar algo que possa lhe tirar de cena ‘*colocar uma máscara e se fantasiar*’, ou seja, tentar ser outra pessoa, procurar não se incomodar com a angústia e o vazio. Numa atitude de intolerância frente às frustrações, sua reação é de ‘*brigar*’ para obter recompensas imediatas, mas ainda se vê dependente do outro, como na resposta: ‘*dois duendes idênticos*’. Os duendes são vistos como seres mitológicos considerados os espíritos da natureza, figuras com capacidades mágicas. São considerados como símbolos de boa sorte e sucesso, mas também podem estar associados às forças do mal, tem habilidade para adquirir qualquer forma e cor, podem ser considerados seres violentos e sarcásticos que pregam peças nos humanos, ou seja, um ser endiabrado.

Estas respostas demonstram uma precária formação nos vínculos, pois não foi constituída a membrana limitadora entre o Eu e o não-Eu, ou seja, a realidade pessoal ou interna não está separada do meio externo. Embora exista fronteiras entre a realidade interna e externa, elas estão sempre ameaçadas. Há sempre um modo de invasão entre os polos da realidade e da fantasia, com conteúdos de perseverações que se repetem e que as vezes a faz se perder em um mundo de fantasia.

REPRESENTAÇÃO DE OBJETO

Para [16], a representação de objeto no Borderline evoca respostas de medo, abandono e vazio, provocando forte sensibilidade à rejeição, o temor à solidão e ao conflito com o outro. Embora o Borderline tenha uma necessidade de conexão com os outros, na tentativa de preencher o vazio interno, manifesta-se diante deste outro com sentimentos de raiva e ódio, decorrentes das sensações de rejeição, incompreensão ou vitimização.

a) Identificação com as figuras parentais

Prancha IV

Talyta ao demonstrar um Eu fragmentado, não consegue se revestir de um grau de estruturação que lhe permita uma real independência. Acaba reagindo mal às frustrações, com atitudes compensatórias, representadas por ela como fragilidade de uma ‘*princesa que é beijada pelo sapo*’ e

por representações de domínio. Em suas respostas demonstra certo respeito às figuras de autoridade como na resposta:

R1 – “(...) *Um sapo gordo*”.

Simbolicamente, o sapo pode ser visto nas fábulas como um animal feio que se transforma em príncipe com o beijo da princesa. Em algumas culturas, o sapo é visto como algo que simboliza a riqueza, a prosperidade e a boa sorte. Estas características lhe dão poder, êxito, força e coragem. É considerado nas mitologias como um elemento masculino. Misticamente, o sapo pode estar associado a animais comuns para as bruxas, associado à morte, escuridão e veneno.

Prancha VII

Talyta, apresenta resposta de claro-escuro, com ‘*contornos vagos*’, de conotação ambivalente ‘*estrutura óssea*’, onde as partes mais claras são visualizadas como ‘*ossos*’ e as linhas mais escuras como ‘*ossos do quadril*’. Estas respostas indicam a ambivalência entre o sujeito e a delimitação e interação com a figura materna, situada entre momentos de aproximação e distanciamento. Respostas de raio X representam um meio de controlar as ansiedades frente às suas frustrações, através de recursos intelectuais, como vista na resposta: R1 – “*Quadril, uma parte do corpo humano, como se estivesse vendo essa imagem em raio X, como se fosse a estrutura óssea*”

VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo estabeleceu uma compreensão das dimensões do quadro *Borderline*, com possíveis relações entre a dinâmica familiar, a história de vida da paciente. É dado ênfase nos aspectos que caracterizaram o seu ciclo de vida, o tipo de estrutura familiar, padrão de comunicação, padrão de regras, surgimento dos sintomas e tratamento/acompanhamento e relacionamento da família com outros sistemas sociais. As análises foram entrelaçadas sobre a perspectiva da dinâmica familiar, através de técnicas sistêmicas e o método de Rorschach. A partir das análises, foi possível caracterizar a organização do funcionamento psíquico, a dinâmica familiar e as interações sociais no quadro *Borderline*, identificando padrões de intensidade emocional que movimentaram os comportamentos imprevisíveis, de maneira confusa e desorganizada para atuar. A instabilidade é apresentada frente à consolidação do processo de separação- individualização, representada por situações que indicam muita aproximação na infância de Talyta e experiências de afastamentos, como na adolescência e no período de casamento. Estas experiências a fizeram reagir de maneira abrupta, afetando a sua capacidade empática, reproduzindo flutuações na maneira de lidar com às expectativas e necessidades. Talyta manifestou-se muito vulnerável às frustrações, com medo do abandono. Suas reações são de angústia frente às situações de desamparo. Apresenta resistências quanto a acreditar nas relações (após traição do marido), onde todas elas são representadas por personagens ‘*bons*’ ou ‘*maus*’. Esta dinâmica de personalidade *Borderline* demonstra o quanto os afetos interferem a vida do indivíduo, no modo de se relacionar e de conviver.

Ambos os métodos, ofereceram instrumentos que se prestaram a medir as características que revelaram que, a natureza dos vínculos, são impenetráveis, a menos que as pessoas saibam encontrar formas de diálogos que permitam ao outro a possibilidade de se conhecer, de se revelar, de dar espaço e dar passagem para se vincular.

Verifica-se que é preciso articular os pressupostos do olhar sistêmico, no sentido, de valorizar a história de vida do indivíduo, quanto a reestabelecer os vínculos e descaracterizar o que é interpretado como descuido ou falta de atenção dos pais, em especial sob a figura materna. Estas sensações de abandono, negligência, angústia de separação, falta de atenção acarretam prejuízos significativos aos vínculos afetivos em termos de estabelecer fronteiras e limites, dificultando a possibilidade de manter relações íntimas e duradouras com as pessoas.

Os resultados apontaram para representações que são convergentes entre os métodos de análises, interpretados com respostas que denotam distanciamento afetivo em quase todos os tipos de de relações, confirmando um modo de atuar ora na intensidade, ora na superficialidade mesmo com pessoas mais próximas. A organização psíquica e as dinâmicas relacionais, possuem uma base insuficiente nos vínculos, refletindo na fragilidade identitária. A fragmentação da identidade no Borderline, revela a dificuldade nos limites internos, expressos em uma atuação evasiva, um modo mais provocativo em estabelecer os limites, uma maneira de testar as pessoas para certificar o quanto elas estão disponíveis ao amor e à confiança no estabelecimento dos vínculos

Os dados oferecem instrumentos para que profissionais e interessados neste tema possam compreender o *Borderline* na perspectiva de sua dinâmica individual e relacional, a fim de realizar uma avaliação ou direcionamento clínico para que estes indivíduos possam se adaptar melhor às manifestações desse sofrimento. Os resultados foram alcançados em identificar e associar a Representação de si e Representação de Objeto, permitindo que os participantes pudessem explorar as dificuldades, os padrões disfuncionais, conflitos e sintomas, bem como, os potenciais e os aspectos preservados. As dinâmicas de atendimento, tiveram um reflexo positivo, como um espaço para reestabelecer os vínculos e traçar metas para um funcionamento que favoreçam sentimentos de apoio e cuidado. A ampliação das metodologias em abordar e acolher o *Borderline* imprimem a abertura para que a rede compreenda e desenvolva melhor os vínculos afetivos, minimizando os impactos das atuações entre dependência e indiferença emocional. O *Borderline* precisa expressar seus conflitos, procurando estratégias que o fortaleça para as quebras e rupturas, reestabelecendo a confiança básica necessária para investir nas relações, para que consiga funcionar e contar com os fatores de proteção. Esta abordagem visa compreender o *Borderline* como um ser-inteiro, firmando a autonomia para ser capaz de reconhecer a si mesmo, capaz de aceitar-se, mesmo na possibilidade de perder suas fronteiras psíquicas.

Referências

- [1] Agrawal, H. R., Gunderson, J., Holmes, B. M., & Lyons Ruth, K. (2004). Attachment studies with Borderline patients: A review. *Harvard Review of Psychiatry*, 12, 94-104
- [2] American Psychiatry Association. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental disorders - DSM-5*. 5th.ed. Washington: American Psychiatric Association, 2014.
- [3] Anzieu, D. (1988) *Os métodos projetivos*. Rio de Janeiro: Campus.
- [4] Azoulay, C., Emmanuelli, M., Rausch de Traubenberg, N., Corroyer, D., Rozenewajg, P., Savina, Y. (2007). Les données normatives françaises du Rorschach à l'adolescence et chez le jeune adulte. *Psychologie Clinique et Projective*, 13(1), 371-409. doi: 10.3917/pcp.013.0371
- [5] Chabert, C. (1998). *O Rorschach na clínica do adulto*. Lisboa: Climepsi Editores. (Original publicado em francês 1997)
- [6] Chabert, C. (2004) *A psicopatologia no exame do Rorschach* (N. Silva Jr., trad.). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- [7] Cowan, P.A. (1997) - *Individual and Family Life Transitions: A Proposal for a New Definition*. In: Cowan, P.A. Hetherington, E.M. (orgs.) -*Family Transitions*. Nova Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers..
- [8] Eisenstein, V. W. (1951). *Differential Psychotherapy of Borderline States*. *The Psychiatry Quarterly*, 25(1), 379-401. Fonagy, P. (1991). Thinking about thinking: Some clinical and theoretical considerations in the treatment of a borderline patient. *The International Journal of Psychoanalysis*, 72, 639-656
- [9] Emmanuelli, M., Azoulay, C. (2008). *As técnicas projetivas na adolescência: Uma abordagem psicanalítica* (M. A. de Souza, Trad.). São Paulo: Vetor.
- [10] González R. F. L. (2002). *Pesquisa qualitativa em psicologia: Caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- [11] Kernberg, O. (1968). *The Treatment of Patients with Borderline Personality Organization*. *The International Journal of Psychoanalysis*, 49, 600-619
- [12] Mahler, M. (1982). *O processo de separação individualização*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.
- [13] Mahler, M.; Pine, F.; Bergman, A. (1977). *O nascimento psicológico da criança: simbiose e individualização*. Rio de Janeiro: Zahar.
- [14] Marvin, R. S., Stewart, R. B. (1990). A family systems framework for the study of attachment. In M. T. Greenberg, D. Cicchetti, E. M. Cummings (Eds.), *Attachment in the pre-school years: Theory, research and intervention* (pp. 51-86). Chicago, IL: University of Chicago Press.
- [15] Minkowski, E. (1999). *Traité de Psychopathologie*. Paris: Collection Les Empêcheurs de penser en rond. (Originalmente publicado em 1966).
- [16] Minuchin, S.; Rosman B. e Backer, L. *Psicossomatic Families: Anorexia Nervosa in context*. Cambridge, Mass: Harvard Universit Press, 1978.
- [17] Rausch de Traubenberg, N. Sanglade, A. (1984). Représentation de soi et relation d'objet au test de Rorschach: grille de représentation de soi. *Revue de Psychologie Appliquée*, 34(1), 41-57.
- [18] Stern, A. (1957). *The Transference in the Borderline Group of Neuroses*. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 5, 348-350
- [19] Traubenberg, N. R. (1998). *A prática do Rorschach*. São Paulo: Vetor.
- [20] Zepf, S. (2012). Do We Need the Concept of "Splitting" to Understand Borderline Structures? *The Scandinavian Psychoanalytic Review*, 35, 45-57.



ILCKMANS BERGMA MUGARTE

Psicóloga pelo Centro Universitário de Brasília (CEUB 1998), Graduação em Design de Interiores pelo Centro Universitário Planalto do Distrito Federal (2014), Mestrado em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília (2012). Doutorado em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília (2018) Docente: Professora Do Curso De Psicologia na Faculdade Anhanguera (Ministra aulas no curso de Psicologia / Direito e Enfermagem)

Psicóloga Clínica: Trabalha atualmente no INCB (Instituto de Neurociências de Brasília) / Clínica AME / Clínica Conviver / Consultório Particular - Atua principalmente na área clínica/ acadêmica e pesquisa -Áreas principais: Psicopatologia e Psicodiagnóstico / Rorschach / Atendimento a adultos, conjugal e Familiar -Aplicadora de testes em concurso público-Pesquisa: Atendimento Psicossocial a Crianças e Adolescentes com Transtornos Alimentares e Obesidade.

...

...

DANÇA E MOVIMENTO: IMPACTOS PSICOLÓGICOS DO BALLE CLÁSSICO EM MULHERES ADULTAS

DANCE AND MOVEMENT: PSYCHOLOGICAL IMPACTS OF THE CLASSIC BALLET IN ADULT WOMEN

**IRENIDES TEIXEIRA,
VERENA SCHULTZ,
ANA LETÍCIA ODORIZZI,
VALDIRENE CÁSSIA DA SILVA.**

• **RESUMO** - Sabe-se que a fase adulta é um momento em que muitas transformações acontecem e, por isso, algumas adaptações devem ser realizadas na vida do indivíduo. É nessa etapa da vida que as preocupações com a saúde e o bem-estar físico e psicológico se intensificam. A prática de Ballet Clássico em mulheres adultas tem crescido, e pensando nisso este trabalho buscou compreender os impactos psicológicos da prática de Ballet Clássico em mulheres na fase adulta. Para isso foram abordados temas como o Desenvolvimento Humano na fase adulta, a mulher contemporaneidade, conceitos sobre a Qualidade de Vida e sobre os benefícios da atividade física, bem como um breve histórico da dança, mais especificamente do Ballet. Como instrumento de coleta de dados, para responder à questão problema da pesquisa, foi utilizado o método do Grupo Focal. Para a construção dos resultados, foi realizada uma leitura subjetiva das falas das participantes. Com isso foi possível obter como resultado dessa pesquisa que o principal impacto psicológico promovido pela prática dessa atividade se relaciona com transformações positivas da autoestima, autoimagem e autoconceito.

PALAVRAS-CHAVE - Dança; Ballet; Subjetividade; Autoestima.

ABSTRACT - It is known that the adult phase is a time when many transformations happen and, therefore, some adaptations must be made in the life of the individual. It is at this stage of life that concerns about health, physical and psychological well-being intensify. It is at this stage of life that concerns about health and physical and psychological well-being intensify. The practice of Classic Ballet in adult women has grown, and thinking about it this work sought to understand the psychological impacts of the practice of Classic Ballet in women in adulthood. In order to do so, topics such as Human Development in adulthood, contemporary womanhood, concepts about Quality of Life and the benefits of physical activity were discussed, as well as a brief history of dance, specifically Ballet. As a data collection instrument, the Focal Group method was used to answer the research question. To construct the results, a subjective reading of the participants' speeches was performed. With this, it was possible to obtain as a result of this research that the main psychological impact promoted by the practice of this activity is related to positive transformations of self-esteem, self-image and self-concept.

KEYWORDS - Dance; Ballet; Subjectivity; Self esteem.

I. INTRODUÇÃO

Quando se fala em Ballet imagina-se uma linda bailarina dançando “O Lago dos Cisnes” na ponta dos pés, leve, suave, delicado, como um anjo sem asas, mas não se imagina que mulheres adultas tenham desejo de iniciar sua experiência nessa área. Tais características estão diretamente relacionadas a feminilidade da mulher do século XIX, que ao longo

dos anos se transformou, e, no contexto contemporâneo atual, a mulher, por estar extremamente atarefada com os diversos papéis que exerce, acabou deixando de lado um pouco dessa feminilidade.

Há várias questões que influenciam a decisão de mulheres em idade adulta se inserirem nesse contexto do Ballet Clássico: falta flexibilidade, imagem corporal, falta de tempo,

medo, traumas relacionados a dança na infância, e algumas dessas motivações são de interesse e estudo da psicologia e podem ser elencadas como possíveis motivações psicológicas. Este trabalho tem como objetivo identificar e compreender os impactos psicológicos que o Ballet Clássico promove a partir da análise de um grupo focal em uma escola de dança em Palmas – TO, buscando entender o desenvolvimento do corpo da mulher nesse momento da vida, e o contexto social em que ela está inserida bem como o contexto profissional em que se encontra.

Mulher no contemporâneo

Para entender o papel da mulher no contexto contemporâneo é necessário entender a sua história, como era reconhecida pela mitologia, religião e sociedade ao longo dos anos. Há um mito grego que conta a história da criação da mulher, segundo [26], colocando-a como a responsável por todos os males da humanidade:

Prometeu havia entregado aos homens a capacidade de controlar o fogo, o que deixara Zeus muito irritado. Decidido a se vingar de Prometeu, Zeus cria a mulher, que é renegada pelo 'traidor', pois pensava ser aquilo apenas parte da vingança. Zeus dá Pandora (a mulher) a Epimeteu (irmão de Prometeu). Junto com a bela mulher é entregue uma caixa – um recipiente que contém todos os males da humanidade – e o alerta para que esta nunca fosse aberta. Pandora, por ser muito curiosa, abre a caixa enquanto o marido dorme um sono profundo. Ali são libertos todos os males da humanidade.

Essa representação da mulher grega vem ao encontro da representação que o cristianismo faz sobre a mulher com a história de Eva, ao colocá-la como a protagonista da origem do pecado que é causa de todos os males da humanidade, de acordo com [2].

A autora enfatiza que, na antiguidade, a mulher era excluída da maioria das atividades sociais, até mesmo de rituais e cerimônias de cunho religioso, ficando impedida de participar das cerimônias de sacrifícios e oferendas, bem como de tomar o vinho puro nos cultos domésticos, desse modo, à mulher era proibido, inclusive, entrar em contato com o sagrado.

Os papéis das mulheres passaram por várias representações durante os séculos. Segundo [24], foram exóticas, degradantes e até desumanas. E ao mesmo tempo em que foram admiradas, foram temidas como representantes de Satã e reduzidas a objetos de domínio e submissão.

Um papel feminino mais conhecido e estabelecido culturalmente desde a antiguidade é o da mulher como esposa. [24], afirma que até a idade média, os casamentos eram considerados negócios, combinações que o pai da noiva realizava com a família do pretendente, sem o consentimento da mulher, sendo a fecundidade indispensável ao casamento.

Foi por volta do século XVIII, que o amor romântico se torna o ideal de casamento, um novo ideal de amor, onde acontece por escolha e decisão dos cônjuges e a procriação

não é mais a finalidade do casamento [24]. Neste momento da história, ganham destaque os movimentos por igualdade de gênero. No protagonismo pela luta da liberdade da mulher, destaca-se o movimento feminista que teve início durante a década de 1960. O protesto ficou conhecido como a queima os sutiãs. Com auxílio da mídia, a atitude dessas mulheres teve uma repercussão a nível mundial, representando uma grande influência pelo mundo, trazendo uma reflexão sobre a questão da igualdade de gêneros.

No Brasil, as primeiras organizações femininas tiveram início na década de 60, porém, essas organizações ainda tinham aspectos conservadores e suas prioridades eram abrir espaço para as mulheres no mercado de trabalho repudiando a discussão a respeito da liberdade sexual.

A partir da evolução das conquistas dos direitos das mulheres o estereótipo da mulher submissa foi substituído pelo da mulher múltipla, como afirma [15], aquela que trabalha fora, cuida da casa, dos filhos e do marido e, ainda assim, deve encontrar tempo para cuidar de si, fazer cursos de aperfeiçoamento, manter cabelos e unhas impecáveis, praticar exercícios físicos, balancear a dieta e se manter impecável. Pode-se dizer que o grau de exigência em relação à mulher tornou-se maior.

O corpo da mulher, em sua história, foi marcado por ser considerado, como explica [26], um objeto de prazer e satisfação, numa visão masculina, e ao mesmo tempo também foi considerado um exemplo de corpo a ser imitado, dentro daquele padrão de beleza. Com o auxílio da mídia a visão sobre este corpo se torna ainda mais comercializada.

Na representação da mulher grega, [11] tem-se que a imagem do corpo feminino era uma imagem de um corpo macio, esponjoso, delicado e depilado. Baseada nas esculturas dos artistas renascentistas sobre as deusas gregas Afrodite e Vênus, que eram esculpidas sem pelos púbicos, com uma pele lisa e macia, romantizando a imagem da mulher grega, idealizada pelos homens ao imaginarem tais deusas.

Sobre corpo, [27] afirma que o corpo da mulher era (e talvez ainda seja) considerado apenas um corpo apto ou não ao parto. “Não mais que corpo que respira, come, excreta, que faz nascer outros corpos como se fosse máquina de parir” (s/p). Para a autora, a corporeidade feminina vem sendo construída através desse pensamento sobre este corpo. Uma corporeidade advinda de uma função social derivada de uma função natural.

Para [7], o corpo é o que nos identifica, pois, “antes de ser um objeto, o corpo é nosso modo próprio de ser-no-mundo que realiza a abertura do homem ao mundo” (p. 39), fazendo do movimento um modo de se relacionar com as coisas. Merleau-Ponty [30], citado pela autora, afirma que essa relação é mediada primordialmente pelo corpo, sendo a consciência que se tem de mundo adquirida por meio do próprio corpo. Como o corpo remete à: sexualidade; feminilidade; e sensualidade, é importante pontuar alguns aspectos sobre esse corpo feminino e sua sexualidade, que sofreu e ainda sofre alguns pré-conceitos.

Sobre a sexualidade feminina, [29] traz que foi a partir

do século XVIII e XIX que o discurso sobre sexo, antes restrito à Igreja, começou a “dispersar-se em diferentes áreas do conhecimento como a política e demografia. Além da medicina, psiquiatria e biologia” (p 219). Foi a partir disso que foram construídos novos conceitos e imagens sobre a mulher e sua sexualidade.

A repressão e a anulação da mulher foram substituídas pela liberação e pela independência. Portanto, [29] explica que atualmente tem-se uma mulher com poder de se impor na sociedade em diferentes áreas, inclusive na sexual, ganhando espaço em vontades e assuntos que não podiam nem ser mencionados por ela.

Uma das mulheres que influenciaram o movimento feminista no mundo foi Simone de Beauvoir. Mulher parisiense, filósofa e escritora do século XX contribuiu ricamente com seus pensamentos em diversos âmbitos da humanidade. [5] explica que durante toda a sua história, a mulher sempre esteve subordinada a um homem, em virtude de sua estrutura fisiológica, “por mais longe que se remonte na história, sempre estiveram subordinadas ao homem: sua dependência não é consequência de um evento ou de uma evolução, ela não aconteceu.”

A autora afirma que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade” [5]. Essa frase pode ser explicada sobre a visão de [29], onde relata que ser mulher é uma questão a ser construída, influenciando a construção de sua identidade, e, assim, refletindo na sociedade contemporânea que vive em constante e intensa transformação.

Com base em todo esse histórico de lutas e conquistas, a identidade da mulher na modernidade se assume como independente economicamente, que participa das questões políticas e religiosas, que tem liberdade de expressão, liberdade sexual e detém o poder em suas mãos. “Essa nova mulher trabalha, possui salário próprio, sustenta-se e não depende do sexo masculino para sobreviver” [29].

Essa nova identidade se confronta com um mundo num contexto instável, em crise de valores, fragmentado. A autora afirma que esse novo contexto, que surge com a pós-modernidade, coloca o sujeito diante de uma multiplicidade nunca vista de escolhas e de oportunidades, do autoconhecimento da mulher, do seu corpo, da sua vida e do que fazer dela.

A. QUALIDADE DE VIDA NA CONTEMPORANEIDADE

O conceito de Qualidade de Vida é complexo e abrange vários aspectos da vida do indivíduo. Para sua definição, neste trabalho, tem-se que a Qualidade de Vida “está relacionada com o bem-estar pessoal e abrange aspectos como o estado de saúde, lazer, satisfação pessoal, hábitos e estilo de vida” [20], fazendo parte daquilo que o indivíduo percebe sobre a sua posição na vida no contexto sociocultural.

Entende-se que obter qualidade de vida é um dos objetivos, ou meta de vida do ser humano, e que essa qualidade de vida atualmente advém de vários aspectos da vida do indivíduo.

Assim, para [17], a QV pode ser entendida como sensação de conforto, bem-estar ou felicidade ao desempenhar funções físicas, intelectuais e psíquicas no contexto familiar, no profissional e na realidade da comunidade em que está inserido. “É a realização profissional. É a realização financeira. É usufruir do lazer. É ter cultura e educação. É ter conforto. É morar bem. É ter saúde. É amar. É, enfim, o que cada um de nós pode considerar como importante para viver bem” [17].

O ser humano nunca estará plenamente satisfeito. [10] ao citar Maslow (1959), afirma que o fato de do indivíduo satisfazer uma necessidade não significa que ele tenha uma atitude passiva e acomodada perante a vida. Pelo contrário, a satisfação de uma necessidade é o que proporciona força para que ele ouse mais objetivando a sua autorrealização. Na contemporaneidade, segundo [26], a sociedade em geral vem sentindo a necessidade de manutenção da saúde e do bem-estar, buscando mais tempo com qualidade para aproveitar de forma satisfatória os momentos da vida.

[10], cita [16], ao afirmar que “a existência humana é caracterizada por uma busca constante de sentido vital por parte do ser humano”. Essa busca só acontece quando o indivíduo se identifica e conhece a si mesmo através do desempenho da sua personalidade. [21] afirma que herdamos um corpo dolorido, machucado e por causa disso existe uma resistência em experimentar as situações, ao mesmo tempo em que somos convocados a vivê-las. Assim, vai-se descobrindo formas de reviver o corpo se apoiando, muitas vezes, nas quinquilharias mercadológicas oferecidas pela sociedade. Com o auxílio da mídia as formas de reviver ganham mais poder fazendo com que o corpo se reinvente a cada momento para garantir que essa imagem tenha continuidade alcance todo o sistema.

Atualmente esse contexto demonstra que existe uma busca obsessiva de técnicas de bem-viver e saúde, na tentativa de tornar esse corpo finito em um corpo ilimitado. De acordo com esse mesmo autor, na busca por uma qualidade de vida é necessário que se tenha um corpo saudável, porém entende-se que o corpo não é feito apenas de parte biológicas, é também intensamente influenciado pelas emoções e pensamentos, sendo assim, quando o desejo é um corpo saudável como um todo, para a obtenção de qualidade de vida, é necessário que se cuide tanto do corpo físico, quanto do corpo subjetivo.

O corpo deve ser entendido não simplesmente como organismo biológico, fisiológico, psicológico. [27] afirmam que este organismo deve ser observado também do ponto de vista cultural, que transcende aspecto físico. Sendo assim seus comportamentos também deverão ser vistos sob essa ótica. Comportamentos que se encontram como “biológicos, psicológicos e culturais, assim como os movimentos e os gestos” (p.68).

Na visão de Merleau-Ponty [30], “consciência e corpo são inseparáveis”. Dessa forma, sobre a visão de [27], tem-se que a percepção é a base para o entendimento e a construção da realidade do indivíduo, já que esta acontece por meio do corpo e de seu lugar no mundo. A dicotomia corpo e alma é um termo que vem sido discutido há algum tempo, [21]

afirma que até mesmo a neurociência sustenta a aproximação entre esses dois elementos da vida.

A subjetividade-corpo se move com pensamentos, influencia e é influenciado pelo meio, experimenta as alterações que promove e as alterações que se submete, desenvolvendo processos cognitivos. Sobre isso, [25] afirma que “O contexto, as relações e a eficácia das ações corporais interferem na estruturação de formas de organização, portanto, do pensamento individual e coletivo.”

A globalização, segundo o autor, trouxe acesso rápido às múltiplas informações, provocando mudanças na percepção, “produção de conhecimento, organizações sociais, estimulando ações e proposições fundamentadas na fragmentação do mundo, das ideias, do corpo” (p.47).

[21] afirma que no cenário contemporâneo o corpo parece servir de escudo para as projeções da utópica aldeia global que nos obriga a subsistir no meio da efemeridade da pós-modernidade, onde devemos nos manter e sustentar através do movimento a nossa própria cultura, num momento em que a globalização nos apresenta diversas culturas interconectadas. Ao afirmar que a característica mais vital da vida urbana no contemporâneo é a “íntima interação entre as pressões globalizantes o modo como as identidades locais são negociadas, construídas e reconstruídas” [3], o autor explica como o indivíduo se encontra nessa contemporaneidade, onde há uma necessidade constante de se adaptar e enquadrar nos eixos da sociedade, daquilo que a mídia impõe, e de que forma esse indivíduo é afetado.

B. HISTÓRIA DO BALLE

A dança e o movimento foram umas das primeiras formas de expressão que o ser humano encontrou para se comunicar. [6] a dança, surge como uma forma de expressão e recurso para comunicação entre os homens. Da mesma forma, [22] apud [31], descrevem que a dança surgiu a mais de 10 mil anos na história da civilização. Para o autor não há registros de nenhum povo que não praticasse a dança, por mais primitivo que fosse. Logo, podemos inferir que a dança, é uma habilidade intrínseca ao humano.

Culturalmente, a dança passou a fazer parte do dia-a-dia do ser humano, bem como da sociedade em que ele se insere. Com o passar dos anos, a dança, se torna característica cultural de uma sociedade. Dessa forma [22] se referindo a [32], afirmam que a partir disso passaram a existir duas categorias de danças, as espirituais, que são produzidas como forma de culto com a intenção de aproximar-se do sagrado, e as danças litúrgicas que surgem com foco na relação entre público e bailarino. O Ballet, então, se encontra inserido nessa última categoria de dança, a litúrgica.

Neste sentido, a dança, se torna uma necessidade instintiva, sendo utilizada também para expressão de um estado emocional. [6] ao citar [33], explica que a dança pode ser considerada também como elemento responsável pela sociabilidade do homem. [22] explicam que foi na Idade Moderna (1453 – 1789), período de transição do Feudalismo para o

Capitalismo, que abriga o movimento Renascentista, onde a dança tomou corpo.

Ainda dentro da explicação desses autores o Renascimento, que surgiu nos anos de 1300 a 1700 (início do século XIV e fim do século XVII), foi um período de alteração na visão ou concepção de mundo, visões tais que provocaram mudanças que modificaram as relações do corpo com o meio. Nesse momento o foco passou a ser na individualidade dentro de uma coletividade. Foi nessa época, quando todas essas transformações aconteciam que a classe burguesa que crescia e se desenvolvia, passando a apreciar a dança em espetáculos e festas executadas em salões. A partir daí a dança se divide mais uma vez, em danças populares, e danças da corte ou Ballets. É dessa nomenclatura dada às danças da corte, os Ballets, que o nome Ballet foi inspirado. Seu significado é derivado da palavra francesa bailar/dançar.

Antes de serem danças da corte e se inserirem no contexto dos castelos medievais [18] afirma que as danças surgiram de manifestações rústicas, em sua grande maioria. Quase todas as danças da época nasceram das manifestações populares, improvisadas e com instrumentos rústicos, como coloca esse mesmo autor. Somente depois de passarem pelo povo que essas danças foram adotadas pelas classes dominantes e adaptadas ao estilo deles, para lugares fechados com roupas mais espalhafatosas e com instrumentos mais sofisticados, e a dança que era improvisada passa a ser coreografada.

Para o autor, “esse processo determina a necessidade de mestres que vão começar a aparecer nas cortes renascentistas” [18]. Dessa forma viu-se a necessidade de se terem mestres que ensinassem e coreografassem essa dança.

Contudo, foi com a chegada do Rei Luiz XIV da França que o Ballet atinge seu auge de popularidade segundo [6]. Seu reinado aconteceu dos anos 1643 a 1715. Se referindo a [34], a autora afirma que o Rei Sol, o Rei Luiz IV se tornou um grande bailarino, dançando pela primeira vez no Ballet da corte um espetáculo intitulado “Rei Sol”, que teve a duração de doze horas. Foi essa dedicação e paixão pela dança que fez com que Luís XIV fundasse a primeira escola de Ballet a Academia Real de Ballet que é conhecida atualmente como Ballet da Ópera de Paris.

No séc. XVIII o Ballet chega aos teatros, com espetáculos que utilizavam algumas técnicas da pantomima e artes teatrais variadas além do aprimoramento da técnica do Ballet, como coloca em seu livro [18], os espetáculos contavam com bailarinos, em sua grande maioria homens, que viriam a ser grandes coreógrafos e mestres dessa arte. As mulheres passam a se aventurar mais nessa dança a partir dos anos de 1720, como expõe o autor na página 71 de seu livro “A História da Dança”, apesar de já se apresentarem com Ballet, foi a partir desse ano que as mulheres apareceram em grande quantidade.

Maria Taglioni (1804-1884) foi a primeira bailarina a subir à ponta dos pés, segundo [35] citado por [1], instrumento que foi reconhecido como essencial no Ballet Clássico, e que foi uma conquista feminina, já que muitas outras bailarinas tentavam imitar Taglioni. Com isso iniciou-se uma tendência a

idealização feminina, que por causa do corpete justo, saía até quase o tornozelo e somente pescoço e ombros aparecendo, esta bailarina tinha um estilo de dança que prezava a ausência de qualquer vestígio de expressão carnal, e por isso o estilo era considerado casto.

Anna Pavlova (1881-1931), surge no final do século XIX e início do século XX, misturando os estereótipos de mulher casta e libertina. [1] explicam que nesse momento as bailarinas, começaram a firmar seu predomínio sobre o bailarino homem, reduzindo seu papel ao de porteur (carregador), dando à bailarina uma aparência de pluma, enquanto a carga de um lado para outro. Assim, os homens não eram mais bem vistos nos palcos e, com o passar dos anos, passaram a ser mais celebrados nos espaços esportivos.

No Brasil durante os séculos XVII, XVIII e XIX a construção das Casas de Ópera se iniciam e começam a receber companhias vindas do exterior para se apresentarem, conforme afirma [8]. Juntamente com esses espetáculos a corte portuguesa passou a frequentar mais o Brasil. O primeiro maestro de danças que o Brasil teve foi Louis Lacombe em 1811, mas ensinava apenas para a nobreza e para a Família Real as danças de salão da época.

O Ballet no Brasil se iniciou com a chegada de Maria Olenewa que, como explica [22], foi integrante da companhia de dança de Anna Pavlova, bailarina russa do Teatro Kirov que fundou sua própria companhia. Quando a Cia de Anna Pavlova veio para a América do Sul, em 1921, Maria Olenewa decide ficar, e passa a lecionar essa arte no Teatro Cólón na Argentina (1922 – 1924).

Logo, em 1927, Olenewa abre sua própria escola de Ballet no Rio de Janeiro, hoje conhecida como escola de dança do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, onde, até hoje estão localizados os grandes bailarinos e por onde grandes professores passaram. Alguns anos depois a escola de Maria Olenewa chega em São Paulo.

Em 1954 surgiu no Brasil o Ballet do IV Centenário de São Paulo. De acordo com [18] essa companhia iniciou sua história com alto estilo, grandes espetáculos ecléticos, mas por motivos de falta de dinheiro, teve seu fim. Porém em 1971, os bailarinos que saíram dessa companhia criaram me conjunto o Ballet Stagium, com a direção de Décio Otero e Marika Gidali, seus espetáculos eram voltados para a realidade brasileira.

Ainda sobre a visão desse autor, muitas companhias de Ballet tentaram se fixar no Brasil, mas a falta de recursos financeiros não permitiu que ficassem por muito tempo. E a partir daí inúmeros bailarinos iniciaram suas histórias como professores nas cidades do Brasil, e tornando essa arte conhecida entre os brasileiros.

No início da pós-modernidade surge um novo estilo de dança criado por mulheres, utilizando a técnica tradicional do Ballet Clássico e misturando novas formas expressivas, originando o Ballet Moderno, segundo [1]. Sobre isso, e de acordo com o que os autores expõem, a motivação para a criação desse novo estilo se deve ao fato de que as mulheres tinham acesso restrito às ocupações criativas dentro do

contexto Clássico, dominado por homens. A criação dessa nova forma de dançar proporcionou as mulheres da época a oportunidade de se firmar como artistas independentes e não convencionais.

A dança moderna tem como uma de suas precursoras Isadora Duncan do século XX, que segundo [14] quis sair um pouco do artificialismo do Ballet, “queria dançar no ritmo das ondas do mar, seguindo o vento, de forma espontânea, em comunhão com a natureza”. Dançou pela Europa impressionando grandes nomes da dança na Rússia, “revolucionou e influenciou o mundo da dança com suas ideias, seu carisma e vida” (p.31).

Com uma nova forma de expressão simbólica e contextual, as coreografias possibilitaram às mulheres novas experimentações de corpo e vestimentas que visavam a liberdade física, e, de acordo com [1], propiciando as suas precursoras a fundarem suas próprias escolas e companhias, sendo assim, portanto, “sendo também bailarinas, coreografas, empresárias, críticas e estudiosas, fazendo progressos e, de certa forma, elevando seus status na dança e na sociedade”.

Para esses autores a pós-modernidade foi um momento de mudanças no Ballet Clássico, que “se fundiu com características da dança moderna, surgindo o que se chamou de balé moderno, neoclássico ou contemporâneo” (p. 313). Os autores explicam que a linguagem artística do Ballet Contemporâneo assume uma pluralidade que culmina da diversidade, abrangendo as diferentes poéticas da dança, sendo que muitas não se encaixam nas classificações tradicionais do Clássico e do Moderno. Atualmente o Ballet, seja Clássico, Moderno ou Contemporâneo, tem grande visibilidade em quase todos os principais estados do Brasil.

O Ballet tem a fama de ser mais voltado para o público infantil. Há uma procura muito maior por mães querendo colocar suas filhas nas aulas de Ballet, e muitas vezes é um desejo da própria mãe de fazer aulas de Ballet. Pensando nisso, e em outras questões, as escolas de dança tiveram a ideia de abrir turmas de Ballet para as mães das crianças. A adesão a esse estilo de dança cresceu e deixou de ser algo frequentado apenas por mães, mas por mulheres de diferentes idades e estilos, com diversas motivações.

O cenário (O Ballet na cidade de Palmas – TO)

¹Na cidade de Palmas – TO teve como um marco da dança, a criação da primeira companhia municipal de Ballet, inaugurada no ano de 2006, com turmas de corpo de baile infantil e juvenil. Nesse ano existiam 2 escolas de dança na cidade, e aulas de dança oferecidas gratuitamente pela Fundação Cultural de Palmas, a qual originou tal companhia. Porém, por questões políticas a companhia municipal de dança foi encerrada no ano de 2009. Com o crescimento cidade o número de escolas de dança cresceu, e atualmente, existem 6 escolas de dança que oferecem o estilo do Ballet Clássico.

Além dessas escolas de dança, pode-se encontrar essa modalidade sendo oferecida pela Fundação Cultural de Palmas,

¹ Os dados apresentados foram encontrados através da vivência da pesquisadora que faz arte desse cenário desde o ano 2000.

pelo projeto do estado Balé Popular do Tocantins, e pelo SESI e SESC, com um preço acessível, quando não, gratuito. Dessas 6 escolas de dança particulares, 3 oferecem o estilo do Ballet clássico para adultos, já com relação as instituições citadas acima apenas 1 delas oferece esse estilo para adultos.

O Ballet para adultos ainda é uma novidade no mundo da dança, apesar de estar há muito tempo sendo disseminado, ainda é pouco conhecido. É muito mais comum que o Ballet esteja ligado ao público infantil, e, talvez, por isso o público adulto não reconheça o Ballet como uma atividade física que ele possa praticar.

A cidade de Palmas, com 29 anos de existência, tem mais de 286 mil habitantes e se encontra em pleno desenvolvimento, cresce a cada ano mais do que o esperado. Segundo uma reportagem no site do G1 Tocantins publicada no dia 30 de agosto de 2017, Palmas é a capital com maior crescimento populacional entre 2016 e 2017, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com um crescimento de 2,48%.

O aumento considerável da população proporciona um alcance maior ao número de mulheres adultas que tem a possibilidade de conhecer a modalidade de Ballet adulto que é oferecida pelas escolas de dança na cidade.

II. METODOLOGIA

Trata-se de uma Pesquisa Aplicada, de natureza qualitativa, iniciada em janeiro de 2017. O objetivo metodológico da pesquisa é exploratório. Optou-se pela formação de um Grupo Focal. O grupo baseia-se em entrevistas coletivas, onde o pesquisador interage com os participantes direcionando as perguntas, conforme o objetivo da pesquisa [37].

O roteiro da entrevista contém questões com temas-chave a serem investigados, na intenção de colher dados [7]. No caso do grupo realizado por essa pesquisa a discussão teve como foco tópicos específicos e diretivos, com temas-chave sobre: mulher e feminilidade no contemporâneo; Dança e subjetividade; Dança no contemporâneo; Ballet clássico como atividade física; Ballet Clássico e Qualidade de Vida. O intuito foi de discutir sobre temas relacionados a dança, mais especificamente, ao Ballet Clássico, bem como essa atividade física/arte pode influenciar na qualidade de vida de quem a pratica.

A pesquisa ocorreu em um encontro, com objetivo compreender as construções simbólicas pautadas pelas participantes a partir da imagem subjetiva que elas construíram acerca do Ballet Clássico, para isso foi utilizado como disparador um vídeo de uma bailarina dançando um solo de Ballet Clássico nas pontas (*A Morte do Cisne*). A escolha se justifica pela popularidade dessa dança representado, que é um símbolo universal dessa arte. A discussão teve como princípio o disparador: “Que sensações lhe ocorrem ao olhar para esta bailarina?”.

É uma pesquisa de campo, caracterizada por ser baseada em investigações que utilizam a pesquisa bibliográfica e/ou documental e coleta os dados juntamente com as pessoas envolvidas na pesquisa [6], realizada no Studio de Artes

Innovare, em Palmas – TO, no mês de outubro de 2017. Para qualificar a amostra, foram ouvidas três (3) mulheres adultas (com idade cronológica entre a 25 e 40 anos) praticantes de Ballet Clássico de uma escola de dança em Palmas – TO.

Foram qualificadas para participar do estudo, mulheres com idade cronológica igual ou superior a 25 anos, praticantes de Ballet Clássico há, pelo menos, 6 meses, matriculadas numa escola de dança em Palmas – TO. Foram considerados critérios de exclusão do estudo: gênero masculino; faixa etária abaixo de 25 anos de idade; e não ser praticante de Ballet Clássico.

Com relação às variáveis da pesquisa à princípio buscou-se identificar quais são os efeitos psicológicos do Ballet Clássico em mulheres adultas, e se a idade, classe social, tempo de atividade (Ballet), profissão, e motivações para a escolha da dança, influenciam nesses efeitos psicológicos, dentre outros aspectos que se mostrarem relevantes para pesquisa, o que pode ser admissível considerando a metodologia aplicada.

Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram a entrevista semiestruturada e a observação sistemática, sendo a entrevista semiestruturada é caracterizada por ser sensível a alterações à medida em que o pesquisador se aproprie da teoria que sustenta o estudo, bem como ao aparecimento de temas elencados pelo próprio grupo analisado, e a Observação de subtipo semiestruturada, onde [9] afirmam que o observador define algumas categorias de observação, porém mantém-se aberto à formação de novas categorias. A construção dos instrumentos de entrevista e de observação foram realizados pela pesquisadora, de forma livre.

Para a análise dos dados, foi realizada uma leitura subjetiva das falas das participantes. A partir disso foram criadas três categorias que surgiram a partir das narrativas expostas: a categoria Ballet e subjetividade; a categoria Ballet e Qualidade de Vida; a categoria Ballet e Feminilidade.

Sobre os riscos que podem ocorrer durante e depois da pesquisa, podendo estar relacionados às dimensões psíquicas, culturais dos sujeitos envolvidos. Os conteúdos trabalhados pela estrutura do grupo focal e pelo tema podem causar certa ansiedade e um possível constrangimento. Porém caso ocorra algum desses problemas o Núcleo de Atendimento a Comunidade, que faz parte do CEULP-ULBRA oferecerá os serviços de psicologia para auxílio psicológico e demais aspectos que forem necessários.

Obedecendo aos critérios da Resolução 466/2012 (que trata da normatização de pesquisas com seres humanos), o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA), obtendo parecer favorável em junho de 2017, sob o CAAE de número 69153017.6.0000.5516.

Após contato com a instituição e com as estudantes de Ballet, foi agendada uma data e horário com as voluntárias para realização do grupo focal. A realização do grupo focal ocorreu no dia 23 de outubro de 2017, numa sala de dança disponibilizada pela instituição. Por se tratar de uma sala ampla e sem cadeiras, com o consentimento de todos sentamos no chão em círculo com o objetivo de propiciar uma interação

face-a-face com as participantes. O encontro, que teve início às 20h30 e encerramento às 21h30, foi dividido em 6 (seis) momentos:

Inicialmente, foi explicado como seria esse encontro e foi pedido que lessem e assinassem o termo de consentimento livre e esclarecido. O grupo é composto por três mulheres adultas entre 29 e 40 anos de idade. Não serão nomeadas por seu verdadeiro nome, mas para facilitar sua identificação foram dados apelidos que elas mesmas escolheram: Mulher Maravilha é uma adulta de 29 anos de idade, formada em direito e atuante na área. Por muitos anos jogou handebol e por isso acabou lesionando seu joelho. Se divorciou recentemente e não tem filhos; Soprano é formada em música, tem 40 anos de idade e trabalha como professora de canto. Tem uma filha jovem de 20 anos de idade, e se encontra em processo de divórcio do atual marido. Fez aulas de Ballet na infância por 3 anos, e conta que não teve uma experiência muito feliz; Arwen é bailarina de dança do ventre. Atua como professora de dança. Veio da cidade de São Paulo para Palmas e mora aqui há 8 meses. É casada, tem 37 anos de idade e tem 2 filhos, uma moça de seu primeiro casamento, que seguiu os passos da mãe na dança do ventre e vive em São Paulo, e um garoto mais novo, de 10 anos de idade, de seu atual casamento.

Após essa etapa, foi feito uma roda e dado início ao grupo focal. Foi apresentado um vídeo de uma bailarina dançando “A morte do cisne”, com auxílio de uma TV ligada ao computador (recursos da pesquisadora), com duração de 3 (três) minutos e 28 (vinte e oito) segundos. Teve-se a intenção, com esse vídeo, de elucidar sensações que as remetessem a escolha de fazer essa atividade física. O vídeo está disponibilizado em plataforma de domínio público o que exime o pesquisador da autorização da bailarina para utilização do mesmo, desde que citada sua fonte;

No terceiro momento foi pedido que elas expressassem a sensação que sentiam ao assistirem o vídeo, para que as participantes expusessem suas percepções, sentimentos, opiniões e quaisquer outras visões acerca da conduta das sensações elucidadas pelo vídeo.

No quarto momento foi realizada uma pergunta: Qual a relação do vídeo que, da sensação que ele causou, com a escolha do Ballet na idade adulta? A intenção era de obter informações sobre os motivos que as levaram a escolher o Ballet na idade adulta. Em seguida foi feita mais uma pergunta: qual a diferença da sua vida de antes para de hoje? O que vocês acreditam que o Ballet tenha influenciado? Com a intenção de compreender quais foram as diferenças que elas percebem no cotidiano de suas vidas. Por fim, o grupo foi encerrado com uma frase: “Você nunca será velho demais para dançar. Você ficará velho quando parar de dançar!”, e com o agradecimento da pesquisadora pela participação de todas na pesquisa.

III. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A leitura dos dados foi organizada em 3 categorias a se conhecer: Ballet e subjetividade, Ballet e Qualidade de

Vida, Ballet e feminilidade. Após esse momento tem-se as discussões a respeito desse resultado através da visão dos referenciais encontrados nesse trabalho. Foi possível notar que nas verbalizações citadas na tabela, há prevalência da categoria Ballet e Subjetividade (aparecendo 8 vezes). Dessa forma pode-se entender que os impactos psicológicos estão correlacionados, em sua maioria, com esse tópico.

Em duas falas da participante Mulher Maravilha: 1) “Exige concentração, postura, você se superar, exige autoconfiança [...]”; e 2) “Fez grande diferença na minha vida. Principalmente na autoestima, segurança, persistência”, é possível perceber que as aulas de Ballet podem trabalhar, além dos músculos e aspectos da cognição, aspectos relacionados com a autoestima podendo promover autoconfiança para a realização dos exercícios, o que demonstra a ideia que as autoras [23] explicam sobre a autoestima, afirmando que este conceito é decorrente de como o indivíduo se sente em relação a si mesmo: “autoconfiante e competente ou fracassado e incompetente.”

Na fala da Mulher Maravilha, “E eu acho que o principal, para nós adultos, é essa autoconfiança mesmo, da postura, da gente ter que corrigir a postura e assim parecer que está encarando a vida mais de frente”, é possível observar mais uma vez a hipótese citada acima. Nesse sentido entende-se que a prática do Ballet influencia o cotidiano dessa mulher, que dá força para que ela se perceba e modifique a percepção que tem de si mesmo, sua autoimagem e autoestima, moldando sua personalidade. Sobre isso, [19] expõe que a fase adulta é um momento onde as experiências influenciam na construção da autoestima e identidade, podendo causar alterações na relação do indivíduo com a sociedade, resultando em alterações na autoimagem e autoestima e afetando sua construção da personalidade.

O relato de Soprano “O Ballet entrou na minha vida num momento que eu estava saindo de uma crise de depressão, então ele ajudou nisso aí [...]. Eu me permiti me desafiar a uma coisa completamente diferente. Como eu falei é força, equilíbrio, coordenação motora, é memória, os músculos tensos e você estar sorrindo [...]”, traz a ideia de que as aulas de Ballet vão além dos benefícios da atividade física, relacionando-se também com aspectos subjetivos como a superação dos desafios, que se ligam intimamente às questões relacionadas a autoestima. [23] explicam que tem função de adaptação e regulação, incorporando memórias, traços e valores, na intenção de manter e estabilizar o “eu”, permitindo que o sujeito realize projeções para vida e se autoavaliar, a fim de planejar e avaliar seu desempenho de papéis, entre outros.

A fala de Arwen: “eu acho que isso é primordial para construir essa entrega, essa emoção do bailarino mesmo”; e a fala de Soprano: “E realmente, aí vem essa questão dessa emoção que eu acho que está me desafiando a essa altura da vida a me permitir sonhar com uma emoção dessa.”, destacam aspectos da emoção que a bailarina transmite para o público e que surge a partir da sua própria emoção. Tais questões advêm de aspectos da autoestima, sendo esta colocada pelas autoras [23], como algo que é construído a partir de

uma autoavaliação, e essa autoavaliação acontece de acordo com os sentimentos e pensamentos introjetados durante a formação da identidade dessa mulher.

Em três falas da Mulher Maravilha percebe-se a repetição da palavra “superação”, indicando que este fator está sendo considerado como algo importante para a construção de sua imagem no contexto do Ballet Clássico: 1) “Mas é de superação mesmo, saber que ela começou ali, de pouquinho, e consegue.”; 2) “E eu volto na questão da superação. [...] É ver essa superação dela enquanto bailarina e profissional e levar essa emoção por meio da dança para as pessoas;” 3) “[...] então para mim sempre foi uma superação e eu nunca achei que eu me encaixaria. [...] Aí para mim a emoção é de superação. Literalmente de não me imaginar fazendo uma coisa e conseguir fazê-la bem, hoje, mesmo na idade adulta [...]”

Nessas narrativas pode ser percebido uma nova construção da autoimagem da participante, onde ela se vê alcançando algo que não imaginava que poderia alcançar. A autoimagem, segundo [16] por intermédio de [16], é o “(re)conhecimento que fazemos de nós mesmos, como sentimos nossa potencialidade, sentimentos, atitudes e idéias [...]”. Assim entende-se que a prática do Ballet pode ser um agente transformador da autoimagem e auxiliar para o aumento da autoestima do indivíduo.

A narrativa de Arwen também exprime essa ideia: “O Ballet ajuda também a vencer os seus medos, a muitas outras coisas, por exemplo, a timidez, as dificuldades [...]. Então o Ballet tem isso de superação... quando você consegue fazer algo. Mas eu consigo hoje ter a paciência de curtir as minhas vitórias mais sutis. Por que para mim o Ballet é um desafio.” Ainda sobre o pensamento de [16], a autoimagem é considerada uma organização que a pessoa faz sobre si mesma, que é composta tanto pela sua realidade quanto pela sua subjetividade, e que vai se transformando em conceitos determinantes para a compreensão de seu contexto e meio ambiente.

Assim, a partir das narrativas apresentadas, é possível compreender que as participantes percebem seu desenvolvimento nesse contexto clássico, e apreciam suas evoluções. Tal percepção influencia na construção de sua autoimagem e autoestima. Segundo o autor [16] quando cita García del Cura (2001), o ideal para o ser humano seria poder chegar a ser o mais realista possível sobre a visão que tem de si mesmo, aceitando as qualidades boas e cultivando-as, ou criticando de forma realista as limitações e tentando superá-las.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática de Ballet Clássico, como atividade física, oferece muitos benefícios físicos e psicológicos, como foi exposto no referencial teórico. Porém, este trabalho buscou compreender o que vai além dos benefícios da prática dessa atividade física.

A fase adulta é complexa, com suas crises existenciais, sendo quase um preparatório para a velhice. O contexto pós-moderno atual proporciona mais algumas questões que tem

grande influência no cotidiano dos indivíduos, um mundo cheio de incertezas e inseguranças, com mudanças constantes as quais exigem uma rápida adaptação.

Pensando nesse contexto, esta pesquisa buscou compreender quais os impactos psicológicos do Ballet Clássico (essa dança rígida e tradicional) nas mulheres que se encontram na fase adulta no mundo contemporâneo. A partir das leituras realizadas e observando os aspectos apresentados, foi identificado que a prática de Ballet Clássico em mulheres adultas tem como principal impacto psicológico aspectos relacionados com a autoestima, autoimagem e autoconceito. Como visto no referencial deste trabalho estes conceitos, citados acima, influenciam a construção da personalidade e identidade do indivíduo, promovendo adaptações decorrentes da reformulação desses conceitos sobre si mesmo, que se encontram em constante transformação.

Sendo assim, o Ballet se tornou uma ferramenta importante de apoio para a construção de uma autoimagem e um autoconceito mais elaborado, e, consequentemente para a construção de uma autoestima mais elevada. Reformulação desses conceitos permite que essas mulheres se autoconheçam e assim, percebam mais claramente suas potencialidades e seus pontos fracos.

Com isso, a prática das aulas de Ballet permite que a mulher ganhe mais força e coragem para enfrentar os desafios da vida, já que essas mudanças podem refletir no dia-a-dia dessas mulheres, no trabalho, em casa com a família, com os amigos, possibilitando maior resiliência durante o percurso da vida.

Através dos discursos, foi percebido que as motivações por trás da escolha dessa atividade física/arte estão interligadas com a imagem corporal, a busca pelo aumento da autoestima e a necessidade de mudança. Essas motivações se relacionam intimamente com a psicologia, fazendo com que o Ballet possa vir a ser base para criação de um método psicoterapêutico, bem como um novo método de ensino de Ballet para mulheres.

No decorrer da pesquisa, foi encontrada a necessidade de se investigar mais a fundo as questões relacionadas a dança e aspectos psicológicos, subjetividade, corpo e arte, já que essas áreas se encontram deficitárias em questão de estudos. Pesquisas relacionadas a essas áreas podem servir de embasamento para criação de métodos psicoterapêuticos que atinjam, de forma mais eficaz, pessoas que praticam a dança, bem como podem ajudar a compreender melhor os impactos psicológicos que tais atividades promovem no indivíduo, proporcionando uma visão mais ampla de como o indivíduo é afetado por essas práticas.

Referências

- [1] ANDERSON, Jack. Dança. Tradução Maria da Costa. São Paulo: Verbo-Lisboa, 1978
- [2] ASSIS, M. P. de; SARAIVA, M.C.. O feminino e o masculino na dança: das origens do balé à contemporaneidade. Movimento, Rio Grande do Sul, v. 19, n. 2, p.303-323, jun. 2013.
- [3] BARBOSA, R. C.. Gênero e Antiguidade: Representações e Discursos. História Revista: Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal

- de Goiás. Goiânia - Go, v.12, n.2, p.353-364, nov. 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/5474/4456>>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- [4] BAUMAN, Z.. Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. 191 p.
- [5] BAUMAN, Z.. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. 272 p.
- [6] BEAUVOIR, S. de. O Segundo Sexo: 1. Fatos e Mitos. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. 311 p. Tradução de Sérgio Millet.
- [7] BERTONI, Iris Gomes. A dança e a evolução, ballet e seu contexto teórico, programação didática – São Paulo: Tanz do Brasil, 1992.
- [8] BORGES, C. D.; SANTOS, M.A. dos. Aplicações da técnica do grupo focal: fundamentos metodológicos, potencialidades e limites. Revista da Spagesp: Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo, São Paulo - Sp, v. 6, n. 1, p.74-80, jan. 2005. Disponível em: <<http://search.proquest.com/openview/ec17e32a2ffa52aa6c63ea37d5324379/1?pq-origsite=scholar&cbl=2030189>>. Acesso em: 05 maio 2017.
- [9] BURNS, E. M. História da civilização ocidental. Rio de Janeiro: Globo v.1, 39ª ed, 1993.
- [10] CAMINADA, E.. História da dança: evolução cultural. Rio de Janeiro - RJ: Sprint, 1999. 486 p.
- [11] FERREIRA, L. B.; TORRECILHA, N.; MACHADO, S. H.S. A Técnica de Observação em Estudos de Administração. In: ENCONTRO DA ANPAD, 36, 2012, Rio de Janeiro - RJ. Encontro Nacional. Rio de Janeiro- RJ: Anpad, 2012. p. 1 - 15. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_EPQ482.pdf>. Acesso em: 06 de maio 2017.
- [12] FRAQUELLI, Â.A.. Relação entre Auto-Estima, Auto-Imagem e Qualidade de Vida em Idosos Participantes de uma Oficina de Inclusão Digital. 2008. 86 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Gerontologia Biomédica, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 2008.
- [13] GOLDHILL, S.Amor, Sexo e Tragédia: Como gregos e romanos influenciam nossas vidas até hoje. Rio de Janeiro - RJ: Zahar, 2007.
- [14] JARDIM, A.C.S.; PEREIRA, V. S.. METODOLOGIA QUALITATIVA: é possível adequar as técnicas de coleta de dados aos contextos vividos em campo? In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL., 47., 2009, Porto Alegre - Rs. Apresentação Oral-Ciência, Pesquisa e Transferência de Tecnologia. Porto Alegre - RS: Sober, 2009. p. 1 - 12. Disponível em: <<http://sober.org.br/palestra/13/392.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2017.
- [15] MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1971.
- [16] MISSENO, C. José. Vidança: a dança na vida ou a vida na dança. São Paulo: OESP, 1986.
- [17] MOMMENSOHN, M.; PETRELLA, P.(Org.). Reflexões sobre Laban, o mestre do movimento. São Paulo: Summus, 2006. 282 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=iAxsqReIt0Coi=fndpq=PA25&dq=precursores+da+dança+m oderna+Isadora+Duncanots=Oi8pHe5UDXsig=fXXpuzsvvCCN2L_j4G dxf1UJhsv=onepage&q=isadora duncan&f=false>. Acesso em: 24 maio 2018.
- [18] MORAES, E. Ser mulher na atualidade: a representação discursiva da identidade feminina em quadros humorísticos de maitena. In TASSO, I., and NAVARRO, P., orgs. Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas [online]. Maringá: Eduem, 2012. pp. 259-285. ISBN 978-85-7628-583-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.
- [19] Morgan, D. (1997). Focus group as qualitative research. Qualitative Research Methods Series. London: Sage Publications
- [20] MOSQUERA, J. J. M. et al. Universidade: Auto-Imagem, Auto-Estima e Auto-Realização. Unirevista, Rio Grande do Sul, v. 1, n. 2, p.1-13, abr. 2006.
- [21] NOBRE, M. R. C.. Qualidade de vida. Arquivo Brasileiro de Cardiologia, São Paulo - SP, v. 64, n. 4, p.299-300, dez. 1994. Disponível em: <<http://www.arquivosonline.com.br/psiquisartigos/Pdfs/1995/v64N4/6404002.pdf>>. Acesso em: 06 maio 2017.
- [22] PORTINARI, M.. História da Dança. Rio de Janeiro - RJ: Editora Nova Fronteira S/a, 1989.
- [23] PORTO, I. et al. Correlação entre Níveis de Autoestima, Performance Cognitiva e de Memória em Idosos: uma visão ecológica. Ambiente Educação, Rio Grande - Rs, v. 15, n. 1, p.187-206, jan. 2010. Disponível em: <<https://furg.emnuvens.com.br/ambeduc/article/view/993/923>>. Acesso em: 29 maio 2017.
- [24] PUCCI, G. C. M. Fet al. Associação entre atividade física e qualidade de vida em adultos. Revista de Saúde Pública, Curitiba - PR, v. 46, n. 1, p.166-179, jan. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/33090/35798>>. Acesso em: 22 abr. 2017.
- [25] PUOLI, G. G.. O Ballet No Brasil e a Economia Criativa: Evolução Histórica e Perspectivas para o Século XXI. 2010. 127 f. Monografia-Curso de Relações Internacionais, Faculdade de Economia da Fundação Armando Alvares Penteado, São Paulo, 2010.
- [26] REIS, A. C. dos. A Subjetividade como Corporeidade: o corpo na fenomenologia de Merleau-Ponty. Vivência, São Paulo - SP, v. 1, n. 37, p.37-48, jan. 2011.
- [27] SANDER, J.. Corporeidades Contemporâneas: do Corpo-Imagem ao Corpo-Devir. Revista de Psicologia. Belo Horizonte, Mg, p. 387-408. ago. 2009.
- [28] SANTOS, E. C. dos; ALMEIDA, V. Z. de. História do Balé: da Corte Renascentista à Terra de Cassiano. X Encontro Latino Americano de Iniciação Científica. São José dos Campos -SP, p. 1891-1894. 2000.
- [29] SCHULTHEISZ, T. S. de V.; APRILE, M. R.. Autoestima, conceitos correlatos e avaliação. Revi Sta Equilíbrio Corporal e Saúde, São Paulo, v. 5, n. 1, p.36-48, 2013.
- [30] SILVA, G. C. C. da et al. A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais. Rev. SBPH, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 65-76, dez. 2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582005000200006&lng=ptnrm=iso>. Acessos em 20 abr. 2017.
- [31] SNIZEK, A. B.. Corpo e identidade na dança contemporânea. Revista de Ciências Humanas, Viçosa, v. 14, n. 1, p.43-57, jan. 2014.
- [32] SOUZA, D. A.; KAZMIERCZAK, M.; COUTO, R. Mulher e sociedade: Como podemos compreender as mulheres à luz de seus direitos sociais na contemporaneidade? Colégio Mãe de Deus, Porto Alegre - RS, v. 3, n. 1, p.1-9, set. 2012.
- [33] SIQUEIRA, D. da C. O.; SIQUEIRA, E. D. de. O corpo que dança: percepção, consciência e comunicação. Logos 20: Corpo, arte e comunicação, Rio de Janeiro, v. 20, n. 11, p.61-75, jan. 2004.
- [34] TIBURI, M.. Política, Mulheres e Filosofia. Educação e Sociedade: Perspectivas Educacionais no século XXI, Santa Maria, p.1-3, nov. 2006. Disponível em: <<http://www.marciatiburi.com.br/textos/politicamulheresefilosofia.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2017.
- [35] VIEIRA, J. A.. A identidade da mulher na modernidade. Delta, São Paulo, v. 21, n. spe, p. 207-238, 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010244502005000300012&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Apr. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502005000300012>.
- [36] Zucolotto A, Freire ALG. A divina dança. [atualizado em 2003; acesso em 2018 junho]. Disponível em www.idance.com.br.



IRENIDES TEIXEIRA

Doutora em Educação (UFBA), Mestre em Comunicação e Mercado e Especialista em Teorias da Comunicação (FACASPER), Especialista em Psicologia Clínica (CEULP/ULBRA), Graduada em Psicologia e em Comunicação Social/Publicidade e Propaganda (CEULP/ULBRA), Graduada em Processamento de Dados (UNITINS). Fotógrafa com formação pelo Centro de Comunicação e Artes (SENAC/SP). Possui Formação em Arteterapia (AQUILAE/CE). Atualmente é professora e coordenadora do curso de Psicologia do CEULP/ULBRA.



VERENA SCHULTZ

Psicóloga pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).



ANA LETÍCIA ODORIZZI

Psicologia pela Fundação UNIRG, Especialização em Gerontologia (UFT) e Mestrado em Educação pelo Programa de Mestrado em Educação (PPGE/UFT) com ênfase em Psicologia da criatividade e envelhecimento. Tem experiência na área de Psicologia Cognitiva Comportamental, dança Clássica e Contemporânea pela Formação em Ballet aplicada a saúde mental e Psicologia da saúde no âmbito da Estratégia de Saúde da

Família (NASF). Atualmente professora do curso de Psicologia do Centro Universitário Luterano de Palmas - Ceulp Ulbra.



VALDIRENE CÁSSIA DA SILVA

Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Especialista em Comunicação, Estratégias e linguagens. Graduada em Comunicação Social, habilitação em Relações Públicas. Atualmente é professora titular da Universidade Luterana de Palmas - Ceulp/Ulbra e Faculdade Católica do Tocantins - FACTO. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em tecnologias da informação e da comunicação, atuando

principalmente nos seguintes temas: comunicação, mídia e cultura. Membro do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Saúde, da Universidade Federal do Tocantins-Brasil.

...

...

EMOÇÃO, REGULAÇÃO EMOCIONAL E COMPORTAMENTO: ASPECTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E PRÁTICOS

EMOTION, EMOTIONAL REGULATION AND BEHAVIOR: HISTORICAL, CONCEPTUAL AND PRACTICAL ASPECTS

VINÍCIUS PEREIRA PINTO XAVIER

• **RESUMO** - Em uma perspectiva comportamental emoções são eventos privados e devem ser caracterizados como predisposições de um organismo para ação. Tais ações pré-programadas foram adquiridas ao longo da história evolutiva da espécie, ou seja, uma herança filogenética, mas também, estão sob controle de variáveis ambientais históricas fruto da exposição o indivíduo às contingências. Pessoas adotam estratégias para regular emoções, e a habilidade de fazê-lo compõe uma capacidade altamente adaptativa no repertório humano e ocorrem frente a situações na qual a experiência emocional é avaliada como prejudicial. Via de regra as emoções alvo de regulação são as emoções negativas e busca-se estratégias com o objetivo de influenciar a trajetória da emoção. O artigo em questão trata da definição de emoções e regulação emocional sob a perspectiva de James Gross, apresenta estratégias cognitivas e comportamentais para regulação emocional, e discute à questão de o porquê as pessoas regulam emoções.

PALAVRAS-CHAVE - Emoções; Regulação Emocional; Estratégias de Regulação Emocional; Comportamento.

ABSTRACT - In a behavioral perspective, emotions are private events and must be characterized as predispositions of an organism for action. Such preprogrammed actions were acquired throughout the evolutionary history of the species, that is, a phylogenetic heritage, but also, are under control of historical environmental variables resulting from the individual's exposure to contingencies. People adopt strategies to regulate emotions, and the ability to do so composes a highly adaptive capacity in the human repertoire and occurs in situations in which emotional experience is judged as harmful. As a rule, the emotions that are the target of regulation are negative emotions and strategies are sought in order to influence the trajectory of emotion. The article deals with the definition of emotions and emotional regulation from the perspective of James Gross, presents cognitive and behavioral strategies for emotional regulation, and discusses the question of why people regulate emotions.

KEYWORDS - Emotions; Emotional Regulation; Emotional Regulation Strategies; Behavior.

I. INTRODUÇÃO

Freud [24] relata o caso de Anna, paciente de Breuer acometida de uma multiplicidade de sintomas classificados genericamente como históricos, dentre estes achava-se a impossibilidade de beber água. A origem de tal sintoma encontrava-se na ocasião em que presenciou o cão (nojento) de sua “dama de companhia” saciar sua sede em um copo, por polidez resignou-se em repreendê-la. A superação de tal trauma só foi possível quando, mediante estratégias de tratamento de tal abordagem, a paciente pode exteriorizar energicamente a cólera retida, com demonstrações da repugnância sentida e com a carga de afeto proporcional ao evento.

Ainda sobre emoções, sentimentos e afetos Skinner [72]

afirma que “Como as pessoas se sentem é frequentemente tão importante quanto o que elas fazem”. A forma como Skinner aborda tais eventos, classificados no arcabouço analítico comportamental como privados, difere em muito da maneira como Freud os tem. Porém, há um ponto convergente entre esses e os demais estudiosos e teóricos dos elementos humanos: “o que as pessoas sentem é tão importante quanto o que elas fazem”.

Nesse empreendimento abordaremos as emoções e seus demais substratos sob uma perspectiva comportamental. E sob o prisma comportamental a aquisição do repertório se dá pela noção de seleção por consequências. O desenvolvimento da espécie se dá por uma série de variações e seleções, a

genética, a história de aprendizagem individual e o ambiente social, temos então os níveis de seleção filogenéticos, ontogenéticos e culturais (SKINNER [73]; [70]). [70] afirma que “A constituição genética do indivíduo e sua história pessoal passada desempenham papel nesta determinação e o controle repousa no ambiente. As mais importantes forças, além disso, estão no ambiente social, que é produto humano. O comportamento humano está, portanto, grandemente sob o controle humano”.

No prisma comportamental emoções são eventos que compõem a classe dos privados. Eventos privados são aqueles intimamente especiais dos quais somente o indivíduo que se comporta tem acesso, portanto é inicialmente acessível somente a este (Skinner [73]; [70]). Na concepção skinneriana a questão dos eventos privados está voltado apenas para a fronteira, e não relacionado a questões causais, os eventos privados possuem o mesmo status de causa que os eventos públicos, a diferir apenas por sua acessibilidade ([79]; [9]).

A concepção comportamental para emoções não difere de outras abordagens do tema ([70]; [9]; [7]) quando define emoções como uma predisposição para agir de certas maneiras. Em face ao “amor” você agirá diferente que quando premido pelo “medo” [73]. Nessa perspectiva as emoções estarão a serviço de classificar o comportamento em relação às circunstâncias que alteram a sua probabilidade. Sem negligenciar o papel das emoções no repertório total do organismo, são apontadas as mudanças fisiológicas decorrentes do contato com o estímulo eliciador da emoção. As respostas que variam juntas em uma emoção o fazem em parte por causa de uma consequência comum. As respostas que aumentam de força na raiva infligem dano em pessoas ou objetos. Este processo muitas vezes é biologicamente útil quando o organismo compete com outros organismos ou luta com o mundo inanimado. Parte dessa mudança no repertório do indivíduo é de natureza respondente ([22]; [70]) e parte é de natureza operante. O comportamento de causar dano em outrem, quando sob um estado de cólera, é positivamente reforçado no repertório do agressor.

Parte dos comportamentos emocionais são de natureza incondicionadas, adquiridos como herança evolutiva. Comportamentos se fortaleceram no repertório do indivíduo porque foram seguidos de consequências importantes para a adaptação destes [73].

Expressões de medo, raiva e alegria são universais e precoces, tais indícios dão ideia de sua importância filogenética e ontogenética no repertório do indivíduo [16]. Bebês apresentam capacidades interacionais específicas demonstrando tendência ao reconhecimento individual e formação de vínculos afetivos, reações de protesto frente a separação da mãe e evitação quando em contato com estranhos [6].

[60] demonstraram que bebês com apenas dois meses de vida desviavam o olhar na chegada de um estranho. A pesquisa foi realizada com 34 pares (mãe-bebês) e estruturada em três condições distintas: (a) separação simples da mãe, (b) substituição da mãe por um estranho, e (c) a presença tanto da mãe quanto de um estranho. A forma distinta como

os bebês reagiram às três fases do estudo mostram que a ligação emocional proporcionada com a mãe ocorre mais cedo do que se imaginava. A ontogenia e a cultura podem modelar muitas das reações que teremos frente a estímulos emocionais, porém, é inegável a herança evolutiva para tais respostas.

Frente ao que foi exposto, a ideia de que a natureza nos moldou com os sensores necessários para adaptarmos às demandas ecológicas, faz com que se torne compreensível à aquisição e função de tais respostas no repertório individual. A raiva é um excelente exemplo. Experimenta-se raiva em situações que envolvem ameaça a aptidão biológica do indivíduo, homem ou animal [16] e tal concepção traz consigo o valor funcional da agressão. A luta, neste sentido, não deve ser vista com viés desadaptativo, mas tem o seu valor funcional como uma forma de resolução de problemas para o modo de vida no qual tal característica foi forjada. Ao longo de nossa história evolutiva lutou-se por ocupação de espaços, aquisição de alimentos, garantia de recursos, defesa de filhotes [63].

A evolução não explica unicamente a complexidade de nosso repertório emocional, ao contrário, o que foi adquirido como vantagem evolutiva ao longo do processo de desenvolvimento das espécies não garante necessariamente vantagem na atualidade [73]. Em outros termos a lenta marcha da evolução não acompanhou o desenvolvimento cultural humano. Nas palavras de [59] frente a “um meio que muda constantemente, a bagagem genética não acompanha o ambiente e o organismo apresenta suscetibilidades que são pouco úteis, pouco eficientes e até ameaçadoras no mundo transformado”. Nesse ponto a capacidade de aprender e apreender por exposições e regras (ontogenia e cultura) trouxe vantagens no sentido de adquirir novas respostas, para além daquelas tidas por herança evolutiva.

Um exemplo da inter-relação entre os elementos evolutivos, situacionais e culturais apresenta-se no ataque de pânico [4]. O indivíduo com pânico teme reações corporais advindas do disparo irrestrito de seu Sistema Nervoso autônomo Simpático (SNAS) por interpretá-las como precedentes de um mal súbito. Como tais reações aparecem frente a emoções importantes que demandam uma resposta pronta do organismo (p.e. medo) diz-se que o panicogênico apresenta o “medo do medo”, e para esquivar-se de tal emoção aversiva é comum assumir estratégias de regulação emocional tais como, evitar situações que estejam diretamente relacionadas ao episódio de ataque do pânico. As respostas do SNAS são fruto de herança evolutiva para reações prontas frente a uma situação que demande luta e fuga. Para sucesso no manejo do pânico esse indivíduo deve apresentar uma nova postura frente a tais reações corporais que antes o mesmo encarava como aversivas.

Portanto emoção será definida como um estado específico de alta ou baixa probabilidade de comportar-se de determinada maneira, que envolvem respostas de natureza filogenética, ontogenéticas e culturais. E é uma habilidade humana regular emoções, como uma tentativa de influenciar

a ocorrência, intensidade, duração e expressão das mesmas ([34]; [45]). Como veremos abaixo a característica definidora da regulação emocional é a tentativa de influenciar a trajetória de uma emoção [44]. Abordaremos nas sessões seguintes o histórico do campo das regulações emocionais, aspectos conceituais e empíricos.

II. UM PANORAMA HISTÓRICO DO CAMPO DE REGULAÇÃO EMOCIONAL: ASPECTOS TEÓRICOS, CONCEITUAIS E EMPÍRICOS

O interesse por aspectos teóricos, conceituais e de pesquisa, relativos ao campo de regulação emocional tem se mostrado crescente [76]. Esse crescimento se mostra mais significativo a contar do tempo em que o campo tornou-se independente, a saber no final do século 20 [34]. Desde então o campo da regulação emocional foi ganhando força. A figura 1 [45] mostra a evolução no volume de publicações sobre o campo. Ao longo de duas décadas é possível ver o crescente interesse pelo tema. A fim de parametrizar, [45] alinha as publicações do campo do “controle mental”, comparando-as com as publicações em regulação emocional no igual período. É possível observar que o gráfico segue em franco crescimento partindo de poucas unidades no início 1990 e alcançando mais de 10.000 publicações disponíveis na plataforma especializada Google Scholar.

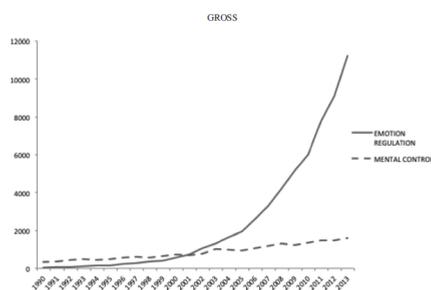


Figure 1. Emotion regulation citations. Number of publications containing the exact phrase “emotion regulation” in Google Scholar each year from 1990 to 2013 (solid line). This is not a cumulative plot—each data point represents 1 year’s citations. For comparison purposes, the number of publications containing the exact phrase “mental control” is also provided for the same period (dashed line).

As contribuições iniciais para consolidar a regulação emocional como um campo de pesquisa independente vieram da psicologia do desenvolvimento nas pesquisas de [18] que em uma conduta pioneira examinaram o impacto de cuidadores sobre a autorregulação de respostas emocionais em crianças. O interesse para desenvolvimento de pesquisa com adultos veio em sequência com [28]. Os pesquisadores, igualmente, em movimento pioneiro, examinaram o efeito da supressão emocional, uma estratégia de regulação emocional, em adultos frente a estímulos repulsivos.

Os caminhos trilhados pelos pesquisadores são marcadamente distintos. [76] afirma que esse desencontro pode ser atribuído por motivos pertinentes a questões inerentes à tradição de cada autor. O tema regulação emocional era entendido e valorado com posições diferentes, enquanto os primeiros, [18] estavam interessados em pesquisas de regulação da emoção de caráter extrínseco (relação pai filho),

[28] interessavam-se em pesquisar a natureza intrínseca da regulação emocional [45].

As pesquisas na área foram tomando corpo e o interesse por fatores básicos subjacentes ao tema incorporaram a gama de pesquisas em regulação emocional. Em 1994 Gross, Fredrickson e Levenson interessaram-se em saber o porquê as pessoas choram, com trabalho intitulado: Psicofisiologia do choro. Foram apresentados um filme com temática emotiva para 150 mulheres, das quais 117 não choraram e 33 sim. As participantes que choraram relataram sentir maior tristeza que aquelas que não. O choro também foi associado ao aumento da atividade do sistema nervoso autônomo simpático. Ao final concluiu-se que o choro estava associado a um estado aversivo, incluindo emoção negativa e uma mistura complexa de ativação simpática e parassimpática. É possível verificar nessa época a preocupação com elementos psicofisiológicos e uma forte ligação com os fatores emocionais.

Ainda sobre questões básicas a respeito do tema, [30] investigaram a Eliciação emocional por meio de filmes, Regulação da emoção e saúde mental [31], os efeitos agudos da inibição de emoções negativas e positivas [32], os efeitos fisiológicos frente a estímulos aversivos repugnantes [34]. Com o conseqüente desenvolvimento da área as pesquisas passam a alcançar questões aplicadas, tais como, contextos sociais das experiências emocionais [6], as relações entre afeto e personalidade [34], as conseqüências cognitivas da supressão da emoção [66], inteligência emocional e processos de regulação emocional [7]. Acompanhando o desenvolvimento da área é possível constatar o refinamento das questões relativas ao tema, observadas em pesquisas como as diferenças individuais em processos de regulação de emoções [37], ocultação de sentimentos em contextos sociais [17], supressão de emoção e doença cardiovascular [55], sistemas neurais e processo de regulação de emoção negativa [61], regulação emocional na vida cotidiana [38]. Por fim nos últimos cinco anos o campo debruçou-se sobre temas como, uso de drogas e regulação emocional [11], regulação emocional e conflito em grupo [46], REGULAÇÃO EMOCIONAL E PLASTICIDADE CEREBRAL [41], humor e regulação da emoção [67], regulação emocional, motivação e desempenho [53], regulação emocional e autismo [68], traumas e regulação emocional [?], regulação da emoção na educação, as bases neurais da regulação emocional [62], farmacologia e regulação emocional ([56]; [40]). A relação entre hormônios cortisol e testosterona em homens sob estado de estresse [74], regulação emocional e uso de álcool [65], regulação emocional e flexibilidade psicológica [2].

Hoje após décadas de pesquisas na área o campo mostra-se consolidado, com uma metodologia de pesquisa importante e um corpo de conhecimento relevante no que concerne o campo da regulação emocional [45]. Dado o franco avanço da área, ancorado por um arcabouço consistente de pesquisas é possível perceber que a regulação emocional tem papel importante na saúde e funcionamento adaptado dos indivíduos no mundo.

[76] afirma que o amadurecimento do campo é acom-

panhado de duas implicações importantes. A primeira é a certeza de que a regulação emocional tem consequências importantes para a saúde do indivíduo e seu pleno funcionamento adaptativo. Em segundo lugar, as investigações sobre regulação emocional rompeu a barreira de dependência do campo das emoções, deixando o papel de subsidiárias desta. Em vez disso as pesquisas sobre regulação da emoção auxiliam a compreensão da emoção.

III. O MODELO MODAL DE GERAÇÃO DA EMOÇÃO

Emoções estão relacionados a eventos específicos e desencadeiam uma experiência subjetiva, respostas cognitivas e tendências comportamentais relevantes proporcionais à emoção experienciada. As emoções induzem a maneiras específicas de comportar-se como alterações faciais, postura e comportamentos específicos à situação, tais como elevar o tom de voz, bater, correr ou esquivar-se ([5]; [?]). Ainda, envolvem respostas fisiológicas específicas do sistema autonômico e neuroendócrino fornecendo suporte metabólico para que o comportamento aconteça [34]; [40]; [45]). Estas se desdobram ao longo do tempo e podem ser úteis ou prejudiciais a depender do contexto ([45]; [40])

Para efeito de compreensão ([34]; [39]) adota o modelo modal de emoção apresentado na figura abaixo. Nessa visão a origem da emoção são elementos eliciados por situações e exigem baixa conexão com experiência, comportamentos e respostas fisiológicas. A pessoa sente, se comporta e reage fisiologicamente frente aos eventos eliciadores da emoção. Seguindo o modelo modal de entendimento da geração de emoções, frente a uma situação que obriga a atenção, o indivíduo emite uma avaliação, e esse conjunto é responsável por eliciar uma resposta emocional complexa no organismo [39].

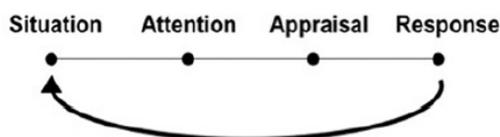
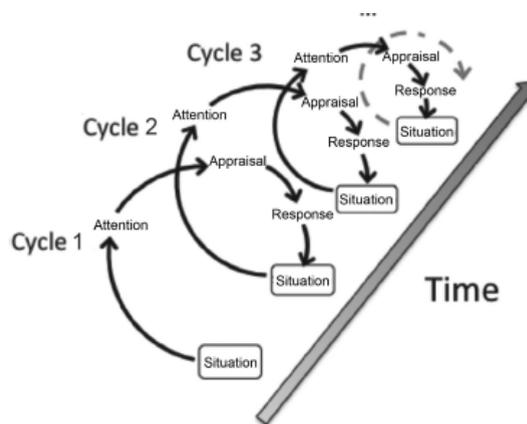


Fig. 1. The modal model of emotion. From "Emotion Regulation: Conceptual Foundations," by J. J. Gross and R. A. Thompson, 2007, in *Handbook of Emotion Regulation* (p. 10), J. J. Gross (Ed.), New York, NY, Guilford Press. Copyright by Guilford Press. Adapted with permission.

O objetivo de Gross ao formular um "modal de geração de emoções" foi o de resumir a estrutura geral dos modelos teóricos vigentes das emoções, para poder criticá-los de forma mais sistemática, contrastando-o com o modelo alternativo proposto por este autor (p.e. [52]; [8]; [58]). No modelo modal de geração de emoção a situação trata-se de um evento psicologicamente relevante. Podendo esta ser definida como elementos contidos no ambiente externo (um cão raivoso que ferozmente corre em minha direção) ou elemento de natureza privada/interna (pensar que estaria sendo perseguido por um cão raivoso). Independente da externalidade ou internalidade do evento, a situação será entendida

e interpretada tomando como referência o contexto total do indivíduo ([39]; [45]). O desdobramento das emoções ao longo do tempo (em segundos ou minutos) se dá pela forma como o indivíduo se comportará frente a estes estímulos, a exposição aos eventos (internos ou externos), atenção dispensada a estes, avaliação de tais eventos e respostas corporais experienciadas. A ciclicidade da experiência emocional que se desdobra no tempo será proporcional à intensidade de cada um dos elos acima mencionados. A figura apresenta o modelo modal de geração da emoção em aspiral para mostrar como esta se estende ao longo do tempo.



É inegável a utilidade das emoções no repertório adaptativo humano, porém essa utilidade estará atrelada ao contexto no qual nos emocionamos [26]. Emoções são úteis quando melhoram a tomada de decisão [45], fornecem informações para o melhor curso de ação, auxilia na detecção de intencionalidade de outros e fornece ao indivíduo informações sobre o melhor curso de ação [34]. Buscar o reforço de uma amizade ou fugir de uma situação potencialmente perigosa são exemplos da utilidade das emoções no repertório humano.

Por outra via emoções apresentam-se como prejudiciais quando são de intensidade, duração e frequência indesejados, induzindo a viés cognitivo e comportamental mal adaptativos ([34]; [45]). [40] afirmam que uma causa importante para muitos padrões problemáticos de comportamento, incluindo transtornos mentais listados no DSM – TR (Manual Diagnóstico Estatístico dos Transtornos Mentais) podem estar na desregulação emocional. É comum exemplos de indivíduos que premidos por emoções negativas agem impulsivamente. Em condições em que estejam experienciando ansiedade, lançam mão de substâncias entorpecentes como estratégia de regulação de humor [11]. São frente a situações emocionais aversivas que as estratégias de regulação da emoção se mostram úteis e necessárias.

IV. REGULAÇÃO EMOCIONAL

Uma das razões pelas quais o campo de regulação emocional vem crescendo é porque os indivíduos regulam emoções. Pessoas sentem a necessidade de regular emoções quando estas são prejudiciais, apresentando-se em intensidade, duração e frequência inadequadas, quando proporcionam um viés

cognitivo mal adaptativo e influenciam no comportamento ([34]; [45]).

Os comportamentos enquadrados dentro da classe de reguladores da emoção podem tomar uma variedade de formas, dentre estas, controlar a respiração; perfurar um travesseiro, encaminhar mensagens de texto para um amigo, sair para uma corrida, tomar uma bebida, ler um livro, morder os lábios, ou pensar sobre uma situação diferente. Um dos focos principais no campo de estudo da regulação da emoção tem sido encontrar formas de organizar o grande número de estratégias que as pessoas usam para regular suas emoções e em seguida, avaliar se diferentes estratégias são associadas a resultados diferentes ([34]; [45]).

Quando questionadas pelas razões pelas quais indivíduos regulam emoção, as pessoas geralmente descrevem esforços para regular emoções negativas, com foco particular em diminuir os aspectos vivenciais e comportamentais da raiva, tristeza e ansiedade. Os indivíduos também relatam esforços em regular emoções positivas como amor, interesse e alegria [43].

O que caracteriza essencialmente regulação emocional são conjuntos de estratégias com objetivo de influenciar a trajetória da emoção. Esse esforço se dá com a finalidade de não experienciar emoções aversivas ou inadequadas, a depender do contexto. A emoção a ser regulada então, poderá ser de natureza positiva ou negativa. Em outros casos a meta para regular emoções está com foco em outros objetivos (p.e. mostrar-se irritado frente a uma negociação de risco). A definição amplia-se mais quando o objetivo de regular a emoção foge os domínios intrínsecos (o indivíduo regular a própria emoção), uma vez que há momentos em que o objetivo de regular a emoção é endereçado a outrem (extrínseco). Uma mãe pode estar importunamente empenhada a fazer que seu filho não sinta medo em uma ocasião potencialmente aversiva. Portanto, como dito, regulação emocional poderá assumir formas diferentes a depender do contexto, pode ser intrínseca/intrapessoal ou extrínseca/ interpessoal. Independente da forma ou direção há três fatores que devem ser levados em conta no entendimento da estratégia de regulação emocional: a consciência adaptativa, a meta e a estratégia [44].

A consciência de que emoção se está experienciando e também o contexto em que se está inserido é um poderoso apoio para adaptação da regulação emocional auxiliando na escolha das estratégias possíveis e flexibilidade para o uso destas [8]. A meta da estratégia de regulação emocional consiste em aumentar ou diminuir a magnitude ou intensidade da experiência emocional, expressão emocional ou reações fisiológicas. O terceiro fator são as estratégias específicas utilizadas para atingir o objetivo da regulação emocional. Estas funcionariam como os meios para se atingir um fim, a regulação de emoções. A figura abaixo descreve algumas estratégias para se atingir a meta de regulação de emoções ([34]; [39]).

É possível constatar na figura acima cinco classes de estratégias de regulação emocional. Esses processos podem

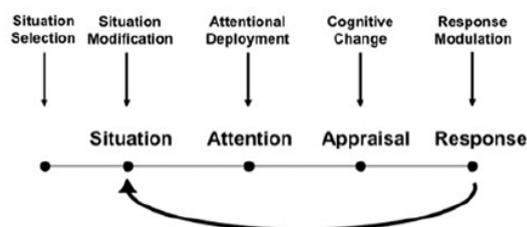


Fig. 2. The process model of emotion regulation. From "Emotion Regulation: Conceptual Foundations," by J. J. Gross and R. A. Thompson, 2007, in *Handbook of Emotion Regulation* (p. 10), J. J. Gross (Ed.), New York, NY, Guilford Press. Copyright by Guilford Press. Adapted with permission.

ser diferenciados de acordo com o impacto que apresentam sobre o episódio regulatório de geração da emoção. Compõe esse processo a seleção da situação, esta diz respeito a capacidade de manipular a probabilidade de encontro com uma situação específica, com potencial susceptível a geração de uma emoção desejada ou indesejada; a modificação da situação tenta alterar características externas do ambiente em um esforço de influenciar emoções; a implantação da atenção visa redirecionar a atenção como modo de alterar a sua resposta emocional; na mudança cognitiva o esforço está em alterar o significado da situação na tentativa de influenciar emoções; e na modulação da resposta o indivíduo interpõe esforços para influenciar suas respostas comportamentais ou fisiológicas, por vezes ambas, que são geradoras de impactos emocionais [39]. É importante salientar que as estratégias de regulação emocional podem ser adaptativas ou mal adaptativas a depender da emoção, do contexto e do indivíduo [1].

V. PORQUE AS PESSOAS REGULAM EMOÇÕES?

Regular emoções, como visto, é adaptativo. Portanto para entender a razão pela qual um indivíduo regula emoção é preciso é preciso saber o que particularmente esse indivíduo ganha com isso ([76], [77]; [45]). Em alguns casos a regulação da emoção é o fim desejado. É totalmente justificável um indivíduo querer fugir de um estado de tristeza e lançando mão de uma estratégia de regulação de emoções para sentir-se menos triste. Porém, há casos em que a regulação da emoção é um meio para atingir fins distintos. Um exemplo desse segundo caso está em você mostrar-se mais tranquilo do que de fato está quando em uma entrevista de emprego [42]. Portanto ao tentar modificar experiências emocionais, tais tentativas influenciam os sentimentos, comportamentos do indivíduo ou de outrem no contexto em que estes estão inseridos. Nessa conta não é de se surpreender que a regulação da emoção esteja intimamente ligada ao bem-estar, saúde mental e relações sociais saudáveis ([40]; [77]).

Seguindo a linha dos benefícios utilitários [77] afirma que é essencial identificar os motivos que levaram uma pessoa a regular emoções. Estes estarão intimamente ligados as estratégias escolhidas para alcançar a meta e também a qualidade dos resultados alcançados. Para tanto a pesquisadora apresenta uma taxonomia identificando as principais classes

de motivos que levam um indivíduo a regular emoções. A análise proposta pela autora é fruto de levantamento realizado em literatura da área sobre quais seriam os benefícios esperados ao se regular emoções e que foram destacados na literatura de regulação emocional. Como destacado na figura abaixo os benefícios apresentaram valores hedônicos e instrumentais.

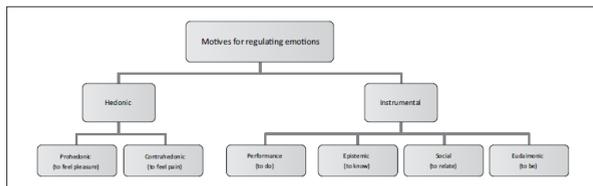


Figure 1. A taxonomy of motives in emotion regulation.

VI. HEDONISMO E REGULAÇÃO EMOCIONAL

A visão hedônica parte da premissa de que os indivíduos empregam esforços importantes para diminuir estados negativos de emoções (p.e. raiva; tristeza; ansiedade) e maximizar experiências emocionais positivas (p.e amor; alegria; tranquilidade) [50]. Emoções envolvem prazer ou dor, e indivíduos motivados por pressupostos hedonistas buscam com estratégias de regulação emocional aumentar a proporção de prazer para dor experimentada (p.e. aumentar o prazer imediato ou diminuir a dor imediata) [77].

Em estratégias Pró-hedônicas o indivíduo busca o aumento imediato do prazer ou a diminuição, também imediata, da dor. Um indivíduo para diminuir o seu estado de vergonha, timidez ou inadequação pode recorrer ao álcool como uma forma de regular emoções, fugindo momentaneamente desse estado e promovendo a euforia e tranquilidade proporcionada pelo entorpecimento alcoólico. Porém, em regulação emocional há situações em que a diminuição do prazer e o aumento da dor são os alvos esperados pelo indivíduo, tais estratégias são classificadas como Contra-hedônicas.

As estratégias Contra-hedônicas estão ligadas a necessidade em diminuir emoções positivas e aumentar a emoções negativas com o objetivo de promover o equilíbrio.

Porém, as pesquisas em regulação de emoções mostram que há uma tendência contrária ao hedonismo (Contra hedônica) que motiva a regulação de emoções. Se em algum momento de sua história o indivíduo encontra prazer nas sensações dolorosas ele estará motivado a ativar estratégias contra-hedônicas de seu repertório. As parafilias sadomasoquistas servem de exemplo para tal. Ainda sobre estratégias contra-hedônicas, indivíduos que sofrem de Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG), muitas vezes mantém o seu estado de preocupação por acreditarem que esse estado de alerta os fará evitar um estado maior de dor no futuro [15]. Os pesquisadores constaram que indivíduos com TAG preferem a preocupação, pois esta é menos aversiva que o medo.

Razões hedônicas não são as únicas que levam os indivíduos a regular emoções, com trataremos abaixo. Porém, o foco em estratégias pessoais vigora grandemente. [3] pergun-

tou a um grupo de 200 estudantes universitários quais eram os seus ideais de emoção e o porquê. Foi constatado neste estudo que em 50 % dos casos em que os indivíduos tentaram regular emoções, estas se enquadravam em estratégias pro-hedônicas.

VII. INSTRUMENTALISMO E REGULAÇÃO EMOCIONAL

Benefícios imediatos não são as únicas instancias de controle presentes na regulação de emoções. Em muitos casos a regulação emocional responde a uma demanda do futuro, classifica-se esse grupo de estratégias como instrumentais ([76], [77]). Premido por uma meta instrumental o indivíduo estará disposto a renunciar prazer imediato a fim de maximizar a possibilidade de ganho futuro [76]. Embora seja desagradável experimentar tristeza (emoção aversiva) um indivíduo pode permitir-se experienciar ao entender que tal evento o faria alcançar uma meta importante.

Portanto ao contrário do imediatismo das estratégias hedônicas, as estratégias instrumentais são orientadas para o futuro, e a regulação da emoção funciona como um instrumento (meio) para atingir esse fim (ganho esperado com o exercício da regulação emocional). A visão instrumental fundamenta-se na premissa de que quando o indivíduo regula emoções não está necessariamente disposto a mudar um estado subjetivo, mas seu foco pode estar em mudanças relacionadas a seu estado fisiológico, motivacional, comportamental, ou ainda, voltado para outrem ([76], [77]; [45]).

A regulação de emoção voltadas para o desempenho é um exemplo dessa instrumentalidade. Há evidências de que as pessoas querem regular emoções para influenciar tanto cognições quanto comportamento. [27] em estudo com 250 indivíduos investigou a diferença como indivíduos experimentavam suas emoções. O estudo mostrou que indivíduos que julgaram que determinada emoção atrapalharia seu desempenho foram propensos a regular suas emoções.

Pessoas querem experimentar emoções que esperam facilitar resultados cognitivos desejáveis [21]. Por haver uma correlação forte entre desempenho cognitivo e emoções as pessoas estão propensas a buscar emoções que promovam o estilo cognitivo condizente com a tarefa que buscam praticar [77]. As evidências mostram que indivíduos buscam regular emoções com o objetivo de promover o comportamento desejado.

Pesquisas da área mostram que indivíduos buscam emoções diferentes quando é contextualmente exigido determinado padrão de desempenho deste. Para corroborar tal afirmação foi realizada experimento com 82 estudantes (idade média 19.9). Estes foram submetidos a dois cenários de jogos, um de confronto (atacar membros de um cartel e drogas) e outro sem confronto (espalhar a paz mundial e reconstruir um império). Os participantes ainda, deveriam escolher uma trilha sonora para ouvirem antes de jogar. O estudo demonstrou que antes de engajar-se em tarefas de confronto, os participantes desse grupo, preferiram fazer contatos com estímulos que aumentassem sua raiva (músicas), ao contrário do grupo sem confronto, que preferiu canções

com tons pacíficos. Os dados demonstraram que essa escolha estava ancorada na expectativa dos benefícios instrumentais que tal escolha traria para o mesmo (aumento da agressão) [75].

Cabe ressaltar que pessoas são motivadas a regular emoções para otimizar desempenho tanto em contextos intrapessoais quanto em contextos interpessoais. Atletas relataram que quando acreditam que raiva ou ansiedade melhoram o desempenho estes buscam estratégias para entrar em contato com tais emoções, enquanto que aqueles que reconheceram que raiva e ansiedade atrapalhavam o desempenho, tentaram reduzir estas antes de competições [49]. Em contrapartida em contextos interpessoais, quando indivíduos com elevado grau de empatia detectada, foram colocados em situações em que ajudar o próximo exigia um custo de resposta bastante alto, os participantes foram motivados a diminuir sua empatia ou compaixão para evitar os custos de fazê-lo ([19]; [69]). As pesquisas têm demonstrado que indivíduos tendem a aumentar experiências emocionais que esperam levar a resultados de desempenho desejáveis e diminuir experiências emocionais que esperam levar a desempenhos indesejáveis ([77]; [45]).

Indivíduos regulam emoções por motivos epistêmicos. As pessoas querem saber o que é real sobre o mundo e sobre si. As emoções desempenham uma função epistêmica importante, fornecendo informações a respeito de si, do mundo e dos outros [7]. Se experimentar orgulho fornece informações importantes sobre o indivíduo, as pessoas podem ser motivadas a experimentar orgulho como uma fonte de informações positivas a respeito de si [77].

[20] em pesquisa, partiram da premissa de que pessoas são positivamente avaliadas quando reagem com raiva frente a um contexto de injustiça. Os pesquisadores examinaram a motivação dos participantes para experimentarem raiva em face a injustiça moral. Os resultados demonstraram que os participantes foram motivados a manter a raiva quando frente a contextos de injustiça, os mesmos se auto avaliaram mais positivamente quanto mais raiva experimentaram. Esses resultados mostram que indivíduos demonstram um viés emocional consistente com crenças que apresentam a respeito da adequação no mundo. Além de uma busca epistêmica auto-orientada, indivíduos podem ser motivados a uma busca epistêmica que confirme o seu reconhecimento do mundo.

Os motivos sociais para regulação da emoção estão ancorados na evidência de que tendemos a manter relacionamentos sociais positivos. Buscamos nas relações sociais intimidade, suporte e segurança [54]. Sendo a necessidade do senso de pertença bastante reforçador e querido por humanos, o oposto também se aplica. A rejeição social é extremamente dolorosa, e valorada de maneira negativa para aquele que a experimenta [73].

As pessoas podem ser motivadas a experimentar emoções para atingir benefícios sociais esperados. Não é estranho assumir que pessoas felizes são mais atraentes, e que um jovem interessado em atrair atenção de outrem se mostre mais feliz.

Emoções podem aproximar ou afastar pessoas, portanto uma pessoa pode apresentar raiva com o objetivo de afastar, intimidar ou dominar outras, ou demonstrar tristeza e resignação para comover membros de um grupo. [47] confirmaram tal fato quando participantes que queriam receber ajuda de outros demonstraram mais tristeza antes de abordar o outro.

Pessoas também regulam suas emoções com o objetivo de influenciar a forma como receberão um julgamento [25]. Para melhorar sua avaliação frente a outros, pessoas mostraram-se motivadas a experimentar emoções semelhantes às de outros [48]. Participantes que foram convidados a transmitir notícias desagradáveis a outros aumentaram a interação com sentimentos desagradáveis antes de comportar-se, enquanto que indivíduos que foram convidados a repassar uma boa notícia aumentaram contatos com sentimentos agradáveis antes da transmissão [78].

A necessidade de estar bem consigo, experienciando senso de autonomia e competência podem levar a estratégias de regulação emocional ligadas a eudaimonia. [76] afirma que pessoas estão motivadas a experienciar positivamente emoções que reflitam sensações de autonomia. As emoções destacam em forte medida o que é significativo e importante individualmente. As pessoas são motivadas a experimentar emoções que reforcem o seu sentido de vida. Motivos eudaimônicos são endossados na pesquisa de [64] como determinantes quando o tema era a preferência por modalidades de entretenimento para indução de emoção.

VIII. AS RAZÕES PELAS QUAIS EMOÇÕES SÃO REGULADAS

Essa seção pretende discutir os motivos pelos quais os indivíduos regulam emoções. [77] afirma que as emoções são reguladas, em primeiro lugar, com a finalidade de afastar-se ou aproximar-se do objetivo específico que motivou a regulação da emoção. Em segundo lugar regulamos emoções para influenciar a maneira com que as metas (da regulação emocional) serão alcançadas, portanto, sua realização.

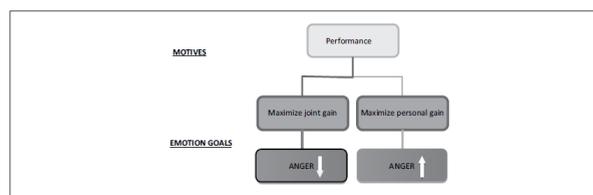


Figure 2. An example of possible links between motives and goals in emotion regulation.
Note. The stronger the motive (as depicted by thicker connecting lines), the greater the likelihood of pursuing the emotion goal that is expected to serve it.

Os motivos que levarão uma pessoa a regular emoções são pessoais (eudonia, performance ou razões sociais) e refletem diretamente a emoção alvo que se pretende alcançar. Quando premiados por motivos pré-hedônicos os indivíduos tendem a privilegiar emoções agradáveis e esquivar-se de emoções desagradáveis. Por outro lado, quando influenciados por motivos instrumentais o foco estará na utilidade da emoção, independente de sua classificação como agradável ou desagradável ([23]; [76]). Na figura acima para a maximização do

ganho pessoal o alvo está em aumentar a raiva (competição), quando o contexto é de ganho conjunto (cooperação) o alvo está estratégias que venham diminuir a raiva.

Motivos mais fortes para regulação da emoção aumentam o comprometimento do indivíduo com a meta emocional desejada, quanto mais comprometidas as pessoas estarão com a meta desejada, mais esforço despenderão para alcançar. Em experimento onde os participantes eram pagos para aumentar sua experiência de raiva, tanto as medidas de auto-relato quanto as medidas fisiológicas aumentaram efetivamente [57].

Referências

- [1] Aldao, A., Nolen-Hoeksema, S. (2012). When are adaptive strategies most predictive of psychopathology?. *Journal of abnormal psychology*, 121(1), 276.
- [2] Aldao, A., Sheppes, G., Gross, J. J. (2015). Emotion Regulation Flexibility. *Cognitive Therapy and Research*, 38(6), 263-278. doi: 10.1007/s10608-014-9662-4.
- [3] Augustine, A. A., Hemenover, S. H., Larsen, R. J., Shulman, T. E. (2010). Composition and consistency of the desired affective state: The role of personality and motivation. *Motivation and Emotion*, 34, 133-143.
- [4] Barlow, D. H. (2009). *Manual clínico dos transtornos psicológicos*. Artmed Editora.
- [5] Barrett, L. F., Mesquita, B., Ochsner, K. N., Gross, J. J. (2007). The experience of emotion. *Annual Review of Psychology*, 58, 373-403.
- [6] Barrett, L.F., Gross, J.J. (2001). Emotion intelligence: A process model of emotional representation and regulation. In T.J. Mayne G.A. Bonnano (Eds.), *Emotions: Current issues and future directions* (pp. 286-310) New York: Guilford.
- [7] Barrett, L. F., Gross, J., Christensen, T. C., Benvenuto, M. (2001). Knowing what you're feeling and knowing what to do about it: Mapping the relation between emotion differentiation and emotion regulation. *Cognition Emotion*, 15(6), 713-724.
- [8] Barrett LF. The future of psychology: Connecting mind to brain. Invited contribution, *Perspectives in Psychological Science*. 2009;4:326-339.
- [9] Baum, W. M. (2006). *Compreender o behaviorismo: Comportamento, cultura e evolução* (MTA Silva e cols., Trad.). Porto Alegre: Artmed (Trabalho original publicado em 2005).
- [10] Boden, M. T., Kulkarni, M., Shurick, A., Bonn-Miller, M., Gross, J. (2013). Responding to trauma and loss: An emotion regulation perspective. In M. Kent, M. C. Davis, J. W. Reich (Eds.), *The Resilience Handbook: Approaches to Stress and Trauma*. (pp. 86 - 99). Routledge: New York, USA.
- [11] Bonn-Miller, M. O., Vujanovic, A. A., Boden, M. T., Gross, J. J. (2011). Posttraumatic stress, difficulties in emotion regulation, and coping-oriented marijuana use. *Cognitive Behaviour Therapy*, 40(1), 34-44.
- [12] Bowlby, J. (1984). *Apego e perda: apego* (Vol. 1). São Paulo: Martins Fontes.
- [13] Bonn-Miller, M.O., Vujanovic, A.A., Boden, M.T., Gross, J.J. (2011). Posttraumatic stress, difficulties in emotion regulation, and coping-oriented marijuana use. *Cognitive Behaviour Therapy*, 40, 34-44. doi: 10.1080/16506073.2010.525253
- [14] Borkovec, T., Alcaine, O., Behar, E. (2004). Avoidance theory of worry and generalized anxiety disorder. In R. G. Heimberg, C. L. Turk, D. S. Mennin (Eds.), *Generalized anxiety disorder: Advances in research and practice* (pp. 77-108). New York, NY: Guilford Press.
- [15] Bussab, V. S. R., Kerbauy, R. R. (2000). Agressividade: A perspectiva etológica. *Sobre comportamento e cognição: Conceitos, pesquisa e aplicação, a ênfase no ensinar, na emoção e no questionamento clínico*, 5, 201-209.
- [16] Butler, E.A., Gross, J.J. (2004). Hiding feelings in social contexts: Out of sight is not out of mind. In P. Philippot R.S. Feldman, (Eds.), *The regulation of emotion* (pp. 101-126). Mahwah, New Jersey: Erlbaum.
- [17] Campos, J. J., Campos, R. G., Barrett, K. C. (1989). Emergent themes in the study of emotional development and emotion regulation. *Developmental Psychology*, 25(3), 394.
- [18] Cameron, C. D., Payne, B. K. (2011). Escaping affect: How motivated emotion regulation creates insensitivity to mass suffering. *Journal of Personality and Social Psychology*, 100, 1-15.
- [19] Cameron, C. D., Payne, B. K. (2012). The cost of callousness: Regulating compassion influences the moral self-concept. *Psychological Science*, 23, 225-229.
- [20] Carstensen, L.L., Gross, J.J., Fung, H. (1998). The social context of emotional experience. In K.W. Schaie M.P. Lawton (Eds.), *Annual review of gerontology and geriatrics* (Vol. 17, pp. 325-352). New York: Springer.
- [21] Carrara, K. (2005). *Behaviorismo radical: crítica e metacrítica*. SciELO-Ed. UNESP.
- [22] Cohen, J. B., Andrade, E. B. (2004). Affective intuition and taskcontingent affect regulation. *Journal of Consumer Research*, 31, 358-367.
- [23] Darwich, R. A., Tourinho, E. Z. (2005). Respostas emocionais à luz do modo causal de seleção por conseqüências. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 7(1), 107-118.
- [24] Elliot, A. J., Niesta, D. (2009). Goals in the context of the hierarchical model of approach—Avoidance motivation. In G. B. Moskowitz H. Grant (Eds.), *The psychology of goals* (pp. 56-76). New York, NY: Guilford Press.
- [25] Freud, S. (1978). *Cinco lições de psicanálise. A história do movimento psicanalítico. O futuro de uma ilusão. O mal-estar na civilização. Esboço de psicanálise*. Abril Cultural.
- [26] Fischer, A. H., Manstead, A. S. R., Evers, C., Timmers, M., Valk, G. (2004). Motives and norms underlying emotion regulation. In P. Philippot R. S. Feldman (Eds.), *The regulation of emotion* (pp. 187-210). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- [27] Goleman, D. (2012). *Inteligencia emocional*. Editorial Kairós.
- [28] Gohm, C. L. (2003). Mood regulation and emotional intelligence: Individual differences. *Journal of Personality and Social Psychology*, 84, 594-607.
- [29] Gross, J. J., Levenson, R. W. (1993). Emotional suppression: physiology, self-report, and expressive behavior. *Journal of personality and social psychology*, 64(6), 970.
- [30] Gross, J. J., Fredrickson, B. L., Levenson, R. W. (1994). The psychophysiology of crying. *Psychophysiology*, 31(5), 460-468.
- [31] Gross, J. J., Levenson, R. W. (1995). Emotion elicitation using films. *Cognition emotion*, 9(1), 87-108.
- [32] Gross, J. J., Muñoz, R. F. (1995). Emotion regulation and mental health. *Clinical psychology: Science and practice*, 2(2), 151-164.
- [33] Gross, J. J., Levenson, R. W. (1997). Hiding feelings: the acute effects of inhibiting negative and positive emotion. *Journal of abnormal psychology*, 106(1), 95.
- [34] Gross, J. J. (1998). The emerging field of emotion regulation: an integrative review. *Review of general psychology*, 2(3), 271.
- [35] Gross, J.J., Sutton, S.K., Ketelaar, T.V. (1998). Relations between affect and personality: Support for the affect-level and affective-reactivity views. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 24, 279-288.
- [36] Gross, J.J. (1998). Antecedent- and response-focused emotion regulation: Divergent consequences for experience, expression, and physiology. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 224-237.
- [37] Gross, J.J., John, O.P. (2003). Individual differences in two emotion regulation processes: Implications for affect, relationships, and well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 85, 348-362.
- [38] Gross, J. J., Richards, J. M., John, O. P. (2006). Emotion regulation in everyday life. *Emotion regulation in couples and families: Pathways to dysfunction and health*, 2006, 13-35.
- [39] Gross, J. J., Thompson, R. A. (2007). *Emotion regulation: Conceptual foundations*.
- [40] Gross, J. J., Jazaieri, H. (2014). Emotion, emotion regulation, and psychopathology: an affective science perspective. *Clinical Psychological Science*, 2(4), 387-401.
- [41] Giuliani, N.R., Drabant, E.M., Gross, J.J. (2011). Anterior cingulate cortex volume and emotion regulation: Is bigger better? *Biological Psychology*, 86, 379-382. doi:10.1016/j.biopsycho.2010.11.010.
- [42] Gyurak, A., Gross, J. J., Etkin, A. (2011). Explicit and implicit emotion regulation: a dual-process framework. *Cognition and Emotion*, 25(3), 400-412.
- [43] Gross, J.J., Richards, J.M., John, O.P. (2006). Emotion regulation in everyday life. In D.K. Snyder, J.A. Simpson, J.N. Hughes (Eds.) (pp. 13-35). *Emotion regulation in families: Pathways to dysfunction and health*. Washington DC: American Psychological Association.
- [44] Gross, J. J., Sheppes, G., Urry, H. L. (2011). Emotion generation and emotion regulation: A distinction we should make (carefully). *Cognition and emotion*, 25(5), 765-781.
- [45] Gross, J. J. (2015). Emotion regulation: Current status and future prospects. *Psychological Inquiry*, 26(1), 1-26.

- [46] Halperin, E., Gross, J.J. (2011). Emotion regulation in violent conflict: Reappraisal, hope, and support for humanitarian aid to the opponent in war time. *Cognition and Emotion*, 25(7), 1228-1236. doi:10.1080/02699931.2010.536081
- [47] Hackenbracht, J., Tamir, M. (2010). Preferences for sadness when eliciting help: Instrumental motives in sadness regulation. *Motivation and Emotion*, 34, 306-315.
- [48] Hess, U., Fischer, A. (2013). Emotional mimicry as social regulation. *Personality and Social Psychology Review*, 17, 142-157.
- [49] Lane, A. M., Beedie, C. J., Davenport, T. J., Stanley, D. M. (2011). Instrumental emotion regulation in sport: Relationships between beliefs about emotion and emotion regulation strategies used by athletes. *Scandinavian Journal of Medicine Science in Sports*, 21, 445-451.
- [50] Larsen, R. J. (2000). Toward a science of mood regulation. *Psychological Inquiry*, 11(3), 129-141.
- [51] Lazarus, R. S. (1991). *Emotion and adaptation*. New York: Oxford University Press.
- [52] LeDoux, J. (2012). Rethinking the emotional brain. *Neuron*, 73, 653-676.
- [53] Leroy, V., Grégoire, J., Magen, E., Gross, J.J., Mikolajczak, M. (2012). Resisting the sirens of temptation while studying: Using reappraisal to increase focus, enthusiasm, and performance. *Learning and Individual Differences*, 22(2), 263-268. doi:10.1016/j.lindif.2011.10.003
- [54] Maslow, A. H. (1943). A theory of human motivation. *Psychological review*, 50(4), 370.
- [55] Mauss, I.B., Gross, J.J. (2004). Emotion suppression and cardiovascular disease: Is hiding feelings bad for your heart? In I. Nyklicek, L.R. Temoshok, A. Vingerhoets (Eds.), *Emotional expression and health: Advances in theory, assessment, and clinical applications* (pp. 62-81). New York: Brunner-Routledge.
- [56] McRae, K., Rekshan, W., Williams, L., Cooper, N., Gross, J.J. (2014). Effects of antidepressant medication on emotion regulation in depressed patients: An iSPOT report. *Journal of Affective Disorders*, 159, 127-132.
- [57] Meshulam, M., Winter, E., Ben Shakar, G., Aharon, I. (2012). Rational emotions. *Social Neuroscience*, 7, 11-17.
- [58] Mesquita B. Emoting: A contextualized process. In: Mesquita B, Barrett LF, Smith E, editors. *The mind in context*. New York: Guilford; 2010. pp. 83-104.
- [59] Micheletto, N. (1995). Uma questão de consequências: a elaboração da proposta metodológica de Skinner.
- [60] Mizukami, K., Kobayashi, N., Ishii, T., Iwata, H. (1990). First selective attachment begins in early infancy: A study using telethermography. *Infant Behavior and Development*, 13(3), 257-271.
- [61] Ochsner, K.N., Ray, R.R., Cooper, J.C., Robertson, E.R., Chopra, S., Gabrieli, J.D.E., Gross, J.J. (2004). For better or for worse: Neural systems supporting the cognitive down- and up-regulation of negative emotion. *Neuroimage*, 23, 483-499.
- [62] Ochsner, K.N., Gross, J.J. (2014). The neural bases of emotion and emotion regulation: A valuation perspective. In J.J. Gross (Ed.), *Handbook of emotion regulation* (2nd ed.) (pp. 23-42). New York, NY: Guilford.
- [63] Otta, E., Bussab, V. (1998). *Vai encarar. Lidando com a agressividade*. São Paulo: Moderna.
- [64] Oliver, M. B., Raney, A. A. (2011). Entertainment as pleasurable and meaningful: Differentiating hedonic and eudaimonic motivations for entertainment consumption. *Journal of Communication*, 61, 984-1004.
- [65] Petit, G., Luminet, O., Maurage, F., Tecco, J., Lechantre, S., Ferauge, M., Gross, J.J., de Timary, P. (2015). Emotion regulation in alcohol dependence. *Alcoholism: Clinical and Experimental Research*. 39(12), 2471-2479. doi: 10.1111/acer.12914
- [66] Richards, J.M., Gross, J.J. (1999). Composure at any cost? The cognitive consequences of emotion suppression. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 25, 1033-1044.
- [67] Samson, A.C. Gross, J.J. (2012). Humor as emotion regulation: The differential consequences of negative versus positive humor. *Cognition and Emotion*, 26(2), 375-384. doi:10.1080/02699931.2011.585069
- [68] Samson, A.C., Huber, O., Gross, J.J. (2012). Emotion regulation in Asperger's syndrome and high-functioning autism. *Emotion*, 12(4), 659-665. doi: 10.1037/a0027975
- [69] Shaw, L. L., Batson, C. D., Todd, R. M. (1994). Empathy avoidance: Forestalling feeling for another in order to escape the motivational consequences. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67, 879-887.
- [70] Skinner, B. F. (1974). *Sobre o Behaviorismo*. Trad. Maria da Penha Villalobos.
- [71] Skinner, B. F. (1975). *Contingências do reforço*. São Paulo: Abril Cultural. (Original publicado em 1963).
- [72] Skinner, B. F. (1989). *Recent issues in the analysis of behavior*. Prentice Hall.
- [73] Skinner, B. F. (2003). *Ciência e comportamento humano* (Vol. 10). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1953).
- [74] Sherman, G.D., Lerner, J.S., Josephs, R.A., Renshon, J., Gross, J.J. (2015). The interaction of testosterone and cortisol is associated with attained status in male executives. *Journal of Personality and Social Psychology*.
- [75] Tamir, M., Mitchell, C., Gross, J. J. (2008). Hedonic and instrumental motives in anger regulation. *Psychological Science*, 19, 324-328.
- [76] Tamir, M. (2011). *Regulation, I. E.. The maturing field of emotion regulation*. SAGE, 3(1), 3-7.
- [77] Tamir, M. (2016). Why do people regulate their emotions? A taxonomy of motives in emotion regulation. *Personality and Social Psychology Review*, 1088868315586325.
- [78] Tesser, A., Rosen, S., Waranch, E. (1973). Communicator mood and the reluctance to transmit undesirable messages (the mum effect). *The Journal of Communications*, 23, 266-283.
- [79] Tourinho, E. Z. (1997). Privacidade, comportamento e o conceito de ambiente interno. *Sobre comportamento e cognição*, 1, 217-229.



VINÍCIUS PEREIRA PINTO XAVIER

Graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2008). Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2010). Doutor em Psicologia (2017) com área de concentração em Processos Clínicos, Psicologia Experimental, Análise Experimental do Comportamento e Psicologia. Tem experiência na área de Psicologia Comportamental, com ênfase em Psicologia Experimental e Clínica atuando principalmente nos seguintes temas: Comportamento do Consumidor, Análise Clínica do Comportamento e Behaviorismo Radical. Coordenador do curso de Psicologia na Universidade Salgado Oliveira (Campus Goiânia). Em atuação clínica intervém nos comportamentos humanos complexos, tais como dependência químicas e comportamentos adictivos, transtornos de ansiedade, de personalidade, de humor, esquizofrenia. Membro da Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental (ABPMC) e Análise do Comportamento Brasil (ACBr).

...

...

NEUROPSYCHOLOGICAL PERFORMANCE DIFFERENCES BETWEEN TWO GROUPS OF PROBABLE-AD PATIENTS FROM DIFFERENT AREAS OF BRAZIL

DESEMPENHO NEUROPSICOLÓGICO DIFERENTE ENTRE DOIS GRUPOS DE PACIENTES DE DUAS REGIÕES DO BRASIL COM PROVÁVEL DIAGNÓSTICO DE DOENÇA DE ALZHEIMER

ANALUCY A V DE OLIVEIRA.

ABSTRACT - During normal aging there are some cognitive and behavioral changes similar to those observed in a transitional state or mild cognitive impairment (MCI) and early onset dementia, making it challenging for health care professionals to reach an accurate and reliable diagnosis. Objective: The current study examined the performance of two different groups of patients diagnosed with probable Alzheimer's disease (AD) on a neuropsychological test battery. Methods: Twenty-two AD patients from Brasília-DF (AD1) and thirty-four AD patients from Palmas-TO, northern Brazil (AD2), were selected and a short neuropsychological battery administered. To verify the reliability of these previous diagnoses of AD, both groups of patients were compared with a group of healthy controls. Conclusion: This pattern suggests that the Palma group of patients had a neuropsychological profile that was inconsistent with AD. Although the results of this study have important clinical implications, the effects of age, education, and gender on cognitive performance should be explored further.

KEY WORDS - dementia, cognitive impairment, Alzheimer's disease, neuropsychological assessment, diagnosis.

RESUMO - Durante o envelhecimento normal existem algumas mudanças cognitivas e comportamentais similares àquelas observadas no estágio transicional ou declínio cognitivo leve e demência precoce, desafiando os profissionais da saúde a fazer um diagnóstico preciso e confiável. Objetivo: O presente estudo investigou o desempenho cognitivo de dois diferentes grupos de pacientes com provável diagnóstico de doença de Alzheimer (DA). Métodos: Vinte e dois pacientes de Brasília-DF (DA1) e trinta e quatro pacientes de Palmas-TO, norte do Brasil (DA2), foram submetidos a uma bateria neuropsicológica reduzida para verificar a confiabilidade do diagnóstico prévio de DA, comparando-se ambos os grupos a um grupo de idosos saudáveis. Resultados: Pacientes com DA mostraram déficit cognitivo; no entanto, os escores foram mais baixos para o grupo DA2, considerando-se o ponto de corte. Conclusão: Estes resultados sugerem que o grupo de pacientes de Palmas apresentou um perfil neuropsicológico não compatível com DA. Embora os resultados deste estudo tenham importantes implicações clínicas, o efeito da idade, educação e gênero no desempenho cognitivo devem ser mais explorados.

PALAVRAS-CHAVE - demência, declínio cognitivo, doença de Alzheimer, avaliação neuropsicológica, diagnóstico.

I. INTRODUCTION

The Brazilian population is aging and the number of elderly people in Brazil is estimated at over twenty million. [1] One of the major consequences of this growth is an increase in the prevalence of neuropsychiatric pathologies and neurodegenerative diseases. [2]

Dementia can be defined as a clinical condition

characterized by cognitive decline leading to significant impairment in patients' activities of daily living, social and occupational performance. [3]

The Brazilian Academy of Neurology (ABN) [4] recommends that the clinical diagnosis of dementia be based on the criteria of the 4th edition of the Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders by the American Psy-

chiatric Association (DSM-IV).⁵ In order to be diagnosed with dementia, the individual must present with prior decline in functioning as a result of memory impairment, and show impairment of at least one cognitive function: language, agnosia, praxis, executive function or spatial function. Also, these deficits must not occur exclusively during acute confusional syndrome or delirium pictures.

Among the different types of dementia, Alzheimer's disease (AD) is the most frequent followed by vascular dementia. [2], [7] Alzheimer's disease is an age-related degenerative brain disorder characterized by neuronal atrophy, synapse loss, and the abnormal accumulation of amyloidogenic plaques and neurofibrillary tangles in medial temporal lobe limbic structures and the association cortices of the frontal, temporal, and parietal lobes. [8] In order to diagnose AD, the ABN recommends the adoption of the criteria of the National Institute for Communicative Disorders and Stroke-Alzheimer's Disease and Related Disorders Association (NINCDS-ADRDA) by McKhan et al. (1984). [9]

Clinical evidence suggests that the first changes occur in medial temporal lobe structures critical for episodic memory, [10] and consequently episodic memory impairment is usually the earliest and most salient aspect of AD. [8] Additionally, as the neuropathology of AD spreads further to the association cortices of the temporal, frontal, and parietal lobes, [10] a number of higher-order cognitive abilities are affected and patients develop a semantic memory deficit in later stages of the disease. [8]

Moreover, several studies have confirmed that AD patients lose their critical judgment as the disease progresses. [11], [6] Memory deficits and impaired reasoning and judgment cause a significant impairment in activities of daily living and affect patients' autonomy and decision-making abilities. The loss of decision-making ability has direct implications regarding patients' medical and legal capacity to make decisions concerning treatment, institutionalization, financial management, and the decision to participate in research studies. [14]- [16] The insidious onset of AD shows a significant prodromal phase of varying length, with studies indicating periods of up to 20 years to reach a definitive AD phase. Misdiagnosis is not uncommon when evaluating cognitive decline, as several symptoms of AD can be mistaken for mild cognitive impairment symptoms. [14], [17], [18] Thus, the course of AD can be separated into predictable clinical stages ranging from prodromal mild cognitive impairment to moderate and profound dementia. [19]

Therefore, better accuracy in reaching a differential diagnosis is achieved through a combination of a clinical examination including in-depth anamnesis, neurological examination and neuropsychological assessment, with complementary investigation comprising laboratory and neuroimaging exams. [20]

More specifically, neuropsychological batteries are based on a combination of instruments that assess cognitive and behavioral functions. This assessment is important to support the differential diagnosis and prognosis, enabling

sound orientation for treatment and planning of rehabilitation. [6]

In Brazil, neuropsychology researchers have studied the performance of the elderly population using different cognitive tests. Cognitive assessment typically starts with application of the Mini-Mental State Examination (MMSE). [7] This instrument is widely used to screen for cognitive impairment in clinical practice and dementia studies. [21], [22]

In cases of poor performance on the MMSE, a more comprehensive assessment is conducted by applying tests that assess multiple cognitive domains. The Mattis Dementia Rating Scale (DRS) [23] is commonly employed by neuropsychologists in clinical settings. [24] Currently, there are numerous neuropsychological batteries available that are validated and adapted for use in the Brazilian population (e.g., the Consortium to Establish a Registry for Alzheimer's disease - CERAD, [25] Cambridge Cognitive Test - CAMCOG, [26] and the cognitive subscale of the Alzheimer's Disease Assessment Scale - ADAS-Cog27).

While definitive diagnosis is only derived from autopsy findings, clinical diagnosis has traditionally centered on cognitive symptoms and exclusion criteria. Hence, AD is regarded as a diagnosis of inclusion, characterized by specific patterns of neuropsychological dysfunction and slow, insidious onset and progression, in which neuropsychological assessment plays an invaluable role as a complement towards reaching a decision on diagnosis. However, such assessments are not always performed.

The aim of this study was to describe the global cognitive profile of two groups of patients diagnosed with AD from two different regions of Brazil (Palmas, Tocantins state and Brasília, Federal District) and to compare the raw scores obtained by study participants with those of a group of elderly without dementia (control group).

II. METHODS

Participants. This study included 56 patients diagnosed with AD, 22 of whom resided in Brasília [AD1: 15 women] and 34 in Palmas [AD2: 31 women], in addition to 40 healthy elderly adults [elderly controls (EC): 24 women]. Mean age was 78.27 ± 6.70 years for AD1, 72.56 ± 4.09 years for AD2, and 71.10 ± 6.72 years for EC; mean schooling was 6.73 ± 4.00 years for AD1, 11.47 ± 3.33 years for AD2, and 13.25 ± 5.57 years for EC.

The Palmas Group was examined by gerontologists, neurologists or psychiatrists and referred to a neuropsychologist for performance testing and evaluation in order to reach a more accurate diagnosis. A clinical diagnosis of AD was determined for each patient at a research team meeting at the University of Brasília-UnB.

The Brasília Group was recruited from the Geriatric Medical Center, University Hospital of Brasília, Brasília, Brazil. All patients underwent examinations by a social worker, neuropsychologist, and geriatrician and a clinical diagnosis of AD was determined for this patient group.

Selections were made in accordance with the clinical diagnostic criteria of AD (National Institute of Neurological and Communicative Disorders and Stroke- Alzheimer's Disease and Related Associated Disorders, NINCDS-ADRDA). [9]

Additionally, the elderly controls group comprised individuals living in the community and nonconsanguineous relatives.

The severity of AD ranged from mild to moderate (scores 1 or 2) according to the Clinical Dementia Rating Scale (CDR). [28] All patients exhibited a 1- to 4-year history of progressive cognitive impairment predominantly affecting memory, which was confirmed by their caregiver using the IQCODE (Informant Questionnaire on Cognitive Decline in the Elderly), [29] but showed normal awareness and lived with their families.

The Neuropsychiatric Inventory (NPI) [30] and Cornell Scale for Depression in Dementia (CSDD) [31] were applied to all subjects. Whenever evidence of behavioral disturbance or significant depression symptoms was noted on interview, the subject was excluded.

Written informed consent in accordance with the ethical guidelines for research with human subjects (196/96 CNS/MS, Brazil, resolution) was obtained from all participants or their caregivers (where appropriate). The study protocol was approved by the Ethics Committee for Research in Human Subjects of the Faculty of Health Sciences, University of Brasília.

Neuropsychological assessment. The neuropsychological evaluation was performed by (C.S) in both AD1 and EC groups and by (A.A.V.O) in the AD2 group.

Standardized neuropsychological tests were used to assess different cognitive functions. Global cognition was assessed using the Brazilian versions of the MMSE21 and DRS. [24]

The 15-item version of the Boston Naming Test (Consortium to Establish a Registry for Alzheimer's Disease), [32] along with the Animals fluency [33] test, was used for testing semantic recall while the word fluency test (FAS) was applied to assess verbal fluency. [34] Short-term memory was evaluated using the subtest digit forward (DRS). Finally, the Clock Drawing Test (CDT) [35] was also used to evaluate executive and attention functions whereas the digits backward (DRS) subtest was applied to evaluate working memory.

Data analysis. Between-group comparisons of demographic variables (age, schooling, gender) were made using one-way analyses of variance and Bonferroni post hoc tests. In order to evaluate the clinical data, t tests for independent samples (AD groups) were performed for each test. The severity of dementia was defined by the Dementia Rating Scale, history of progressive cognitive impairment confirmed by the patient caregiver using the IQCODE, Neuropsychiatric Inventory and by Cornell Depression Scale in Dementia scores (CSDD).

Additionally, one-way ANOVAs and Bonferroni post-hoc tests were used to compare mean scores on each neuropsychological test across all three groups.

III. RESULTS

Between-group comparisons of demographic and clinical characteristics.

One-way ANOVAs comparing patient and control groups showed that subjects in the AD1 group were older [$F(2.93)=10.77$; $p=0.004$] and had less formal education [$F(2.95)=14.80$; $p<0.001$] than those in both AD2 and Control groups.

The two patient groups had similar severity of dementia [CDR score, $t(54)=1.86$; $p=0.68$], similar scores on the IQCODE [$t(54)=2.44$; $p=0.42$], but differed for neuropsychiatric symptoms [NPI score, $t(54)=0.86$; $p<0.001$] and signs of depression [CDS score, $t(54)=3.06$; $p<0.001$]. Thus, the AD1 group showed higher scores on both the NPI and CDS than the AD2 group. Table 1 summarizes the demographic and clinical characteristics of the study groups.

Between-group comparisons of neuropsychological test scores.

Mean test scores are given in Table 2. Separate one-way ANOVAs and post hoc analysis showed significant between-group differences on the neuropsychological tests, with the exception of DRS Construction [$F(2.93)=2.42$; $p=0.094$].

Post hoc Bonferroni tests revealed that both patient groups were significantly impaired compared with the control group on all tests ($p<0.001$). However, the patient groups showed different mean scores on each of the tests, except for the Clock Drawing Test-part 1 ($p=0.21$). Thus, the AD1 group was characterized by relatively significant deficits in recall (DRS-Memory), semantic memory (Boston Naming Test) and verbal fluency. On the other hand, the AD2 group showed lower scores on attention, executive functioning and working memory.

It is noteworthy that the AD group from Brasília showed higher scores on the Cornell Depression Scale in Dementia31 compared with the AD2 and Elderly Control groups.

IV. DISCUSSION

The present study explored the neuropsychological characteristics of one group of patients diagnosed with AD from Palmas and another from Brasília by comparing them with a control group of healthy elderly.

Concerning global cognitive abilities, results on the MMSE test and DRS scale (total score) showed the presence of substantial cognitive deficits in both AD groups. However, the scores were lower for the Palmas group compared to the Brasília group considering the cut-off point.

In-depth analysis revealed that the DRS scores of the AD2 group showed low performance in attention (DRS-Attention), abstract verbal concept formation and associative thinking (DRS-Conceptualization) as well as in executive functions (DRS-IP).

It is worth mentioning that, although AD2 patients had low scores on the DRS-IP, normal scores were observed for Supermarket items, suggesting preservation of verbal fluency and initiation. These results were consistent with those for Verbal Fluency-FAS and Animals (similar scores compared

Tabela 1. Demographic and clinical characteristics of study subjects.

	AD1 (n=22)	AD2 (n=34)	EC (n=40)
Females/Males	15/07	31/03	24/16
Mean age	78.27±6.70*	72.56±4.09	71.10±6.72
Mean schooling	6.73±4.00*	11.47±3.33	13.25±5.57
CDR	1.25±0.57	1.53±0.50	–
IQCODE score	3.90±0.58	4.29±0.57	2.57±0.96
NPI total score	17.36±11.80	15.19±1.47	4.90±6.53
CDS total score	10.14±6.81	5.62±1.47	5.28±4.50

AD1: patients from Brasília-DF;
AD2: patients from Palmas-TO;
EC: elderly controls; CDR: Clinical Dementia Rating;
IQCODE: Informant Questionnaire on Cognitive Decline in the Elderly; NPI: Neuropsychiatric Inventory;
CDS: Cornell Depression Scale in Dementia.
*Significant difference between AD1 and AD2 (p<0.001).

to EC) where AD2 subjects showed adequate performance on both tests, in contrast to the performance observed for the AD1 group.

The low score observed for DRS-IP indicated impairments in bilateral motor planning and copying repetitive geometric patterns. Poor performance in copying five geometric figures of varying difficulty, and the writing of one's name (DRS-Construction), under both drawing-to-command and copying a model conditions (Clock Drawing Test) are suggestive of visuospatial and visuoconstructive deficits [35] as well as working memory impairment (DRS-Digit Span Backward).

Surprisingly however, the AD2 group obtained high scores on the DRS-Memory subscale (mean score: 22.38 ±1.25; cut-off point: 22) suggesting preservation of episodic memory, as well as orientation for time, place and current events. Additionally, on the Boston naming test, these patients received full credit for uncued naming responses as well as for the correct naming of drawings in response to stimulus (semantic) cues.

The literature shows that Alzheimer's disease is characterized by prominent amnesia with additional deficits in language and semantic knowledge, abstract reasoning, executive functions, attention, and visuo-spatial abilities. [8] Patients from the AD2 group showed impairments in some cognitive abilities, but we failed to find neuropsychological evidence indicating episodic memory impairment.

The mean educational level of the AD2 group was similar to the average schooling for the EC, but was higher than that observed in the AD1 group. This difference could be one explanation for the low neuropsychological performance observed in the AD1 group considering the established association of AD with lower educational attainment. However, these differences in educational level do not explain the striking discrepancies in cognitive profile between the AD groups.

Additionally, although both AD groups had CDR scores of greater than 1, and their caregivers reported decline on the IQCODE, these results were incongruent in the AD2 group. The diagnosis of AD strictly hinges on identifying memory and other cognitive domain involvement that lead to func-

tional decline and impairment in activities of daily living. Thus, since the patients obtained high scores on memory tests, we are led to assume an overestimate of their deficits by caregivers/ relatives.

In general, the results called our attention to the composition of the sample from Palmas and led us to question the diagnostic accuracy of these patients. these patients have Alzheimer's disease? Or did they have another type of dementia? Are there any sociodemographic variables influencing the results that may have caused the differences between the groups from Palmas and Brasília?

From this perspective, an appropriate and comprehensive neuropsychological assessment is recommended in order to obtain a detailed cognitive profile that allows a more accurate diagnosis to be reached. Additionally, we consider it important to assess the presence of subjective complaints or anosognosia symptoms; and collect information carefully about daily living activities, that is, to assess what spheres of daily living are most impacted by the disease.

To this end, a multidisciplinary approach and proper qualification and training for health care professionals all play a crucial role. It is important to develop the ability to adequately capture the range of variability observed in patients with cognitive impairments, to understand the nature of the disease, and to acquire the ability to accurately assess, define and diagnose the transitional states between normal aging, AD, and other dementias.

This work has some limitations. First, the study design is descriptive and not longitudinal, and was thus able to provide only a snapshot view of the current stage of these patients. For this reason, a follow-up study involving AD2 patients would be desirable in order to see whether they progress to a specific type of dementia syndrome or to AD. Second, unfortunately the groups were not equally matched for age and schooling level, a factor which may have influenced the interpretation of the data.

Third, some specific cognitive domains, such as language and specific types of memory, were not directly assessed in this study and neither was functional profile using a specific measure. Therefore, further work with the AD2 group is clearly needed to define a more accurate and complete understanding of the cognitive profile of these patients taking into consideration the limitations described above.

Fourth, the comparison between the AD samples was carried out based on neuropsychological scores. Other information such as data collected from anamnesis, neurological examination and laboratory and neuroimaging exams was not included.

Finally, the evaluation of the patients was performed by two different neuropsychologists/researchers and therefore differences between the evaluators cannot be ruled out. Researchers were not blinded to information about the previous diagnoses performed by the Neurologists.

Tabela 2. Mean neuropsychological test scores in patients and controls.

		AD1	AD2	Comparison between AD1 and AD2 (p values)	EC
Global cognition	MMSE	17.95±4.19	20.53±2.56	0.16	27.03±6.42 (0-30)
	DRS-Total	112.82±8.59	98.85±10.41	0.007	136.15±22.37 (0-144)
Memory	DRS-Memory	12.09±3.72	22.38±1.25	<0.001	23.33±3.97 (0-25)
	DRS-Digit Span Forward	5.05±1.36	2.18±1.24	<0.001	6.60±1.49 (0-8)
Attention and executive function	DRS-Attention	34.00±2.41	30.09±3.89	0.007	35.25±5.81 (0-37)
	DRS-Initiation/Perseveration	24.59±4.80	14.38±1.20	<0.001	34.80±6.00 (0-37)
	DRS-Digit Span Backward	2.64±1.36	0.97±1.56	<0.001	4.28±1.39 (0-8)
	Clock Drawing Test-Part 1	4.59±2.88	3.41±1.45	0.21	8.60±2.64 (0-10)
Language ability	Boston Naming Test	12.59±2.15	15.00±0.00	<0.001	14.50±2.40 (0-15)
	Letter Fluency (FAS)	16.50±9.95	37.65±7.14	<0.001	35.55±13.78
	Category Fluency (Animals)	5.59±2.68	13.41±2.43	<0.001	17.18±5.42
Abstract concept formation	DRS-Conceptualization	36.27±2.22	27.47±7.17	<0.001	47.03±6.16 (0-39)
Visuospatial ability	DRS-Construction	5.86±0.64	4.53±4.31	0.21	5.75±1.12 (0-6)
	Clock Drawing Test-Part 2	7.45±2.48	4.47±1.89	<0.001	9.28±2.21 (0-10)

AD1: patients from Brasília-DF;
AD2: patients from Palmas-TO;
EC: elderly controls. Higher test scores indicate better performances. In the elderly control column, ranges of test scores are reported in brackets except for tests with no maximum established score (i.e., Word fluency FAS, and Animals).

Referências

[1] Brazilian Institute of Geography and Statistics. Demographic Census (IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico). Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

[2] Herrera E, Caramelli P, Silveira A, Nitrini R. Epidemiologic survey of dementia in a community-dwelling Brazilian population. *Alzheimer Dis Assoc Disord* 2002;16:103-108.

[3] Nitrini R. Diagnóstico de demência: avaliação clínica neuropsicológica e através da tomografia computadorizada por emissão de fóton único. *Livre-Docência. Faculdade de Medicina da USP*, 1993.

[4] Nitrini R, Caramelli P, Bottino CM, Damasceno BP, Brucki SM, Anghinah R. Academia Brasileira de Neurologia. [Diagnosis of Alzheimer's disease in Brazil: diagnostic criteria and auxiliary tests. Recommendations of the Scientific Department of Cognitive Neurology and Aging of the Brazilian Academy of Neurology]. *Arq Neuropsiquiatr* 2005;63: 713-719.

[5] American Psychiatric Association. Diagnostic and statistical manual of mental disorders 4 ed. Washington DC: APA, 1994.

[6] Nitrini R, Caramelli P, Herrera E, et al. Incidence of dementia in a community-dwelling Brazilian population. *Alzheimer Dis Assoc Disord* 2004; 18:241-246.

[7] Salmon D, Bondi M. Neuropsychological assessment of dementia. *Ann Rev Assess Dementia* 2009;60:257-282.

[8] McKhann G, Drachman D, Folstein M, et al. Clinical diagnosis of Alzheimer's disease: report of the NINCDS-ADRDA Work Group under the auspices of the Department of Health and Human Services Task Force on Alzheimer's disease. *Neurology* 1984;34:939-944.

[9] Braak H, Braak E. Neuropathological staging of Alzheimer-related changes. *Acta Neuropathol* 1991;82:239-259.

[10] Almeida O, Crocco E. Percepção dos déficits cognitivos e alterações do comportamento em pacientes com doença de Alzheimer. *Arq Neuropsiquiatr* 2000;58:292-299.

[11] Dickerson B, Sperling R, Hyman B, Albert M, Blacker D. Clinical prediction of Alzheimer disease dementia across the spectrum of mild cognitive impairment. *Arch Gen Psychiatry* 2007;64:1443-1450.

[12] Kelley B, Petersen R. Alzheimer's disease and mild cognitive impairment. *Neurol Clin* 2007;25:577-609.

[13] Petersen RC, Negash S. Mild cognitive impairment: an overview. *CNS Spectr* 2008;13:45-53.

[14] Petersen RC, Parisi JE, Dickson DW. Neuropathologic features of amnesic mild cognitive impairment. *Arch Neurol* 2006;63:665-672.

[15] Kidd PM. Alzheimer's disease, amnesic mild cognitive impairment, and age-associated memory impairment: current understanding and progress toward integrative prevention. *Altern Med Rev* 2008;13: 85-115.

[16] Kramer JH, Nelson A, Johnson JK. Multiple cognitive deficits in amnesic mild cognitive impairment. *Dement Geriatr Cogn Disord* 2006;22: 306-311.

[17] Petersen RC, Smith GE, Ivnik RJ, et al. Apolipoprotein E status as a predictor of the development of Alzheimer's disease in memory-impaired individuals. *JAMA* 1995;273:1274-1278.

[18] Caramelli P, Barbosa M. Como diagnosticar as quatro causas mais frequentes de demência? *Rev Bras Psiquiatr* 2002;24(Supl 1):S7-S10.

[19] Pimentel, E. Role of neuropsychological assessment in the differential diagnosis of Alzheimer's disease and vascular dementia. *Dement Neuropsychol* 2009;3:214-221.

[20] Folstein M, Folstein S, McHugh P. Minimal state: a practical method for grading the cognitive state of patients for the clinician. *J Psychiat Res* 1975;12:189-198.

[21] Bertolucci P, Brucki S, Campacci R, Juliano Y. O mini-exame do estado mental em uma população geral: impacto da escolaridade. *Arq Neuropsiquiatr* 1994;52:1-7.

[22] Brucki S, Nitrini R, Caramelli P, Bertolucci P, Okamoto I. Sugestões para o uso do mini-exame do estado mental no Brasil. *Arq Neuropsiquiatr* 2003;61:777-781.

[23] Mattis S. Dementia Rating Scale. Professional Manual. Psychological Assessment Resources. Florida; 1988.

[24] Porto C, Charchat-Fichman H, Caramelli P, Bahia V, Nitrini R. Brazilian version of the Mattis Dementia Rating Scale. *Arq Neuropsiquiatr* 2003;61:339-345.

[25] Bertolucci PH, Okamoto IH, Brucki SM, Siviero MO, Toniolo Neto J, Ramos LR. Applicability of the CERAD neuropsychological battery to Brazilian elderly. *Arq Neuropsiquiatr* 2001;59:532-536.

[26] Nunes PV, Diniz BS, Radanovic M, et al. CAMCog as a screening tool for diagnosis of mild cognitive impairment and dementia in a Brazilian clinical sample of moderate to high education. *Int J Geriatr Psychiatry* 2008;23:1127-1133.

[27] Schultz, RR, Siviero MO, Bertolucci PH. The cognitive subscale of the "Alzheimer's Disease Assessment Scale" in a Brazilian sample. *Braz J Med Biol Res* 2001;34:1295-302.

[28] Hughes CP, Berg L, Danzinger WL, Cohen LA. A new clinical scale for the staging of dementia. *Br J Psychiatry* 1982;140:566-572.

[29] Jorm A. A short-form of the Informant Questionnaire on Cognitive Decline in the Elderly (IQCODE): development and cross-validation. *Psychol Med* 1994;24:145-153.

[30] Cummings JL. The Neuropsychiatric Inventory: assessing psychopathology in dementia patients. *Neurology* 1997;48(5Suppl 6):S10-S16.

[31] Alexopoulos GS, Abrams RC, Young RC, Shamoian CA. Cornell Scale for Depression in Dementia. *Biol Psychiatry* 1988;23:271-284.

[32] Morris J, Heyman A, Mohs R, Hughes J, van Belle G, Fillenbaum G, Mellits E, Clark C: The Consortium to Establish a Registry for Alzheimer's Disease (CERAD). Part I. Clinical and neuropsychological assessment of Alzheimer's disease. *Neurology* 1989;39:1159-1165.

- [33] Fichman HC, Fernandes CS, Nitrini R, Lourenço RA, Paradela MPP, Carthey-Goulart MT, Caramelli P. Age and educational effects on the performance of normal elderly on category fluency tasks. *Dement Neuropsychol* 2009; 3:49-54.
- [34] Machado TH, Fichman HC, Santos EL, et al. Normative data for healthy elderly on the Phonemic Verbal Fluency Task – FAS. *Dement Neuropsychol* 2009;3:55-60.
- [35] Aprahamian I, Martinelli J, Neri A, Yassuda M. The accuracy of the Clock Drawing Test compared to that of standard screening tests for Alzheimer's disease: results from a study of Brazilian elderly with heterogeneous educational backgrounds. *Int Psychogeriatr* 2010;22: 64-71.



ANALUCYA V DE OLIVEIRA

PhD Scholar. Laboratory of Neuroscience and Behavior, Department of Physiological Sciences, Institute of Biology and Graduate Program in Health Sciences, Faculty of Health Sciences, University of Brasília, Campus Darcy Ribeiro, Brasília DF, Brazil.

...

...

O ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRAACIONAL: ENCARCERAMENTO OU SOCIOEDUCAÇÃO?

THE ADOLESCENT AUTHOR OF INFRARED ACTION: JAILING OR SOCIOEDUCATION?

**ROSANA CARNEIRO TAVARES e
SONIA MARGARIDA GOMES SOUSA.**

• **RESUMO** - Este artigo, resultado de pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC Goiás, apresenta os significados da desinstitucionalização do adolescente que têm permeado a aplicação das medidas socioeducativas pelos Operadores do Direito. É um estudo qualitativo, referenciado na Teoria Sócio Histórica, de Vigotski, e faz interface entre a psicologia e as políticas públicas para o adolescente. Foram realizadas entrevistas individuais com duas juízas, dois promotores públicos e uma defensora pública (todos atuando na Vara da Infância e Juventude, do estado do Tocantins). A análise das falas apresenta a execução das medidas socioeducativas pouco sustentada em parâmetros legais e ancorada em modelos personalistas. Os resultados destacam a permanência da lógica da internação/sanção na atenção ao adolescente autor de ato infracional; o não fortalecimento da rede de cuidados e proteção do adolescente; a retirada do poder familiar, por parte do sistema de justiça; e um descrédito na efetividade das medidas em meio aberto. Discute-se a importância da interdisciplinaridade para a efetiva produção de ações socioeducativas e da psicologia crítica, como saber fundamental no diálogo com o sistema de justiça.

PALAVRAS-CHAVE - Adolescente autor de ato infracional; Desinstitucionalização; Judicialização; Psicologia e políticas públicas.

ABSTRACT - This article, a result of a research carried out in the Post-Graduation Program in Psychology of PUC Goiás, presents the meanings of the deinstitutionalization of adolescents that have permeated the application of socio-educational measures by Law Operators. It is a qualitative study, referenced in Vigotski's Socio-Historical Theory, and interfaces between psychology and public policies for adolescents. Individual interviews were conducted with two judges, two public prosecutors and one public defender (all of them working in the Child and Youth Court of the state of Tocantins). The analysis of the speeches presents the execution of the socio-educational measures little sustained in legal parameters and anchored in personalistic models. The results highlight the permanence of the logic of hospitalization / sanction in the attention to the adolescent author of an infraction; the non-strengthening of the network of adolescent care and protection; the withdrawal of family power, by the justice system; and a discredit on the effectiveness of the measures in an open environment. It discusses the importance of interdisciplinarity for the effective production of socio-educational actions and of critical psychology, as fundamental knowledge in the dialogue with the justice system.

KEYWORDS - adolescent author of an infraction; deinstitutionalization; judicialization; psychology and public policy.

I. INTRODUÇÃO

Neste artigo, contextualizam-se políticas destinadas ao adolescente autor de ato infracional, especificamente a política do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), e são apresentados os significados da desinstitucionalização do adolescente construídos na execução dessa

política, entre os seguintes Operadores do Direito: duas juízas, dois promotores públicos e uma defensora pública, todos atuando na Vara de Infância e Juventude, do estado do Tocantins (capital e interior). O objetivo deste estudo foi compreender quais são os significados da desinstitucionalização do adolescente que têm sido construídos na execução

da aplicação de medidas socioeducativas, pelos Operadores do Direito, no estado do Tocantins.

A partir do reconhecimento de que a prática histórica das políticas do sistema de responsabilização para os adolescentes, no Brasil, foi fundada em ações coercitivas e autoritárias, pretendeu-se compreender como alguns instrumentos legais da atualidade – como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990; as diretrizes SINASE, de 2006; e a Lei 12.594, de 2012, que regulamenta o SINASE – têm regido a execução de ações destinadas aos adolescentes autores de ato infracional na contemporaneidade. Esses instrumentos jurídicos referendam uma prática inversa à instituída historicamente, pois asseguram ao adolescente que comete ato infracional o direito de cidadania e o respeito à sua condição peculiar de sujeito em desenvolvimento.

O objeto deste estudo se compõe por uma discussão sobre as políticas públicas em interface com a Psicologia Social, especificamente as políticas destinadas aos adolescentes autores de ato infracional. Na contemporaneidade, a Psicologia Social tem sido convocada, cada vez mais, a atuar nas políticas públicas, prioritariamente naquelas que são destinadas à população pobre. O Sistema Conselhos de Psicologia (órgão regulador das práticas profissionais da psicologia no Brasil) tem construído um percurso de inserção no cenário político nacional, promovendo discussões e realizando eventos e publicações que ratificam o compromisso da psicologia no debate sobre as políticas públicas brasileiras. Este estudo se justifica por buscar compreender a aplicação das medidas socioeducativas para os adolescentes autores de ato infracional, a partir da perspectiva do sistema de justiça, fazendo interface com a psicologia no que se refere à adolescência/juventude e à necessidade de intervenções que contribuam com o pleno desenvolvimento biopsicossocial dessa população no Brasil.

Para atender ao proposto, este artigo está organizado em subtópicos: o primeiro apresenta uma breve história das políticas destinadas à criança e ao adolescente no cenário brasileiro; o segundo traz informações a respeito dos procedimentos metodológicos da pesquisa; o terceiro apresenta os resultados do estudo, a análise das falas dos Operadores do Direito que atuam no estado do Tocantins.

O cenário político da atenção dispensada ao adolescente autor de ato infracional no Brasil

A análise da história das políticas destinadas à infância e à adolescência é apresentada em diversos estudos brasileiros e demarca a constituição de políticas focadas na institucionalização e/ou controle das crianças e adolescente pobres [14]; [3]; [16]. Reconhecendo a amplitude de estudos que se debruçaram no processo histórico da atenção às crianças e adolescentes no Brasil, optou-se no presente trabalho por descrever resumidamente esse processo.

Segundo [14], inicialmente, no Brasil Colônia, a prática era institucionalizar as crianças e os adolescentes que estavam abandonados nas ruas. Às famílias era atribuída a responsabilidade pela boa formação desses sujeitos. Caso as crianças e adolescentes estivessem nas ruas ou abandonadas incumbiam-se as “instituições de caridade”, especificamente

as Santas Casas de Misericórdia, de institucionalizá-las. A perspectiva dessas políticas era de mera assistência, focada na caridade e não nos direitos humanos e na cidadania.

No Brasil República, a preocupação política com essa parcela da população se expandiu do simples foco nas crianças e adolescentes abandonados e desamparados, voltando-se também para outros âmbitos de ações do Estado. Como, por exemplo, a educação das crianças e dos adolescentes, cujo objetivo era o controle social, a preparação e formação de futuros cidadãos trabalhadores ou mulheres donas de casa que assumissem as responsabilidades do lar [3].

No autoritarismo populista do Estado Novo (1930 a 1945) destaca-se um avanço no serviço social de assistência infantil, mas também um aprofundamento de práticas higienistas e repressivas na atenção à infância e adolescência, privilegiando o internamento de adolescentes pobres e abandonados, com ênfase na contenção e controle [10].

Na Democracia populista (1945 a 1964), primeira experiência democrática brasileira, enfatiza-se a garantia à maternidade, à infância e adolescência, a criação do Ministério da Saúde e Ministério da Educação e Cultura, com estratégias destinadas especificamente às crianças e adolescentes. Nesse período as intervenções do Estado para a infância e adolescência se configuraram por práticas que combinavam “ações assistencialistas, higienistas e repressivas com a introdução de ações de caráter mais participativo e comunitário, orientadas pela doutrina desenvolvimentista das agências internacionais” [10].

Segundo [3], a preocupação do Estado com a educação das crianças e adolescentes como forma de controle social tornou-se mais incisiva após o golpe militar de 1964, que instituiu a Doutrina de Segurança Nacional e reproduziu a ideologia para a manutenção do poder, calcada na limitação e restrição da ação civil e na imposição da disciplina em todos os setores da sociedade brasileira, inclusive nas escolas.

Sendo assim, observa-se que as ações do Estado para as crianças e adolescentes, no Brasil, foram historicamente focadas em grande parte em estratégias de controle desse grupo populacional, com algumas práticas isoladas de promoção de ações em saúde. As intervenções estiveram sempre associadas à adequação das crianças e adolescentes às exigências sociais e à obrigatoriedade das famílias pelo cuidado e educação. Na impossibilidade dessas em ocupar esse espaço, o Estado tomou para si essa tarefa, principalmente para ajustar os grupos de crianças e adolescentes às normatividades sociais.

No que se refere ao cometimento de ato infracional por crianças e adolescentes no Brasil, as primeiras referências legais sobre a população menor de 21 anos que cometia ato infracional ocorreram no Código Penal de 1830. Ele atribuía inimizabilidade às crianças menores de 9 anos e também às de idade entre 9 e 14 anos que estivessem na condição de não discernimento do ato cometido. A lógica para esse Código era o discernimento e não a idade em si. Assim, as crianças e os adolescentes de 9 a 14 anos eram considerados adultos cientes dos atos que estavam cometendo. Esse Código marca

o início do controle penal da infração praticada pela criança e pelo adolescente no Brasil [16].

Ressalta-se que, nesse controle, a prática sempre foi a de – na impossibilidade de corrigir – criar estratégias de intervenção com coerção e punição às crianças e aos adolescentes infratores. Segundo [14], a história das políticas destinadas à infância e à adolescência no Brasil, por muito tempo (várias décadas do século XIX e XX), esteve entre a justiça e a assistência, como forma de prevenção e manutenção da ordem da Nação, e não como políticas de direitos sociais.

Em 1927, instituiu-se no Brasil o primeiro código para menores, primeiro documento direcionado especificamente à população menor de 18 anos, visando à proteção da criança e do adolescente abandonados ou “delinquentes”. A partir desse código, o critério para a imputabilidade das crianças e dos adolescentes entre 9 e 14 anos passou do discernimento, para a idade propriamente dita, ou seja, até os 14 anos os adolescentes autores de ato infracional eram inimputáveis e deviam ser inseridos em medidas socioeducativas, não pelo fato de serem considerados sujeitos sem capacidade de discernimento, mas especialmente por serem crianças e adolescentes, que necessitam de proteção integral. Essas ações também não distinguiam as crianças e os adolescentes abandonados daqueles que eram infratores, tratavam igual o adolescente infrator e os que estavam nas ruas, abandonados por suas famílias [14].

A criação desse primeiro Código de Menores retirou as questões das crianças e adolescentes abandonados ou autores de ato infracional do código penal e os inseriu em uma perspectiva não criminal. Porém a compreensão dessa questão ainda associava esses problemas a características individuais das crianças e dos adolescentes, ou responsabilizava as famílias pelo fracasso na imposição de disciplina. Tais problemas eram automaticamente relacionados à necessidade de educação, necessidade de disciplina, “desestruturação” familiar e pobreza [16]. Esse código permaneceu até a década de 1979 e preconizou um modelo de intervenção coercitiva, em que a decisão estava centralizada na figura do juiz. Cabia a ele o destino dos “menores”, cuja prática se embasava no modelo higienista da sociedade em que os infratores eram retirados do convívio familiar e social e inseridos em instituições de caráter disciplinador.

Em 1979, outro código de menores foi aprovado, mas continuou reproduzindo o modelo conservador assistencial, preventivo e curativo. A criança e o adolescente não eram sujeitos de direitos, mas objetos de intervenção do Estado sobre eles, a fim de que pudessem se tornar adultos considerados “adequados”, cuja doutrina fundadora era a da “situação irregular” [6].

Somente a partir da abertura política, nos anos de 1980, com as mobilizações sociais que surgiram, criticando as práticas coercitivas destinadas ao adolescente autor de ato infracional e reivindicando transformações, é que se pôde vislumbrar uma nova perspectiva para a legislação direcionada à infância e à adolescência no Brasil. O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua foi um exemplo de

mobilização social que surgiu no ano de 1985 e militou na questão da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade social. Os movimentos sociais foram fundamentais para a redemocratização do Brasil, provocaram mobilizações em diversas categorias sociais, culminando na promulgação da Constituição Federal (CF), no ano de 1988.

A prioridade absoluta das crianças nas políticas públicas é estabelecida pelo art. 227 da CF, que reafirma os direitos da criança e do adolescente como prioritários em todas as políticas. Sendo sujeito de direitos, não mais se demarca a intervenção pela possibilidade de o adolescente saber discernir ou não, mas sim pelo seu direito ao pleno desenvolvimento biopsicossocial.

O ECA, instituído pela Lei 8.069, de 1990, regulamentou o art. 227 da CF, em seu art. 3º estabelece que à criança e ao adolescente é facultado o seu “desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”. É dever da família, da sociedade e do poder público assegurar a absoluta prioridade para a efetivação dos seus direitos à saúde, à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à vida [5]. O ECA se torna um instrumento que contempla toda a ação de proteção, defesa e promoção de direitos às crianças e aos adolescentes, vislumbrando o controle social e tornando-se referência para toda política destinada a esse público.

O Estatuto define para o adolescente autor de ato infracional o cumprimento de medidas socioeducativas, como: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação em estabelecimento educacional. A internação é regulamentada pelo ECA a partir dos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, não podendo exceder o período máximo de três anos [5].

A partir da CF e do ECA, tem-se garantido juridicamente à criança e ao adolescente o seu direito de cidadão, o pleno desenvolvimento biopsicossocial e sua proteção, bem como a prioridade absoluta no âmbito das políticas públicas. No entanto, embora o aparato jurídico seja um instrumento importante para a garantia dos direitos sociais à população, por si só muitas vezes não consegue efetivamente consolidar práticas pautadas nos direitos humanos e na garantia do pleno desenvolvimento biopsicossocial. Ainda mais quando se tem um processo histórico de políticas autoritárias, não democráticas e higienistas, como é a história das políticas destinadas às crianças e aos adolescentes brasileiros, principalmente àqueles da classe pobre ou que têm outras vulnerabilidades associadas (como o envolvimento com atos infracionais ou o

uso de drogas).¹

Na especificidade das políticas destinadas ao adolescente autor de ato infracional, merece destaque outro instrumento jurídico, que surgiu no Brasil a partir do ECA, mas que não tinha a força de lei: a Resolução 119, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), de 2006, que institui um parâmetro referencial que compõe as Diretrizes do SINASE, referendando o já garantido pela CF e pelo ECA. O SINASE direciona e orienta a composição dos serviços e das práticas que se destinam a atender o adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas [6].

O SINASE [6] se compõe por um conjunto de estratégias que orientam a aplicação das medidas socioeducativas na perspectiva das políticas de desinstitucionalização, busca garantir superação dos modelos hospitalocêntricos e manicomial, reproduzidos no sistema prisional e replicados no sistema socioeducativo. Vale lembrar que esse é um instrumento que, embora vigente desde 2006, só se tornou lei em 18 de janeiro de 2012 (a partir da sanção da Lei 12.594) e entrou efetivamente em vigor em abril de 2012, portanto, ainda recente no cenário político brasileiro, considerando as dificuldades de se instituir novas práticas.

A lei que regulamenta o SINASE tramitou na Câmara dos Deputados por quatro anos, por meio do Projeto de Lei 1627, de 2007. Concomitante a esse Projeto de Lei, houve uma discussão eloquente no Congresso Nacional sobre a redução da idade para a imputabilidade penal. Segundo [9], a discussão dividiu opiniões: ora a redução da maioria penal era defendida pela necessidade de garantir a proteção da sociedade; e ora era contestada pelo argumento de que essa redução não transformaria os problemas sociais decorrentes da violência.

Passados anos da promulgação do ECA (1990), bem como das diretrizes do SINASE ou da Lei 12.594 (2012) que o regulamenta, a garantia de ações socioeducativas ao adolescente autor de ato infracional não se consolidou efetivamente. Algumas unidades de internação, do Sistema Socioeducativo, ainda não atendem de acordo com o modelo não manicomial referenciado pelo SINASE, reproduzem o mesmo modelo coercitivo do sistema prisional, muitas vezes em unidades reformadas das antigas Fundações de Bem-Estar do Menor (FEBEM) ([7]; [8]; [18]; [11]). E ainda permanecem no cenário político atual discussões sobre a possibilidade ou não de

¹Vale destacar que em âmbito nacional tem-se estabelecido no Brasil, a partir de 2016, um cenário político instável que ameaça os direitos sociais assegurados, como o ECA (1990) e a própria CF (1988), e que coloca em xeque os avanços da jovem democracia brasileira. Tal cenário aponta para o risco concreto de diminuição de direitos e expansão de ações políticas que privilegiam grupos hegemônicos de poder em detrimento de minorias sociais. Ficando, assim, ameaçada também a política destinada aos adolescentes autores de infrações, se considerar-se a garantia de direitos e a proteção social do adolescente.

reduzir a idade para a imputabilidade penal do adolescente.²

II. MÉTODO

Este estudo é de abordagem qualitativa e tem como referencial teórico a Teoria Sócio Histórica, de [20], fundamentada no materialismo histórico e dialético. Os significados apresentados neste artigo compõem parcela dos resultados encontrados na pesquisa, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Psicologia da PUC Goiás (doutorado)³. O objetivo da pesquisa de doutorado foi compreender os significados da desinstitucionalização do adolescente autor de ato infracional e/ou que tem necessidades de saúde em decorrência do uso de drogas, pelos diversos atores envolvidos na execução das políticas destinadas a esse público [18]. Neste trabalho são apresentados os significados construídos a respeito da desinstitucionalização do adolescente entre Operadores do Direito (juízas, promotores públicos e defensora pública). São informações obtidas a partir da realização de entrevistas semiestruturadas, realizadas entre os anos de 2012 e 2013, no estado do Tocantins.

Os participantes deste estudo foram convidados pela pesquisadora, em função da experiência dos profissionais na atenção aos adolescentes autores de ato infracional e devido à sua atuação na Vara da Infância e Juventude do Estado. Foram convidados por e-mail e os primeiros que prontamente aceitaram ao convite foram selecionados para a pesquisa, a proposta era entrevistar dois de cada âmbito (Juizado, Defensoria e Ministério Público), mas não obteve-se retorno de outro defensor, ficando assim apenas um representante da defensoria pública. Esses participantes foram entrevistados individualmente, com base em um roteiro preestabelecido. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas a partir da metodologia de apreensão de núcleos de significação ([1]; [2]) e tendo por base a perspectiva metodológica dialética de [20].

Dessa forma, compreendendo que a linguagem é reguladora de práticas sociais e que os significados são construções estáveis, mas não estáticas, que podem ao mesmo tempo agregar novas produções, mas também reproduzir comportamentos fossilizados, como argumenta [20], buscou-se com as análises apreender mais do que o dito. As falas foram analisadas, buscando-se apreender contradições, a partir da compreensão de que o subtexto merece análise, o não dito necessita ser desvelado para se apreender a significações construídas ou em construção entre esses sujeitos. Com esse objetivo, diversas leituras e sistematizações das falas transcritas foram realizadas para identificar núcleos de significações ([1];).

Segundo [17], a análise dos significados se revela representativa das ideias que perpassam as práticas nos grupos

²Atualmente tramitam no Senado e Câmara legislativa mais de 50 PECs (Projetos de Emenda Constitucional) em defesa da redução da idade para imputabilidade penal. A exemplo, destacam-se a aprovação, em agosto de 2015, na Câmara dos Deputados, em 2º turno, da PEC 171/93, que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos, quando os crimes forem hediondos [7].

³O trabalho completo pode ser acessado no Banco de Teses da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás).

específicos e nas instituições em que esses indivíduos estão inseridos, as falas de cada sujeito têm as marcas das “ideias circulantes” na instituição que ele representa ([17]). Os sujeitos que participaram deste estudo são, portanto, compreendidos aqui como sujeitos representantes do espaço institucional em que se inserem. As falas analisadas no presente estudo são consideradas discursos que compõem subjetividades que elaboram significados próprios e, ao mesmo tempo, expressam as marcas institucionais do lugar que os Operadores do Direito representam.

Esta pesquisa cumpriu todas as exigências contidas nas Resoluções 196/1996 e 466/2012 (Registro 1890/2011), do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta a ética em pesquisas com seres humanos. O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da PUC Goiás e a pesquisa só ocorreu a partir da autorização em parecer. Todos os entrevistados concordaram com a participação na pesquisa, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os nomes dos participantes, apresentados neste estudo, são fictícios, e todas as informações que pudessem identificá-los, a partir de suas falas, foram ocultadas.

III. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As análises das falas são apresentadas a seguir, destacando as significações que estão sendo construídas entre alguns Operadores do Direito no estado do Tocantins.

1. “Antes era uma antinomia jurídica, uma lacuna enorme, hoje não tem mais essa lacuna”

De todas as significações apreendidas entre os Operadores do Direito uma realça como sendo comum a todos os participantes da pesquisa: a de que a sanção da Lei 12.594 (no ano de 2012) representa um avanço para a aplicação das medidas socioeducativas no país. As falas que se seguem são exemplos de significações que ratificam a importância da Lei como instrumento regulador das práticas judiciais.

Eu acho que a Lei do SINASE veio, assim, hoje em dia eu vejo com muito bons olhos, porque principalmente a execução da medida era um limbo jurídico, ninguém sabia o que fazer, cada um fazia de um jeito e agora ela veio para regulamentar (Sérgio, promotor público). Então, a lei do SINASE traz uma responsabilidade maior para a execução, mas um parâmetro também que facilita muito essa execução, porque antes nós não tínhamos esse parâmetro, e aí a gente percebe que cada um fazia como bem entendia, virava um Código de Menores, digamos assim, porque você não tinha parâmetros. (Abadia, promotora pública). A Lei tem a virtude de unificar e padronizar a execução das medidas socioeducativas, porque a grande dificuldade que a gente observou é que cada Estado tinha um sistema próprio, um fazia a execução de uma forma, outro fazia de outro. Era aquela coisa, assim, sem nenhuma rotina, sem nenhum parâmetro, que, se houvesse a necessidade de cumprir a medida em

outro Estado, era uma grande dificuldade. (Janete, juíza).

Pelas falas, pode-se argumentar que um dos grandes avanços na sanção da Lei do SINASE, reconhecido pelos Operadores do Direito, é a própria regulamentação e padronização das ações pelo mecanismo legal que imputa obrigatoriedade a todos responsáveis pela sua execução. Esses significados parecem ter sido produzidos apenas a partir da sanção da Lei (no ano de 2012), embora o SINASE exista como diretriz desde 2006. As afirmações de que a Lei traz “inovações e exigências que antes não existiam” e de que “antes não tinham parâmetros, cada um fazia como bem entendia” sugerem que os parâmetros que foram publicados em 2006 não geraram, entre os Operadores do Direito, significados de que as práticas necessitariam ser transformadas.

A fala abaixo é mais um exemplo que ratifica essa significação.

Cada um fazia com base no “achismo”, “ah, eu acho que tem que ser assim”, “eu acho que tem que ser assado”, e assim caminhando e às vezes jurisdicionando a execução de medidas socioeducativas, retirando isso do poder Executivo e levando para o poder Judiciário. Acho que o SINASE vem expressamente suprimir essa atuação do poder Judiciário, inclusive mandando remeter todos os programas que estejam a cargo do poder Judiciário às instituições governamentais e não governamentais. Eu acho que isso é um avanço muito grande, porque você acaba estabelecendo o papel de cada um dentro do sistema (Tânia, juíza).

Essa fala da juíza reporta ao art. 83 da Lei do SINASE, que determinou o prazo de um ano para que os programas de atendimento socioeducativo, que estivessem sob responsabilidade do poder Judiciário, fossem “obrigatoriamente, transferidos para o poder Executivo”, respeitadas as competências de cada esfera. O art. 85 dessa Lei adverte, ainda, que a não transferência dos programas aos devidos entes responsáveis implicaria em interdição do programa e caracterizaria “improbidade administrativa do agente responsável” [4]. Verifica-se que essas especificidades da Lei são reconhecidas como avanço, pelos Operadores do Direito, retirando da justiça a execução da socioeducação do adolescente autor de ato infracional e exigindo do gestor público do Executivo o cumprimento de suas obrigações de prover o desenvolvimento de ações socioeducativas para os adolescentes e apoio às famílias.

Esses significados, ao mesmo tempo em que traduzem a importância do instrumento jurídico para a atuação dos Operadores do Direito, revelam que a ausência dele, como poder de lei, produz práticas assentadas em concepções individuais e em valores construídos pela experiência particular de cada ator político e social.

Por outro lado, são significados que revelam uma compreensão idealizada de que a lei por si só produzirá mudanças necessárias para que as ações baseadas em “achismos”

sejam eliminadas. É importante destacar que as sanções de leis podem gerar articulações de novas forças externas de manutenção do status quo de uma ordem já estabelecida. Desde a promulgação do ECA, tem-se estabelecido que aos adolescentes autores de ato infracional devem ser garantidas medidas de caráter eminentemente pedagógico e educativo, e não de cunho repressivo e punitivo. No entanto, como não se estabeleceram detalhes sobre a execução das medidas socioeducativas, tais diretrizes acabaram não sendo cumpridas em sua integralidade.

Ratificando essas análises, estudos em unidades socioeducativas de diversos lugares do país apresentam dados de que a socioeducação como prática ainda não é o principal foco das unidades de internação do adolescente autor de ato infracional, muitas ainda se configuram pela lógica da coerção, da ausência de diálogos e da pouca possibilidade de os adolescentes internos serem sujeitos ou construírem projetos de vida para o momento da desinternação [11]; [18]; [8]; CASTRO e GUARESCHI, 2008).

A título de exemplo, destaca-se a pesquisa de [11], que realizou um estudo comparativo entre uma unidade socioeducativa de internação e uma prisional do Distrito Federal a fim de compreender em que medida as ações nessas unidades são semelhantes ou divergentes, se elas são punitivas ou se ressocializadoras. Os resultados a que a autora chegou denotam que as internações na unidade prisional e na de socioeducação se assemelham e “configuram-se como sistemas encarceradores e punitivos, distante da perspectiva teórica da Doutrina da Proteção Integral” [11].

Os significados apreendidos entre os Operadores do Direito indicam que, para eles, a sanção da Lei é uma novidade que veio “resolver” os problemas da execução e que preencheu a “lacuna”.

Porque o ECA era mais ou menos claro na fase de conhecimento, até você ter a sentença, não, está aqui a sentença, “você vai para internação, você vai para semiliberdade”. Só que, e como que é a internação? Como funciona a semiliberdade? Ali que começavam os problemas. Então, acho que o SINASE veio para resolver essa grande lacuna. [...] As dificuldades já foram superadas com essa lei. Eu acho que ela veio para acabar com as dificuldades no campo prático. O que antes era uma antinomia jurídica, uma lacuna enorme, hoje não tem mais lacuna. (Sérgio, promotor).

Tal significação expressa a visão legalista da execução, uma compreensão de que apenas a sanção da lei extirpa toda subjetividade da execução e possibilidades de articulações de forças externas de manutenção do poder instituído. A história das políticas públicas no Brasil já mostrou que não é assim: a criação de leis é importante não há dúvidas, mas daí para a transformação efetiva de culturas instituídas muito caminho ainda há a percorrer. Quando os Operadores do Direito argumentam que “o SINASE veio resolver” trazem significações que podem desprezar as dificuldades concretas de implementação de um projeto político construído em um

modelo de bases democráticas e de direitos humanos, mas assentado em atuações historicamente instituídas de forma autoritária e coercitiva.

É importante ainda fazer a ressalva de que significações como essas podem produzir entre os Operadores do Direito a falsa ideia de que não há necessidade de se refletir, discutir e dialogar interdisciplinarmente sobre a execução das medidas socioeducativas, já que a Lei deixou claro como fazer. Essa ideia pode referendar as estratégias de judicialização, como única forma de garantir a execução. Além do mais, esses significados parecem desconsiderar toda a complexidade que envolve os problemas relacionados ao ato infracional cometido por adolescente em nossa sociedade.

Embora os instrumentos jurídicos por si sós não poderão produzir práticas transformadas, serão, inevitavelmente, o primeiro passo em direção à mudança e à garantia de proteção e direitos humanos aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. O aparato jurídico é a base necessária para que se inicie um processo de mudança, mas a construção de uma nova cultura depende de diversos outros fatores, como: disseminação da nova proposta entre os diversos segmentos sociais, constante resistência aos poderes instituídos e desvelamento de novas bases de poderes externos de manutenção da ordem social. Para isso, é inevitável garantir a articulação intersetorial e interdisciplinar no cenário de execução da medida socioeducativa. Toda implementação de um novo projeto político exige reflexão, diálogos e articulações intersetoriais.

A fala que se segue é um exemplo claro de que a lei, mais do que tem deixado explícito como fazer, tem na verdade obrigado os Operadores do Direito a repensar a sua prática instituída.

Outra situação que eu acho complexa demais para se realizar e que eu quero ver como é que nós vamos adequar, é a visita íntima ao adolescente. Então, chega a ser até uma contradição, porque você não pode permitir o sexo do adolescente [na unidade] e aí você tem que permitir que se ele é um adolescente iniciado sexualmente, que tenha uma namorada, que tenha uma companheira. Às vezes, essa namorada e companheira também é adolescente. Então, e se é uma adolescente de 14 anos, que está namorando um rapaz de 16, que está privado de liberdade, ele tem direito a visita íntima? Como que vai funcionar na cabeça de adolescente uma situação dessas? E está regulamentado, o sistema tem que providenciar a visita íntima. É claro que a gente vai ter que ver cada caso, analisar as situações, mas é complexa a execução para ser administrada (Abadia, promotora).

É evidente, a partir desta fala, a contraditória desestabilização que a sanção da Lei do SINASE provocou entre os Operadores do Direito. Inversamente ao discurso do “agora a gente tem descrito como fazer”, há, inevitavelmente, a necessidade de se transformar o que já está consolidado como prática. Repensar sobre o fazer instituído parece ser uma

consequência direta da Lei do SINASE, já que o sistema socioeducativo contempla alguns direitos que não são reconhecidos por todos os atores da execução como de pertença aos adolescentes.

A Lei 12.594 [4], no Capítulo 6, art. 68, assegura ao adolescente privado de liberdade, “casado ou que viva comprovadamente em união estável o direito à visita íntima”. No entanto esse direito assegurado em lei produziu, entre os Operadores do Direito, significações contraditórias, nas quais impera o olhar adultocêntrico, a reprodução dos tabus sexuais constituídos historicamente e o poder mantenedor da ordem social instituído pelo Estado.

Esses significados parecem ser construídos a partir das condições objetivas de um sistema realmente desarticulado, cujas práticas se consolidaram em perspectivas personalistas e que reproduziram historicamente um modelo de atenção paralelo ao sistema prisional. Na ausência de condições objetivas para a execução (pouca descrição legal sobre como fazer), os significados sobre as medidas socioeducativas se construíram embasados nas condições particulares de cada ator social.

Como resultado importante da análise dessas falas, destaca-se que a Lei do SINASE, apesar de ter gerado entre os Operadores do Direito uma compreensão de que ela foi o instrumento que resolveu as “lacunas” e estabilizou o fazer, efetivamente o que ela produziu foi uma desestabilização das práticas instituídas, já que obrigou aos Operadores do Direito a reflexão e transformação de um fazer consolidado historicamente. Essa reflexão, se impulsionar o diálogo interdisciplinar e intersetorial, poderá ser a base da transformação efetiva para a garantia de direitos. Principalmente, com diálogos interdisciplinares com a Psicologia, para que ela possa contribuir com informações sobre a constituição e desenvolvimento das subjetividades e com a compreensão da adolescência como uma condição socio-historicamente constituída, bem como sobre as necessárias bases para a ampliação da possibilidades de mudanças e construção de novos projetos de vida por parte dos adolescente autores de ato infracional e de suas famílias ([19], [20]).

Por produzir essas reflexões, destaca-se que apenas a sanção da Lei já é um fator de extrema relevância, pois, ao vislumbrar a obrigatoriedade do cumprimento de algumas diretrizes, antes não aplicadas e nem sequer pensadas, os questionamentos sobre o como fazer começam a emergir e as modificações tornam-se possibilidades plausíveis.

2. “A família já entregou há muito tempo para Deus o seu filho, ou para a Justiça”

Outra significação apreendida entre os Operadores do Direito que merece análise é a compreensão de que os adolescentes pobres envolvidos com o ato infracional, principalmente aqueles que fazem uso de drogas, são objeto de intervenção única do Estado. Muitas vezes, as próprias famílias, principalmente as que estão em condição de maior vulnerabilidade social, não sabem como lidar com seus filhos e filhas adolescentes envolvidos com o ato infracional. As falas, expostas na sequência, exemplificam essas significações.

Porque os pais, simplesmente, muitas vezes, é como se abrissem mão, “não, eu não tenho só ele”. Eu já ouvi uma mãe aqui, “doutora, eu não tenho só ele, eu tenho mais sete. Se eu vou dedicar pra cuidar só dele, os outros sete, o que eu faço com eles?” De você tentar sensibilizar essa família para que acompanhe a execução da medida desse adolescente, isso não é tarefa fácil, não é! (Tânia, juíza). A família já entregou há muito tempo para Deus, digamos assim, o seu filho, ou para a justiça ou para alguém! (Abadia, promotora).

Com esses significados, os Operadores do Direito acabam tomando para si a responsabilidade pelo adolescente pobre autor de ato infracional e podem determinar medidas mais relacionadas à responsabilização da justiça pelo adolescente, do que ao ato praticado em si. Podem, por exemplo, determinar a internação no sistema socioeducativo como recurso para o afastamento do adolescente do ambiente em que ele fica suscetível ao cometimento de atos infracionais e/ou ao uso das drogas, independentemente do ato que ele cometeu. Esse ambiente é significado pelos Operadores de Direito como ausente do pátrio poder, em que a família “abre mão” ou “entrega para Deus”, “para a justiça, ou “para alguém”.

São significações que sugerem que, apesar de estar determinada em Lei a internação como último recurso a ser acionado (tanto no caso do uso de drogas, quanto no caso do envolvimento com ato infracional), ela tem sido utilizada como forma de prover suporte às famílias, sob a alegação de proteção e cuidado aos adolescentes. As falas a seguir são exemplos que ratificam essas significações:

Tem adolescentes que a internação no sistema socioeducativo não seria adequada, mas por falta de uma estrutura de um tratamento drogadício (sic), acaba por ser a adequada. (Vânia, defensora). O que nós temos hoje cruel, eu acho, da sociedade, e que é uma realidade na maior parte dos internos é a droga. Então, muitas vezes, essa internação no sistema socioeducativo está sendo também uma forma de estar distante da droga (Abadia, promotora).

Pelas falas, evidencia-se que algumas vezes a execução da medida socioeducativa de privação de liberdade tem sido significada como a única possibilidade de resolução dos problemas de saúde decorrentes do uso de drogas pelos adolescentes. Além disso, os recursos da internação hospitalar psiquiátrica ou em comunidades terapêuticas também têm sido acionados pelos Operadores do Direito como estratégias para que o adolescente autor de ato infracional faça o tratamento obrigatoriamente. Utilizam-se de seu poder de atribuir sanção ao delito cometido, obrigando o tratamento em instituições de internação, sob a justificativa do cuidado, como se observa na fala seguinte.

[...] talvez eu tenha feito alguma coisa errada, mas se fiz foi com a intenção de fazer o certo, não foi de fazer o errado, e até mesmo de tentar recuperá-lo.

E aí ele [o adolescente] estava aqui numa audiência, eu falei assim, “olha, é o seguinte: ou você vai pra a [nome da Comunidade Terapêutica] ou eu vou ter que te internar no Sistema Socioeducativo, você vai ter que ir pra internação”. Aí ele virou e falou assim, “mas eu não quero ir pra essa [nome da Comunidade Terapêutica]”. Eu falei, “mas vai, você vai, você vai se tratar, porque você é um jovem, tem uma vida toda pela frente”. E lá na [nome da Comunidade Terapêutica] eles exigem que faça uma carta dizendo que quer participar. E aí ele falou assim, “mas eu não vou fazer essa carta”, eu disse “não tem problema, a gente arruma alguém que faça pra você, eu só quero que você assine”, aí ele foi e assinou, ele ficou um ano lá (Tânia, juíza).

Esses significados, embora denotem uma presença engajada da juíza na tentativa de auxiliar o adolescente e sua família, indicam que permanece na esfera da execução das políticas destinadas aos adolescentes autores de ato infracional, principalmente àqueles que são pobres, uma compreensão de que a intervenção autoritária por parte do Estado será o único recurso que possibilitará a esses sujeitos a sua recuperação/transformação. E a intervenção do Estado acionada acaba sendo a de internação, ou no sistema socioeducativo ou em instituições para dependência química, como é o caso das Comunidades Terapêuticas.

A esse respeito destacamos os argumentos de Reghelin [6], em um debate organizado pelo Sistema Conselhos de Psicologia, que aborda a questão da inimputabilidade penal aplicada ao sujeito que comete um crime, mas, em decorrência de algum transtorno mental é incapaz de reconhecer a ilicitude de seu delito. O autor defende que a internação sanção não existe na psiquiatria, apenas quando o sujeito comete um crime, é inimputável e, por isso, será internado para fazer tratamento compulsoriamente. Conforme fica expresso a seguir:

Se ele era inimputável, aplica-se medida de segurança, caso ele tenha praticado o delito. O sujeito é internado no instituto psiquiátrico local em que receberá tratamento compulsório. Isso é, sim, uma sanção penal. Fora isso, nos casos de imputabilidade, aplica-se pena. E as penas são as previstas, não existe a pena de tratamento compulsório. O que aparece mais adiante na lei é outra questão: o juiz poderá oferecer, gratuitamente, ao usuário, tratamento na rede pública. Isso é muito diferente. Isso não é sanção penal. [6].

O referido texto foi produzido em um debate sobre as internações compulsórias que têm sido acionadas para os adultos que têm necessidades de saúde decorrentes do uso de drogas, e se constitui uma crítica a essa cultura instituída. Mas, considera-se importante recorrer a esses argumentos de Reghelin [6], para afirmar que as decisões judiciais de internação do adolescente no Sistema Socioeducativo ou nas comunidades terapêuticas têm sido utilizadas como recurso

para o tratamento obrigatório da dependência química.

É fundamental fazer uma reflexão em relação ao significado que tem sido construído em nossa sociedade sobre o tipo de tratamento que deve ser dado ao adolescente autor de ato infracional, já que se têm reproduzido estratégias de internação, como forma de “salvamento”, de proteção social, mas não se tem pensado, ou buscado estabelecer políticas que consigam auxiliar os adolescentes no seu retorno ao convívio familiar e em sociedade [8].

A retirada do convívio com as drogas, a imposição do limite por parte do Estado, a destituição do poder familiar sobre os adolescentes pobres autores de ato infracional são estratégias recorrentes acionadas pelos Operadores do Direito que, paradoxalmente, trazem como consequência direta a impossibilidade de o adolescente conviver com suas famílias. O fortalecimento das famílias para acolher o adolescente egresso, a preparação das escolas, bem como de toda a sociedade, para que o adolescente não reincida nos delitos ou no abuso de drogas, não têm sido fatores de planejamento para a execução das medidas socioeducativas e nem têm sido alvo de ações do Ministério Público. São significados contraditórios que demarcam uma atuação também contraditória, em que algumas vezes se defende a lógica da socioeducação e da desinstitucionalização do adolescente (como preconizam o ECA e o SINASE); e outras defende-se a internação obrigatória, na lógica da institucionalização e da sanção sem a devida atenção à gravidade do ato infracional cometido em si.

Essa contradição ratifica o argumento de que a transformação das diretrizes do SINASE em lei não implica em cumprimento automático desse instrumento jurídico, já que o estabelecido pelo ECA, desde 1990, ainda hoje apresenta essas nuances particularizadas de condutas.

Segundo [15], estudos têm destacado que a preocupação com a disciplinarização das crianças e adolescentes pobres tem perpassado os diversos momentos históricos do Brasil, nos quais o sistema jurídico tem estabelecido relação com a administração governamental na “busca por essa disciplinarização da juventude marginal”. Para as autoras, essa mesma relação do sistema jurídico e o poder executivo “é também encontrada nos episódios pela busca dos trâmites judiciais como via de acesso aos serviços de saúde”.

Tais estudos são corroborados pelos significados apreendidos neste trabalho e pelas discussões empreendidas a respeito da intervenção autoritária do Estado. Argumenta-se que o sistema judiciário fortalece a intervenção do Estado na vida dos adolescentes pobres autores de ato infracional, cuja finalidade é disciplinar e manter a ordem social. Retiram os adolescentes pobres do convívio familiar e comunitário, muitas vezes sob a súplica das próprias famílias para o fazerem, e não os prepara para o seu regresso [8]; [18].

Esses significados denotam a ausência de políticas públicas integradas para o atendimento ao adolescente autor de ato infracional e suas respectivas famílias. A falta de uma política mais abrangente ao adolescente, que possa subsidiar as famílias e incrementar os processos de participação social

do adolescente no cenário das políticas destinadas a ele, acaba por limitar os cuidados à mera aplicação e à execução das medidas socioeducativas de privação de liberdade, sob o discurso da proteção e do cuidado.

[8] realizou um estudo no estado do Paraná, a respeito das medidas de privação de liberdade aplicadas aos adolescentes, e analisou sentenças judiciais que determinam a internação e os materiais de apoio que compõem o processo de adolescentes em uma unidade socioeducativa de internação. Os resultados a que chegou a autora demarcam que os adolescentes que cometem ato infracional continuam sendo retirados da situação de delinquência por meio das sentenças judiciais. E, após o prazo judicial, são devolvidos ao mesmo contexto de onde foram retirados, sem que houvesse qualquer modificação no modo de vida desses sujeitos e de suas famílias.

3. *“Eu já critiquei muito o trabalho do CREAS, está melhorando, ainda não está bom”*

A internação sendo significada pelos Operadores do Direito como uma estratégia adequada de intervenção do Estado na vida dos adolescentes autores de ato infracional, e sendo justificada como cuidado e proteção, principalmente daqueles que pertencem à classe pobre, produz como consequência o atraso na estruturação das medidas em meio aberto. Essas medidas, executadas pelos Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), poderiam contribuir com a integração de políticas sociais para os adolescentes e suas famílias, efetivamente produzindo uma rede de cuidados e proteção. No entanto, os Operadores do Direito ainda não as reconhecem como efetivas, demonstram descrédito na eficácia da execução dessas medidas, como se identifica na fala a seguir.

Se você já tivesse essa atuação das políticas públicas no meio aberto, em que houvesse execução dessa medida, penso eu que esse adolescente não reincidiria como ele reincide. E é o histórico de adolescentes envolvidos com drogadição, desestruturação familiar. Então, o que você tem é um perfil que, se trabalhado, pode muito bem ser resolvido. Mas aí eu penso que falta. Como é que você vai falar para uma equipe do CREAS composta de uma psicóloga e uma assistente social quando muito? Você fala “não, você tem que largar tudo isso e vai ter que priorizar as medidas socioeducativas?” (Tânia, juíza).

Essa fala, que denota um trabalho ainda desarticulado dos CREASs, com poucos profissionais, acaba por referendar a justificativa para aplicação da medida de privação de liberdade. É necessário destacar que o próprio Estado tem deixado a desejar na estruturação de serviços de modalidade CREAS: os profissionais ficam sobrecarregados e o acompanhamento do adolescente em liberdade assistida acaba precarizado por condições objetivas de ausência de estrutura (carro para visitas, espaço físico para os atendimentos, número de profissionais etc.).

Sendo assim, os Operadores do Direito fazem críticas ao trabalho dos CREASs:

Eu já critiquei muito o trabalho do CREAS, já fizemos muitas reuniões, está melhorando, ainda não está bom não, mas está melhorando. Porque faz um relatório de que foi lá, que o adolescente não está muito comprometido, não tem isso, não está estudando, não está trabalhando. Aí eu “sim, mas CREAS, quem tem a obrigação de matricular e de inserir ele no mercado de trabalho é você. Então, não me diga que ele não está fazendo isso, você tem que fazer ele fazer, então a sua parte não está executando”. Então, foram muitas brigas e discussões, brigas entre aspas, mas assim, mais no sentido construtivista. Está melhorando. (Sérgio, promotor).

Essa fala representa os conflitos que emergem na aplicação das medidas em meio aberto e o risco do uso da judicialização como estratégia para garantir o atendimento do adolescente autor de ato infracional e para promover a atuação dos CREASs nesse âmbito. São falas que demarcam a construção ainda inicial de ações pelos CREASs, no sentido de articular rede, construir vínculos com os adolescentes e efetivamente participar do sistema socioeducativo. Ressalta-se que nesse campo é fundamental o investimento do poder público para a efetividade dos CREASs, “um psicólogo e um assistente social, quando muito”, como afirmou a juíza, expressa o quanto o trabalho está desarticulado por falta de investimento do Governo nas políticas de assistência. Ao mesmo tempo, essa fala evidencia as confrontações de saber e poder que o projeto político do SINASE gera. Pelos relatos, observa-se que a interlocução tem sido um processo construído lentamente e à custa de alguns embates. Caso os Operadores do Direito reconhecessem os CREASs como possibilidades efetivas de acompanhamento dos adolescentes autores de ato infracional, poderiam exigir do poder público as condições necessárias a um trabalho efetivo.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a pergunta que originou este estudo a respeito de quais são os significados da desinstitucionalização do adolescente autor de ato infracional para os Operadores do Direito, tendo em vista o assegurado pela CF/1988, pelo ECA/1990 e pela Lei 12.594/2012, discute-se a inexistência na prática jurídica da garantia da internação como última estratégia interventiva. Essa tem sido, ao contrário, acionada pelos Operadores do Direito como única possibilidade, haja vista a permanência da prática histórica de não reconhecimento do adolescente como sujeito de direitos. O adolescente é compreendido pelos Operadores do Direito como objeto de intervenção do adulto, aquele que é pobre e autor de ato infracional é considerado objeto de intervenção do Estado. Ressalta-se ainda que a internação do adolescente pobre significada como única possibilidade de intervenção fragiliza a tomada de decisões baseadas em estratégias como: medidas

de liberdade assistida, prestação de serviços à comunidade, entre outras.

Com o exposto, destaca-se que a política nacional de atendimento socioeducativo, que se configura pela lógica da desinstitucionalização e garantia de direitos ao adolescente, embora esteja sendo consolidada juridicamente e estruturada legalmente, ainda não se efetivou como prática instituída. As intervenções, que se estabeleciam com base em modelos individuais e personalistas, com a sanção da Lei 12.594, em 2012, passaram a compor exigências legais ainda não articuladas intersetorial e interdisciplinarmente, portanto ainda longe de serem efetivadas sem mecanismos de judicialização.

As estratégias de judicialização são acionadas pelo Operadores do Direito como único recurso para que a Lei seja cumprida, no entanto as exigências judiciais ainda estão ancoradas no modelo tradicional da atenção ao adolescente, que historicamente consolidou a internação como estratégia de educação moral. Ainda prevalece a lógica da internação/sanção, em detrimento do fortalecimento de uma rede de cuidados e proteção.

Destaca-se a importância de se garantir ações interdisciplinares, envolvendo a psicologia, a pedagogia, o serviço social em articulação com o sistema de justiça. Será no diálogo e planejamento intersetorial, entre profissionais da atenção direta e o sistema de justiça, que a socioeducação poderá ser reformulada.

Este estudo demarca que, embora haja avanços importantes gerados pelo redimensionamento legal (principalmente com a desestabilização de práticas já consolidadas), o que prevalece nas políticas para o adolescente pobre ainda é a priorização da sanção ao adolescente “desadaptado”, da retirada do poder familiar por parte do sistema de justiça e da institucionalização como única estratégia para a sua “recuperação/adaptação” social, sem o devido preparo para o retorno ao convívio em sociedade.

Fazendo interface com a psicologia, discute-se a perda das possibilidades criativas e inventivas do adolescente como consequência direta de um cuidado autoritário [20], e reflete-se a necessidade de políticas que valorizem as potências de ação e transformação na (re)elaboração de projetos de vida por parte dos adolescentes pobres que cometem atos infracionais. É fundamental que a psicologia se estabeleça criticamente como um campo de saber sobre a formação de subjetividades dos adolescentes que cometem infrações, que expressivamente dialogue com sistema de justiça de forma interdisciplinar e colaborativa, com planejamentos conjuntos e ações intersetoriais, quando o diálogo construtivo tornar-se-á a base para o planejamento e avaliação das práticas.

Referências

- [1] [2], W. M. J.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 26, n. 2, p. 222-245, jun. (2006) Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v26n2/v26n2a06.pdf> Acesso em janeiro de 2017.
- [2] AGUIAR, W. M. J.; SOARES, J. R.; e MACHADO, V. C. Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. *Cadernos de Pesquisa*, v.45 n.155 p.56-75 jan./mar. 2015 75. Disponível

em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/2818/2868> Acesso em Fevereiro 2017.

- [3] BORGES, N. A. Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: Ferreira, J. Delgado, L. A. N. (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (Col. O Brasil Republicano, v.4, p.13-42). 2003.
- [4] BRASIL, Presidência da República. (2012b). Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Brasília: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm Acesso em Janeiro de 2017.
- [5] BRASIL, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. 2012a. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei Federal 8.069, de 13 de junho de 1990. Versão atualizada, 7. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- [6] BRASIL. Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – SPDCA /SEDH e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – 235 - CONANDA. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Brasília, 2006.
- [7] CASTRO, A. L. S.; GUARESCHI, P. Da privação da dignidade social à privação da liberdade individual. *Psicologia Sociedade*, 20(2): 200-207, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n2/a07v20n2.pdf>. Acesso em: dez. 2018.
- [8] Conselho Federal de Psicologia (CFP). *Mitos e Verdades sobre a Justiça Infância Juvenil Brasileira: porque somos contrário à redução da maioridade penal?* Brasília, 2015. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2015/12/CFP_Livro_MaioridadePenal_WEB.pdf Acessado em jan, 2019.
- [9] FEITOSA, J. B.A Internação do adolescente em conflito com a Lei como “Única Alternativa”: reedição do ideário higienista. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, 2011. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/politica_socioeducativa/ppi_uem_juliana_biazze_2011.pdf Acesso em janeiro de 2017.
- [10] LIMA, M. L.. Conferências nacionais dos direitos da criança e do adolescente: os significados da redução da idade penal. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009.
- [11] PEREZ, J. R. R. PASSONE, E. F. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v.40, n.140, p. 649-673, maio/ago, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttextpid=S0100-15742010000200017 Acesso em janeiro de 2017.
- [12] PLACHI, S. P. Execução de medida socioeducativa de internação: uma reflexão acerca do seu cumprimento no distrito federal. Dissertação de Mestrado, Instituto Brasileiro de Direito Público, IDP, Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://dspace.idp.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2314/Dissertacao_Soraia (
- [13] REGHELIN, E.. Reflexão crítica sobre as políticas públicas de atenção ao consumo de álcool e outras drogas. In: *Subjetividade do consumo de álcool e outras drogas e as políticas públicas brasileiras / Conselho Federal de Psicologia [online]*. Brasília: CFP, 2010. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/06/AlcoolDrogas_novas_alteracoes.pdf Acessado em: 03/12/2015.
- [14] RIZZINI, I. RIZZINI, I. A institucionalização das crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. São Paulo: Loyola, 2004.
- [15] SCISLESKI, A. C. C. MARASCHIN, C. Internação psiquiátrica e ordem judicial: saberes e poderes sobre adolescentes usuários de drogas ilícitas. *Psicologia em Estudo [online]*, v. 13, n. 3, p. 457-465, jul./set. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttextpid=S1413-73722008000300006. Acesso em: 12/02/2013.
- [16] SILVA, L. H. A.. A marca da violência e a reincidência na medida socioeducativa. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp040508.pdf> Acessado em julho de 2016.
- [17] SOUSA, S. M. G. Prostituição infantil e juvenil: uma análise psicossocial do discurso de depoentes da CPI. Tese de doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2001.

- [18] TAVARES, R. C.. “Eu já perdi muita coisa, minha família principalmente”: um estudo psicossocial sobre duas políticas de desinstitucionalização do adolescente. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014.
- [19] VIGOTSKI, L. S. A formação social da mente. Trad. José Cipola Neto. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- [20] VIGOTSKI, L. S.. Psicologia pedagógica. Trad. Paulo Bezerra. 3. ed. São Paulo: WMF, 2010.



ROSANA CARNEIRO TAVARES

Psicóloga, doutora em psicologia pela PUC Goiás (2014), mestra em psicologia (2007) e especialista em saúde mental (2005), pela Universidade Católica de Goiás, e em Políticas Públicas (2003), pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora Assistente da PUC Goiás. Assessora de Pesquisa do Instituto Dom Fernando, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil da PUC Goiás. Psicóloga concursada da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia. Experiência no ensino presencial e a distância, na graduação e pós-graduação. Atua na área de Psicologia Social, Saúde Coletiva e Políticas Públicas, com ênfase em processos grupais e saúde mental. Trabalha principalmente com os seguintes temas:

dialética inclusão/exclusão social, Teoria Sócio Histórica, processos de trabalho em saúde, saúde coletiva, saúde mental e reforma psiquiátrica. Membro do Grupo de Pesquisa da Infância, Família e Sociedade (GIFS), desenvolve pesquisa no campo das políticas públicas; dos direitos sociais; da infância e adolescência; e da saúde mental. Professora credenciada no Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu de Serviço Social da PUC Goiás. Faz parte do GT de Psicologia Sócio-Histórica da ANPEPP. E-mail: rosana.carneirotavares@gmail.com.



SONIA MARGARIDA GOMES SOUSA

Psicóloga (bacharel, licenciada e psicóloga) pela UCG, (1985), mestre e doutora em Psicologia Social pela PUC-SP (1994 e 2001). É professora titular da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (Escola de Ciências Sociais e da Saúde. Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Curso de Psicologia). Foi Diretora do Instituto Dom Fernando - Especializado nas temáticas da infância, adolescência, juventude e família, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil (PROEX/PUC Goiás) no período de 2005 a 2008. Foi Pró-Reitora de Extensão e Apoio Estudantil da PUC Goiás no período de 2008 a 2010. Atualmente é Pró-Reitora de Graduação (a partir de 2010). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social, atuando principalmente nos seguintes temas: aspectos psicossociais da infância, adolescência, juventude e família; psicologia social crítica; educação infantil; dialética exclusão/inclusão social e teoria sócio-histórica.

•••

•••

O SUJEITO DA PSICANÁLISE E SUA FACE TRÁGICA: EFEITO DO DESEJO

THE SUBJECT OF PSYCHOANALYSIS AND ITS TRAGIC FACE: EFFECT OF DESIRE

RITA DE CÁSSIA DE ARAÚJO ALMEIDA

• **RESUMO** - A ciência moderna, na sua busca por um método que fosse capaz de conhecer o objeto sem as influências subjetivas do pesquisador, elide o sujeito. A psicanálise surge, então, para cuidar do sujeito, do componente trágico que lhe concerne e que a ciência rejeitou. Em lugar do “penso logo sou” cartesiano, que supõe uma unidade do ser, Freud propõe o “eu não é senhor da sua casa”, para dizer de um eu que não é todo explicado pela razão. Nessa perspectiva, o desejo não pode ser confundido com uma vontade racional e consciente, da qual o eu teria total controle. A ética da psicanálise é aquela que convoca o sujeito a prestar contas frente ao próprio desejo, que ele não comanda, mas do qual é sempre responsável. A psicanálise está disposta a não recuar do componente trágico que nos constitui, pois entende que recuar dessa dimensão trágica é produzir seres repetidos, como os objetos em série produzidos pela ciência. Por outro lado, a ciência, na tentativa de buscar um saber universal que silencie o mal-estar, escolhe recalcar o desejo.

PALAVRAS-CHAVE - Psicanálise; Desejo; Ética; Ciência.

ABSTRACT - The modern science, in its search for a method that was capable of knowing the object without the subjective influences of the researcher, elided the subject. Psychoanalysis arises, then, to take care of the subject, of the tragic component that concerns him and that science has rejected. In place of the Cartesian "think therefore I am", which supposes a unity of being, Freud proposes the "I is not lord of the house", to say of a self that is not all explained by reason. In this perspective, desire can not be confused with a rational and conscious will, of which the self would have complete control. The ethics of psychoanalysis is that which calls the subject accountable to his own desire, which he does not command, but of which he is always responsible. Psychoanalysis is willing not to retreat from the tragic component that constitutes us, because understands that to retreat from this tragic dimension is to produce repeated beings, such as serial objects produced by science. On the other hand, science, in the attempt to seek a universal knowledge that silences the malaise, chooses to emphasize desire.

KEYWORDS - Psychoanalysis; Desire; Ethic; Science.

I. O NASCIMENTO DA CIÊNCIA

Nietzsche concebe a história do ocidente moderno como a história da repressão do trágico. Em sua obra *O Nascimento da Tragédia*, o autor vai destacar o valor da cultura grega e sua arte trágica, como uma forma de arte superior. Os gregos, para Nietzsche, seriam o povo mais admirável de toda a história, exemplos a serem seguidos, pelo seu princípio estético [8]. Durante mais de um século, tal forma de arte vai se tornar fundamental na cultura grega, no entanto, sabemos, viverá seu crepúsculo quando o racionalismo socrático ganhar força.

Na visão de Nietzsche, com o declínio da tragédia, o homem teórico representado pela figura de Sócrates, vai se contrapor ao homem trágico, Dionísio, promovendo a deca-

dência da cultura grega. A “alegria grega” exaltada inúmeras vezes por [8], chega ao fim, banhada pela ilusão socrática de compreender e explicar o mundo a fim de curar a ferida existencial do homem.

O homem teórico torna-se assim o ideal de homem para a Era Moderna: equipado com o conhecimento, ele trabalha a serviço da ciência. [8] O pensamento moderno, herdeiro da estirpe socrática será, portanto, responsável por aumentar ainda mais o abismo entre o ser humano e sua experiência trágica. O homem teórico busca na individualidade seu refúgio, é o homem centrado, senhor de si, racional, e somente assim, capaz de criar um método para conhecer o mundo.

Descartes, por sua vez, vai completar a missão de Sócrates

ao inaugurar a razão como aspecto mais sublime do homem, acabando por cindi-lo e arrancando dele sua dimensão mais humana, sua tragicidade. Recriado pelo famoso dito cartesiano, Cogito Ergo Sum, o sujeito moderno é aquele que é onde pensa, sendo assim, sua dimensão de alteridade será negada para que nasça o in-divíduo: sem divisão.

Assim sendo, a ciência moderna, na sua busca por um método que fosse capaz de conhecer o real sem as influências subjetivas do pesquisador ou cientista, se propôs a separar o sujeito do objeto. Ou seja, para alcançar um objeto sem sujeito coube à ciência se firmar à custa do recalque do sujeito—para usar o termo freudiano. Isso quer dizer que o ideal da ciência é acessar um real que não possua sujeito, limpando assim o objeto de todos os possíveis erros e equívocos que o sujeito lhe imporia.

Lacan em *A Ciência e a Verdade*, dirá desse momento historicamente datado onde nasce o sujeito da ciência. Para Lacan [4] é impensável que a psicanálise e a noção de inconsciente postulada por Freud pudessem ter nascido antes do advento da ciência. Lacan defende ainda que Freud, ao contrário do que se diz, não pretendeu romper com o cientificismo de sua época, ao contrário, buscava um rigor metodológico, o que lhe foi essencial para criar a psicanálise. Cita ainda, que o rompimento com Jung se deveu exatamente ao fato deste último ter escapado por uma via que Freud considerava não científica [4].

Com efeito, apesar de dizermos que a psicanálise opera sobre o sujeito da ciência, o sujeito que a psicanálise pretende dar lugar é aquele que a ciência elidiu. O eu penso logo sou cartesiano supõe no sujeito uma unidade que rejeita e rechaça aquilo que tal unidade não comporta. Aquilo que cai dessa suposta unidade do ser depois de capturado pela ciência, é exatamente aquilo do qual Freud se ocupa: sonhos, atos falhos, lapsos, chistes e sintomas. Isso que não cabe no sujeito da ciência será acolhido pela psicanálise; este é o percurso de Freud a partir de sua escuta às históricas.

II. PSICANÁLISE: FILHA BASTARDA DA CIÊNCIA

Dizer que a psicanálise é filha bastarda da ciência é considerar que, apesar desta só ter sido possível a partir do advento do sujeito da ciência, ela surge também para fazer enfrentamento à ciência, para provoca-la.

Lacan dirá que o sujeito dividido que Freud inaugura é aquele que aparece no dito *Wo Es war, sol Ich werden*, que aquele traduz como: lá onde isso estava, eu como sujeito devo advir. Tal divisão se dá entre a verdade e o saber, afirma Lacan [4]. Ou seja, o sujeito do qual a psicanálise trata, não sabe sobre sua verdade, tal como pretenderia o sujeito da ciência. Os sonhos, os atos falhos, os lapsos os chistes e os sintomas – representantes do inconsciente freudiano – mostram ao sujeito que existe algo de sua verdade que não pode ser acessado pelo seu saber racional.

Ademais, o que Freud vai propor com sua psicanálise é novamente dar um lugar a este sujeito recalado pela ciência. A psicanálise vai dar lugar, portanto, ao componente trágico do homem, componente que a ciência tende a rejeitar.

...se Freud não houvesse inventado a pulsão de morte, por certo ficaríamos privados de uma representação trágica dos desafios históricos que a consciência moderna tem de enfrentar. Quanto à psicologia, ela se haveria perdido no culto hedonista do poder identitário para promover um sujeito liso e sem rebarbas, inteiramente encerrado num modelo físico-químico. [10]

Em entrevista recente publicada no *El País* a psicanalista Elisabeth Roudinesco afirma que “Freud nos tornou heróis das nossas vidas”, ou seja, a ele coube a tarefa de trazer a novidade de que cada um deve cuidar de contar e protagonizar sua própria história. Não por acaso, Freud utilizou das tragédias gregas e seus heróis para escrever sobre psicanálise. Édipo, por exemplo, herói da tragédia de Sófocles, é aquele que mais ganhou fama na teoria de Freud. A tragédia edípica serviu para ilustrar e fornecer subsídios a Freud quando este decidiu discorrer sobre a tragicidade originária da constituição do sujeito humano.

Freud era um homem das ciências, como vimos, mas que percebeu na sua clínica, a limitação de explicar com a biologia todos os fenômenos que ali surgiam. Freud entendeu que aquilo que os seus pacientes narravam sobre suas histórias, suas tragédias pessoais, também se manifestavam neles por meio de sintomas, inclusive em seus corpos; tal como demonstravam as históricas da época. [10] dirá que se Freud tivesse se mantido fiel ao modelo neurofisiológico jamais teria conseguido construir uma teoria do comportamento humano tomando como ponto de partida dos grandes mitos da literatura.

Com efeito, Freud nos convida a narrar nossa própria tragédia e, por meio da técnica da psicanálise, nos tornar protagonistas da mesma, ainda que seja apenas para nos responsabilizar sobre aquilo que, muitas vezes, se impõe à nossa revelia. Responsabilizar-nos pela construção da nossa narrativa, ao invés de nos tornarmos apenas vítimas e expectadores passivos de nossos sintomas, esta seria a direção que Freud tomou com sua psicanálise.

Entretanto, para conceber o sujeito humano como herói de sua própria narrativa, Freud compreendeu que a linguagem também faz marca em tal sujeito. Assim sendo, precisou, de algum modo, romper com a concepção de sujeito moderna, aquela que vai servir à ciência.

III. DESEJO INCONSCIENTE COMO FUNDAMENTO DO SUJEITO EM PSICANÁLISE

“Agiste conforme o desejo que te habita?” Com esta pergunta Lacan [6] interroga o desejo inconsciente, aquele que é o fundamento da ética da psicanálise. Tal questão carrega uma consideração importante: a de que o desejo não pode ser confundido com uma vontade racional e consciente, da qual o Eu teria total controle. O desejo habita em nós, mas não o comandamos. Sendo assim, o sujeito é suporte e receptáculo do desejo, não seu agente. Nas palavras de Freud: o Eu não é o senhor da sua própria casa, como já dissemos anteriormente.

Lacan dirá que o desejo é aquilo capaz de fazer um sulco no real [3], ou seja, o desejo carrega consigo uma dimensão de real que escapa à simbolização. Nesse sentido, acolher a dimensão do desejo inconsciente é admitir que o sujeito não é pensador nem pensante, é pensado. O Eu não é Mestre das suas ações. Mas isso não quer dizer que o sujeito possa ser considerado uma vítima passiva do próprio desejo. Apesar de ser capturado pelo seu desejo inconsciente, o sujeito é responsável por ele. O desejo possui, portanto, uma dimensão paradoxal. Apesar da escolha inconsciente não ser uma escolha racional, também não se trata de uma escolha involuntária. Ao escolher agir em nome do próprio desejo o sujeito comparece e se responsabiliza em ato.

A tragédia de Édipo se pauta nesse paradoxo do desejo inconsciente. Édipo é aquele que, sem saber, mata o pai e desposa sua mãe. Mas, mesmo não sendo agente consciente da sua escolha ele se comporta como responsável por ela, e não vítima. Édipo se torna sujeito da sua escolha inconsciente quando admite que as maldições que recaem sobre sua comunidade são consequências do seu ato maldito. E é assumindo a responsabilidade pelo seu não-saber que Édipo se torna sujeito. Sendo assim, após a verdade ter sido revelada a Édipo e seu pecado ter se tornado consciente, este é punido como quem cometeu um crime integral e consciente, o que, a princípio, nos parece injusto, entretanto para a psicanálise, isso está psicologicamente correto [1]. O sujeito não é agente do próprio desejo, mas paga por ele tal como se fosse; essa é a sua dimensão trágica.

No caso da tragédia de Antígona (filha de Édipo) temos novamente essa responsabilização do sujeito com seu ato. Antígona assume o próprio desejo em ato e faz isso à revelia de uma lei, norma ou bem universais. O desejo de Antígona é uma transgressão. Ela decide sustentar a lei particular do seu desejo que é enterrar o próprio irmão, mesmo que isso implicasse em desobedecer a lei instaurada pelo rei Creonte. Em seu reinado, Creonte determinou que nenhum dos filhos de Édipo (ainda como punição para seus crimes) fosse enterrado. Os corpos dos filhos de Édipo deveriam ser simplesmente abandonados na floresta a fim de servirem de alimento aos animais. Além disso, qualquer um que ousasse desobedece-lo seria condenado a morte.

Antígona traz com seu ato a dimensão do desejo que faz do sujeito uma contingência que emerge de forma solitária e por meio de uma escolha em perda. Assumir o próprio desejo, nesse sentido, vem como uma espécie de constrangimento a partir do qual o sujeito é compelido a escolher [11]. Uma escolha que ele faz sozinho, sem garantias e assumindo a perda. A escolha desejante que Antígona nos aponta é aquela que a impele a transgredir solitariamente uma lei universal instaurada, e ainda, sob o risco de pagar por tal escolha com sua própria vida.

Assim sendo, ao contrário do que possa parecer, assumir o próprio desejo não é uma espécie de caminho garantido para a felicidade. O desejo tem relação com perda e com a morte, mas por outro lado, é apenas nessa fresta que se abre por meio dele que o sujeito pode advir. É assim o enunciado

Freudiano: *Wo Es war, soll Ich werden*, que Lacan traduziu como: “Lá onde estava o isso, eu como sujeito, devo advir” [4]. Lá onde se abre o buraco do real – aquilo que não é todo explicado, todo simbolizado, todo resolvido, todo decidido, todo determinado – é que eu posso advir como sujeito. O desejo opera como um corte ao que já está estabelecido, e mesmo sem garantia é o único lugar a partir do qual o sujeito pode emergir.

IV. ÉTICA TRÁGICA E ÉTICA DA PSICANÁLISE

Como afirma [11], o herói trágico é aquele que apesar de estar submetido ao divino – ao Outro – não faz dele álibi do seu ato, ele não age nem em nome de um bem comum, nem em nome de um bem privado, mas responsabiliza-se em nome próprio, em nome de um dever que o ultrapassa e o constitui. Assim sendo, se o herói trágico não obedece às teorias, às normas da cidade, ao bem comum, a um suposto ideal, à política, à religião ou à moral, sua escolha não representa necessariamente um ganho, mas, sobretudo, uma perda.

Tal como o herói trágico o sujeito da psicanálise é aquele que é convocado a assumir uma posição diante do próprio desejo. E é exatamente na hiância aberta pela contingência do desejo que o sujeito do inconsciente irrompe com sua singularidade. Hiância que se abre apenas para depois se fechar. Isso faz do sujeito da psicanálise aquele que emerge a cada situação e a cada vez, não sendo determinado por nenhum discurso Universal, nenhum Bem ou regra à priori. Nesse sentido, a psicanálise não advoga por nenhuma uma teoria ou definição sobre como agir, cabe ao sujeito, atravessado pelo seu desejo, fazer sua escolha singular, sem nenhuma garantia de felicidade. Freud já nos avisava que a felicidade não está nos planos da humanidade. Para quem escolheu mediar sua relação com o mundo por meio da linguagem o paraíso está para sempre perdido.

Com efeito, a linguagem é uma estrutura, uma estrutura que preexiste ao sujeito. O sujeito não fala, é falado. Todavia, para a psicanálise a estrutura da linguagem não determina o sujeito, mas o possibilita, já que sem o aparato da linguagem, não há possibilidade de sujeito. A linguagem dá lugar para o sujeito. Por outro lado, a linguagem é uma engrenagem que não se completa sozinha, precisa de quem a signifique, e ao significá-la o sujeito comparece como indício, como uma promessa. Por isso, para a psicanálise não sou eu quem falo, ao contrário, o que eu falo é que diz sobre mim.

Retomando a tragédia de Antígona, nossa heroína, ao assumir seu desejo, comparece como sujeito, em ato. Diante do conflito que lhe é apresentado – enterrar seu irmão e desobedecer à lei imposta por Creonte, correndo o risco de morrer em nome disso ou obedecer à lei, preservando sua vida e deixar seu irmão insepulto – Antígona, com seu ato, comparece como sujeito, mas obviamente que em queda, em perda, perda que pode ser, inclusive, a da própria vida. É por isso que Lacan vai dizer que Antígona “leva até o limite a efetivação do que se pode chamar de desejo puro, o puro e simples desejo de morte como tal” [6]. Sendo assim, o que nossa heroína deixa evidente é que assumir o próprio

desejo não é garantia de sucesso ou felicidade, isso pode, ao contrário, levar o sujeito à destruição.

O fato é que a realização de um desejo supõe, por um lado, o ultrapassamento de um limite; aquele instaurado pelo princípio do prazer [6]. Por outro lado, supõe a submissão a uma segunda morte, não a morte de sua natureza, mas do significativo. Com efeito, o desejo só se põe em marcha por meio da perda. Ele opera como uma dobradiça que se instala entre o sujeito vivo e sua morte, lugar de passagem, pontual e evanescente. Ao fazer valer seu desejo o sujeito consente em pagar o preço da perda com seu ato. Isso faz do desejo um componente trágico, e a partir do qual emerge o sujeito. É aquele que, apesar de estar submetido à polis, às leis, à moral, à religião ou a qualquer outra dimensão que se pretenda universal, não faz delas álibi do seu ato. O sujeito do desejo não age em nome de um bem comum ou privado, mas responsabiliza-se em nome próprio por uma posição ética. Assim sendo, a coragem é característica da posição ética. É ao preço de sua perda que o herói toma o destino em suas mãos, tornando-se resto (objeto) do seu empreendimento [11].

V. MAS SE O SUJEITO É COMANDADO PELO INCONSCIENTE, COMO FALAR DE ÉTICA?

A formulação lacaniana acerca da ética da psicanálise indica que, fora da dimensão da responsabilidade por parte do sujeito, não haveria o inconsciente [11]. Nesse sentido, Antígona é uma vítima voluntária, já que ela escolhe a determinação que a causa. A condição do desejo se funda no ato do sujeito, quando esse se responsabiliza por aquilo que lhe concerne. Isso faz com que a escolha desejante seja uma escolha forçada, mas ainda assim o sujeito escolhe dar o passo. A lei inconsciente que rege o sujeito não é estabelecida por este, o que faz com que o mestre do desejo seja o Outro. Entretanto, para que o desejo se realize é necessário um sujeito em ato. Ao agir compelido pelo seu desejo, o sujeito cava um buraco no Outro, de onde emerge com sua singularidade. Herói trágico e sujeito do inconsciente são aqueles que, de acordo com a formulação lacaniana, pensam com os pés [11].

Com efeito, a ética da psicanálise é aquela que convoca o sujeito a prestar contas frente ao próprio desejo. Ao comparecer em ato, compelido pelo desejo, o sujeito tem a oportunidade de fazer um corte no real. Nesse sentido, ao invés de apenas se submeter e padecer do real, o sujeito é aquele que pode inventar seu próprio estilo, seu próprio modo de lidar com o mesmo. No entanto, o sujeito pode recalcar o próprio desejo, e escolher não querer saber sobre ele; isso seria a característica da posição neurótica.

O desejo irrompe como uma espécie de dobradiça que obriga o sujeito a advir tomando uma posição; que pode ser tanto assumir quanto de ceder ao desejo. Para a psicanálise, por qualquer que seja a escolha, o sujeito é responsável; deverá prestar contas tanto por assumir sua posição desejante, quanto de recuar dela. Ou seja, de todo modo o sujeito pagará seu preço - o preço da perda do Eu - mas advirá como

responsável. O neurótico é aquele que, diante da chamada do desejo, o recalca, paralisa, não toma posição de sujeito, fazendo sintoma. Por isso, também somos responsáveis pelo sintoma do qual padecemos, porque ele nos representa, é receptáculo da nossa forma de gozo.

Falar em ética da psicanálise, portanto, é falar em responsabilidade. Sob tal ética, nos tornamos responsáveis tanto por agir em nome do desejo, tanto quanto por assumir a posição de recuar dele. Nas duas situações, mesmo sem garantia de sucesso, escapamos da posição neurótica. Já a neurose é uma posição que nos faz paralisar diante do real e padecer dele. Ao agir a partir do desejo que nos habita temos a oportunidade, como diria Freud na invenção da psicanálise, de transformar nossa miséria neurótica em infelicidade banal. Assumir a condição de sujeito, nesse sentido, não é garantia de felicidade, mas nos possibilita imprimir no Outro algo que seja singular. O sujeito atravessado pela ética do desejo é aquele que, apesar de ser habitado por um Outro sobre o qual não tem nenhum controle, tem a possibilidade de cavar um sulco nesse Outro para comparecer com seu estilo singular. Para o neurótico o Outro é uma espécie de aprisionamento, que o sufoca e oprime. Ao se libertar da neurose, por outro lado, o sujeito encontra uma fresta na qual pode dar seu passo. O Outro, nesse caso, se torna um possibilitador e não um mero determinante para o sujeito.

Por outro lado, ao não se responsabilizar pelo próprio desejo o sujeito é tomado pela culpa. Lacan dirá que ceder ao desejo é a única coisa a qual o sujeito pode ser sentir culpado [6]. Assim sendo, responsabilidade e culpa são dimensões mutuamente excludentes. Fora de uma tomada de posição, resta ao sujeito apenas a culpa [11]. Enquanto o desejo move o sujeito e o impele a se movimentar perante o real, a culpa é uma forma de gozo que paralisa o sujeito e impede que ele se responsabilize pela sua posição.

Lacan dirá que desejar e não querer desejar são a mesma coisa [3]. Não querer desejar significa, assim, um impasse do sujeito na injunção do desejo e não sua abolição, ou seja, o sujeito também é responsável por recuar [11]. A ética psicanálise convoca o sujeito a se responsabilizar frente ao próprio desejo, que pode ser inclusive recuar dele. De todo modo o sujeito pagará um preço. O que Freud defendia é que a miséria neurótica apagaria do sujeito a possibilidade de criação e invenção de uma forma singular de estar no mundo.

Assim sendo, a responsabilidade ética da qual a psicanálise é fiadora só pode ser pensada de forma singular: por cada um e a cada vez. Por isso, a psicanálise não pretende propor nenhuma receita que seja universal, afinal, toda receita ou resposta universalizada apaga a possibilidade do sujeito responder com sua visada singular.

Com efeito, o desejo é sempre uma transgressão a uma lei ou a um bem que se pretenda Universal. O desejo emerge fazendo uma rachadura no estabelecido, naquilo que já está posto pelo Outro. E é nessa rachadura que se abre – que denominamos de inconsciente – que o sujeito pode emergir. Tal fresta está sempre pronta para abrir, mas abre apenas para se fechar em seguida. Por isso, o sujeito da psicanálise só

pode aparecer de modo pontual e evanescente, em cada um e a cada vez.

Diante dessa visada ética, entendemos que a psicanálise não propõe nenhuma receita de felicidade e ou satisfação, nenhuma saída pronta para nossos mal-estares. A promessa de Freud, já no início da criação da sua psicanálise, era bem singela e humilde, por sinal. Freud sempre afirmou que a felicidade não está nos planos da humanidade, então sua invenção não poderia fazer nada para garanti-la. A única pretensão de Freud era a de que sua psicanálise fosse capaz de nos livrar da miséria neurótica para que pudéssemos experimentar a infelicidade banal, comum; aquela da qual não se pode escapar.

VI. O DESEJO E O SUJEITO MODERNO

Para tratar do sujeito moderno utilizaremos a tragédia de Hamlet. Hamlet é a antítese do herói trágico. A questão colocada por Hamlet – ser ou não ser – faz dele um sujeito paralisado pelo pensamento. Enquanto Antígona e Édipo agem movidos pelo desejo, Hamlet fica paralisado pelo pensamento, que anula o desejo. Hamlet declina do desejo ao não conseguir matar o rival por uma paralisia no braço. Ao acreditar que sua ação deva ser movida pelo saber, Hamlet vacila, fica preso no pensamento. Ao contrário de Antígona, que pensa com os pés, o pensamento de Hamlet não o permite caminhar.

O sujeito moderno, portanto, é aquele que foi apartado da sua dimensão trágica, na medida em que a tentativa da modernidade seria organizar o mundo pela razão e pela ciência. A filosofia vem como uma tentativa de racionalizar o desejo, de explicar o mundo pela via do pensamento. O herói trágico antigo é aquele que age motivado pelo desejo, tal como fizeram Antígona e Édipo. O herói moderno pensa demais, e aquilo que fica no campo do seu pensamento tem dificuldade de se inscrever em ato. Mas não é que Antígona e Édipo não pensem, eles pensam, todavia o pensamento deles não é intelectual, é um pensamento desejante que os faz caminhar. Antígona, como afirma [6] pensou com os pés. Édipo, apesar de manco, também dá seu passo; não recua do desejo de saber sobre o enigma que a esfinge lhe oferta, que diz respeito à sua história e sua origem. Já Hamlet é aquele que fica subjugado pelo pensamento, porque acredita que sua essência de ser está na razão. Hamlet acredita que pensando irá solucionar sua pergunta: “ser ou não ser”, não compreende que só será sujeito a partir do seu ato. Hamlet acredita que pode ser agente de seu ato a partir da decisão de ser ou não ser. Hamlet não entende que ele é, ao contrário, efeito de tal ato.

VII. A PSICANÁLISE E A SUBVERSÃO DO SUJEITO DA CIÊNCIA

A modernidade se funda no dito cartesiano: “penso, logo sou”. A psicanálise freudiana vai subverter tal afirmação com a noção de inconsciente. O inconsciente freudiano nos indica que eu existo muito mais lá onde eu não penso, lá onde eu não consigo comandar pela via da razão. Lacan traduzirá isso

como: “ou não penso, ou não sou” (1966-1967/2000, lição de 14 de dezembro de 1966). Ou também, “penso onde não sou, logo sou onde não penso” [5].

A tragédia de Hamlet é que para ele não é possível comparecer como sujeito porque ele pensa em demasia. O pensamento lhe impede de ser. E é somente lá onde não pensa que ele poderia ser.

Hamlet é alguém que está aprisionado na própria angústia, já que não consegue tomar uma posição de sujeito. [11] trabalha o conceito de angústia em Lacan: a angústia se situa num ponto de abertura sobre a certeza e exige do sujeito uma tomada de posição em ato. A angústia tem, portanto, um lugar privilegiado na psicanálise, já que mobiliza o ato em direção ao desejo. Ao agir torna-se possível arrancar da angústia a própria certeza. E é isso exatamente que Hamlet não consegue fazer. Fica paralisado na angústia neurótica e faz sintoma: uma paralisia no braço.

O que a clínica ensina a Freud, portanto, é que diante de um conflito que não pode ser resolvido na esfera do pensamento, por demandar uma tomada de decisão, o neurótico é aquele que vai tentar resolvê-lo recalçando-o. O neurótico é, portanto, aquele que recua do ato que o faria emergir como sujeito e que resolveria seu impasse. Ele prefere não agir e calar o que lhe causa mal-estar, o que, via-de-regra, retornará pela via do sintoma. Esta é a grande descoberta que Freud faz com as histéricas. O sintoma delas aparece no lugar exato onde houve uma promessa de sujeito. O sintoma, portanto, é aquilo que apareceu no lugar que deveria ter sido o sujeito; o sintoma representa o sujeito.

Já a aposta da psicanálise é que a solução para um conflito só pode vir em forma de ato de um sujeito que comparece, sempre para perder de algum modo. Assim sendo, a posição de sujeito, não nos livra da infelicidade banal, já que a perda é sempre inevitável e inequívoca, mas nos livra da miséria neurótica, aquela que nos paralisa e nos impede de tomar lugar no mundo.

Com efeito, o sintoma não é qualquer coisa para a psicanálise. Escutar o sintoma é escutar o local onde o sujeito poderia ter comparecido em ato. É por isso que tratar do sintoma em psicanálise não é o mesmo que silenciá-lo. Silenciar o sintoma é tão somente continuar impedindo que o sujeito advenha e tome sua posição.

Todavia, a promessa da ciência moderna é exatamente essa: silenciar o sujeito, transformando-o em objeto. A ciência busca alcançar um real sem sujeito, pois entende o sujeito como um incômodo, como um erro, como aquele que nos impossibilita alcançar a verdade. A grande ambição da ciência é alcançar um enunciado sem enunciador, uma teoria que se aplique a uma realidade universal, não importa quem a opere. Recalcar definitivamente o sujeito é o objetivo da ciência e, portanto, de todas as terapêuticas baseadas nesse pressuposto.

Não por acaso a psicanálise só surge com o advento da ciência moderna. O que a ciência faz na sua busca de verdade é separar sujeito de objeto, para assim se ocupar do objeto. Com o advento da ciência cartesiana o sujeito fica deslocado

e sem lugar. O que a psicanálise faz é tão somente dar lugar ao sujeito, dar voz a ele. A ciência foraclui o sujeito, a psicanálise o inclui. Assim sendo, para a psicanálise o sujeito não é objeto, mas sim, seu efeito, efeito da sua posição desejante, eminentemente trágica.

É assim que a psicanálise se afirma como uma filha bastarda da ciência, uma filha que está disposta a subvertê-la, ao considerar o sujeito como esse efeito singular, que comparecerá para cada um e a cada vez, ali o desejo abre uma fresta. Entretanto, o desejo garante ao sujeito que ele possa tomar um lugar no mundo com sua expressão singular, mas não garante a felicidade ou o sucesso, ou seja, se posicionar como sujeito do próprio desejo pode até levar ao pior. A psicanálise está disposta a não recuar do componente trágico que nos constitui, pois entende que recuar dessa dimensão trágica é produzir seres repetidos, como os objetos em série produzidos pela ciência. Ao contrário, a ciência, na tentativa de buscar um saber universal que silencie o mal-estar, escolhe recalcar o desejo. O desejo é aquilo que divide o ser, que mostra que este não é senhor de si como supõe, mas que permite a cada um imprimir sua radicalidade singular. No entanto, a ciência, na busca de um ser que seja senhor de si, que não esteja à mercê dessa vertente trágica, escolhe rejeitar o desejo. A fim de evitar a tragédia, a ciência aceita pagar o preço da rejeição do desejo e, por consequência, o que de mais singular cada sujeito pode imprimir no mundo, com sua radical diferença.



RITA DE CÁSSIA DE ARAÚJO ALMEIDA

Graduada em Educação Física e Psicologia pela UFJF. Possui mestrado em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2009). Doutoranda em Educação Pela UFJF. Atualmente é professora de educação física da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Diretora Técnica da COOPSAM (Cooperativa de Trabalhadores em Saúde Mental). Professora na Pós Graduação em Saúde Mental na Faculdade Estácio de Sá. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicanálise, atuando principalmente nos seguintes temas: psicanálise, saúde pública, saúde mental, educação, educação inclusiva, teorias da aprendizagem. Foi professora substituta na UFJF para a disciplina Psicologia da Aprendizagem.

...

...

Referências

- [1] FREUD, S. (1928 [1927]/1987) Dostoiévski e o parricídio In: Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 21. Rio de Janeiro: Imago, p.181-200.
- [2] LACAN, J. (1959-1960/1988) O seminário livro 7: A ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- [3] LACAN, J. (1964/1988) O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- [4] LACAN, J. (1965-1966). A ciência e a verdade. In Escritos (pp. 869-892). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- [5] LACAN, J. (1957) A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: Escritos. (p. 496-533). Rio de Janeiro: Zahar, 1998
- [6] LACAN, J. (1959-1960) O seminário livro 7: A ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1988.
- [7] FOUCAULT Apud: PACHECO, Olandina M. C. A. Sujeito e Singularidade. Ensaio sobre a construção da diferença. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1996, p 76.
- [8] NIETZSCHE, Friedrich. Assim falava Zarathustra. São Paulo: Escalada Educacional, 2006.
- [9] QUINET, Antônio. Édipo ao pé da letra – fragmentos de tragédia e psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2015.
- [10] ROUDINESCO, Elisabeth. Por que a psicanálise? Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- [11] VORSATZ, Ingrid de Mello. Antígona e o fundamento trágico da ética da psicanálise. Tese (doutorado) – UFRJ/Instituto de Psicologia/Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica). Rio de Janeiro, 2010.

Singular Sociais e Humanidades

Vol. 1, N. 1, Abril, 2019

eISSN: 2596-2612

<https://doi.org/10.33911/singularsh.v1i1>